

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ESTUDOS MILITARES E BRASILEIROS



RIO DE JANEIRO • ANO 63 N. 667 • MAIO/JUNHO 1976

# A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ESTUDOS MILITARES E BRASILEIROS

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

## SUMÁRIO

	Págs.
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — LABORATÓRIO DE IDEIAS — Gen Ex Antonio Jorge Correa .....	3
O PODER NACIONAL E UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL — Ministro Severo Gomes .....	23
A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PODER NACIONAL E SUA AVALIAÇÃO — Gen Div Carlos de Meira Mattos .....	39
O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO — PNUD — Cel R-1 Eng Com José Maria Nogueira Ramos .....	49
MACONHA, O PERIGO MINIMIZADO — Ten Cel Inf QEMA Filadelfo Reis Damasceno .....	61
SIDERURGIA: NO MUNDO E NO BRASIL — Gen Div R-1 Edmundo Macedo Soares e Silva .....	73
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO — Professor Francisco de Souza Brasil .....	105
INFORMAÇÕES .....	125
LIVROS .....	131
UNIFORMES DO EXÉRCITO .....	141

# Escola Superior de Guerra

## — Laboratório de Idéias \*

Gen Ex  
ANTONIO JORGE CORRÊA

Mais uma vez meu prezado amigo e vosso comandante, General-de-Exército Walter de Menezes Paes, honrou-me e distinguiu-me com o desvanecedor convite para estar nesta tribuna.

É com a maior satisfação que volto a ocupá-la, na qualidade de ministro chefe do EMFA, para pronunciar, pela segunda vez, a aula de abertura do ano letivo deste instituto de altos estudos, a que tantos laços profissionais e afetivos me prendem.

Em se tratando de uma nova turma de estagiários, não poderia fugir, como ministro chefe do EMFA, a duas ordens de idéias: a primeira, refere-se à criação e evolução da ESG e sua influência no pensamento das elites brasileiras; a segunda, diz respeito ao inter-relacionamento EMFA-ESG e ao que esta chefia deseja e espera deste instituto de altos estudos e de seu corpo de estagiários.

Na minha posição e esfera de atribuições, por mais que o desejasse, não poderia fugir desses dois temas. Pois se o fizesse deixaria de ser objetivo e de bem levar-nos a compreender a grande responsabilidade que pesa sobre vossos ombros, senhores estagiários, a partir deste momento.

---

\* Aula inaugural proferida pelo Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas na Escola Superior de Guerra, ao se abrir o ano letivo de 1978.

Outros temas poderiam ser abordados, mas que por serem de pura competência desta Casa e de seu comandante, não parece oportuno tratá-los. Por essas razões, conservei para esta aula magna o mesmo título da que proferi, na abertura dos cursos de 1975 e me permito repetir certos conceitos então expendidos, pois seriam tão oportunos para este seleta corpo de estagiários, como o foram para os que aqui estavam naquela ocasião.

Assim considerando, julgo não ser impertinente a repetição uma vez que nenhuma outra parte do currículo caberão as idéias que desenvolverei e que, sem dúvida, são inéditas para a grande maioria do auditório.

Espero que o nosso tema-mensagem — “influência da ESG no pensamento político e estratégico das elites brasileiras” — destaque a vossa responsabilidade para com o Brasil, senhores estagiários, como elite esclarecida e patriótica e como membros e futuros diplomados deste instituto de altos estudos políticos e estratégicos ligados à segurança nacional.

### ○ ensino superior de política e estratégia neste século

A Segunda Guerra Mundial foi rica em ensinamentos em todos os campos, particularmente, no militar e no político. Os estadistas das nações democráticas aliadas tiveram que improvisar, no calor da contenda, uma política de guerra integrada, envolvendo todas as atividades de seus respectivos países.

Até Moltke, o preparo de uma nação para a guerra, se resumia no aprestamento das forças militares, necessárias ao pleno desenvolvimento das operações e a passagem da situação de paz a de guerra consistia apenas na execução da mobilização militar.

Não havia ainda a idéia do preparo nacional para a guerra e conseqüentemente de mobilização geral de todas as

forças materiais e morais do País. É o que o desenvolvimento da revolução industrial imporia no decorrer do meio século subsequente. Era o surgimento da guerra total, surgimento que se reconheceu e verificou na luta de 1914-1918. Começou-se, então, a prestar mais atenção a Clausewitz, o genial pensador militar do tempo de Napoleão. Tornaram-se meridianas suas afirmações de que “a guerra é uma simples continuação da política por outros meios” e de que “a guerra não pertence ao domínio das artes nem das ciências, mas ao da existência social”.

A impressão deixada pela Primeira Grande Guerra, terminada em 1919, de que a guerra era um fenômeno político total e não um fato meramente militar, veio confirmar-se em sua plenitude durante o conflito de 1939-1945. Compreenderam os estadistas mais responsáveis pelo destino das grandes potências que havia algo mais do que a defesa nacional que deveria ser preparado desde os tempos de paz.

Cabe aos ingleses a primazia de terem criado o primeiro estabelecimento de estudos estratégicos de alto nível, com a participação conjunta de militares e funcionários do estado de elevada categoria, o Imperial Defence College, em 1927.

Na França, só em 1936, graças à pregação incansável do grande pensador e estrategista almirante Castex, que estudava obsessivamente o problema que chamava de “unidade de guerra”, foi criado o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional, dentro dos moldes defendidos por ele, onde altos funcionários do Estado, militares da mais alta hierarquia analisassem, juntos, a coordenação de todas as atividades que interessassem à defesa nacional.

Os Estados Unidos somente em 1946 instituíram o seu National War College, com objetivos semelhantes ao instituto francês, de globalizar e dar maior extensão aos assuntos de defesa nacional.

A União Soviética, para o mesmo nível de estudos, possuía a Academia Vorochilov, sobre a qual escasseiam informações entre nós.

O Brasil, tendo participado da Segunda Guerra Mundial no teatro da Itália, com a Força Expedicionária do Exército e um grupo de caça da FAB e pela permanente atividade de vigilância e defesa do Atlântico Sul pela nossa Marinha de Guerra, não poderia ficar ausente das altas preocupações políticas e estratégicas que envolveram as cúpulas dirigentes dos países nossos aliados.

### **As idéias que inspiraram a criação da ESG**

A consciência de que era mister criar uma elite preparada para a missão de interpretar as legítimas aspirações e autênticos interesses nacionais, de formular, através de um método científico, a política e estratégia nacionais, com um critério que transbordasse dos limites de defesa nacional, cujo sentido era restritivo, levaram o nosso governo a pensar, inicialmente, na criação de um curso de altos estudos, frequentado apenas por oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica (decreto de outubro de 1948 do governo do Presidente Marechal Eurico Dutra). Tal critério logo evoluiu para o planejamento e a direção da segurança nacional (Lei de 20 de agosto de 1949)".

Em vez da escola puramente militar, destinada apenas ao estudo das questões referentes ao emprego das grandes unidades estratégicas e à direção da guerra, como queria o decreto de 1948, surgia, em 1949, este Instituto de Altos Estudos, funcionando, ao mesmo tempo, como centro permanente de pesquisas, destinado a preparar, para o exercício de funções de direção e de planejamento da segurança nacional, oficiais das Forças Armadas e civis que se houvessem destacado em seus campos.

Prevalencia na missão da ESG, constante da lei de sua criação, a idéia expandida por Pandiá Calógeras na sua conferência pronunciada em São Paulo, em 1927, quando disse:

"Uma única política é possível e aconselhável a bem do País: compreensão mútua entre civis e militares; cordia-

lidade na colaboração; ingerência esclarecida, altruísta e competente em grau crescente, por parte dos homens públicos estranhos à farda."

Esta compreensão mútua, que está cordialmente na colação tão desejada por Calógeras, buscava se efetivar 29 anos depois, na criação da ESG, com "a finalidade de preparar civis de notável competência e atuação relevante e oficiais das Forças Armadas de comprovada experiência e aptidão, para o exercício das funções de direção e planejamento da segurança nacional" (Regulamento da ESG de 1949).

Entre as idéias que inspiraram os integrantes do primeiro grupo encarregado de apresentar o projeto de regulamento para a recém-nascida ESG, destacam-se as seguintes :

- surgimento do conceito mais abrangente de segurança em substituição ao de defesa;
- consciência de que o Brasil possuía já os requisitos para chegar a grande potência;
- crença de que o desenvolvimento vinha sendo retardado por incapacidade de planejamento e de execução;
- necessidade de elaboração de um método de formulação da política nacional.

Estes pontos, entre outros, vistos na perspectiva dos 27 anos que nos separam da época em que foram formulados pela comissão chefiada pelo General Cordeiro de Farias, logo depois nomeado primeiro comandante da ESG, revelam-nos a admirável clarividência e o acerto do grupo pioneiro que implantou este notável instituto de altos estudos.

#### **Construção da ESG no preparo da assessoria dos altos escalões de planejamento governamental. contribuição ao pensamento das elites em geral**

Ao longo de sua evolução, neste último quarto de século, sem se distanciar das idéias inspiradoras do grupo pioneiro, tão nítidas, tão claras, tão objetivas, que resistiram às dis-

cussões, debates e confrontos que representaram a sua atividade incessante, a ESG aperfeiçoou um método de formulação de política nacional. Este método, adotado pelo governo da Revolução a partir de 1964, se fundamenta na aceitação do princípio de que "*segurança e desenvolvimento* são fatores de mútua causalidade" (conceito do Presidente Castello Branco).

Criou-se, nesta casa de estudos e de pesquisas, a *doutrina de segurança nacional* brasileira que o eminente general Augusto Fragoso, comandante da ESG durante quatro proveitosos anos, sintetizou no trinômio *objetivos nacionais, poder nacional e estratégia nacional*, expressões máximas da mecânica de formulação da política e da ação estratégica do Estado.

Alcançou-se uma *metodologia de formulação da política nacional*, pela qual foi possível chegar-se ao conceito estratégico nacional, documento básico de desencadeamento ordenado de todas as ações políticas e estratégicas nos quatro campos do poder.

Conscientes desses princípios fundamentais, versando na metodologia, exercitados no sistema de planejamento da segurança nacional para os mais altos níveis governamentais e Estados-Maiores combinados, os egressos da ESG transformaram-se nos assessores indispensáveis aos órgãos da mais elevada assessoria do governo. Encontramo-los, oriundos dos diversos cursos desta escola, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, no Serviço Nacional de Informações, no Estado-Maior das Forças Armadas, nos Ministérios e em outros órgãos da assessoria direta ou indireta do Exmo. Sr. Presidente da República. Formam, hoje, o cerne da elite nacional, com um efetivo de 1.294 civis e 1.621 militares globalizando-se os diplomados dos cursos Superior de Guerra, de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, de Informações e de Mobilização.

A sabedoria brasileira em fazer bem as coisas importantes inspirou-nos, no momento da organização da ESG, na



forma de encontrarmos uma aproximação ideal entre militares e civis de alta capacidade intelectual e moral para, juntos, pensarem nos altos problemas da segurança nacional; entre os civis não nos cingimos apenas a funcionários, isto é, a pessoas vinculadas ao serviço público. A ESG, com uma política sem similar, chamou para os seus quadros empresários, economistas, médicos, engenheiros, advogados, agrônomos, enfim, especialistas de curso superior e de reconhecido saber de várias origens. Ampliou, também, o campo de seus conhecimentos, prolongando-se por todos os Estados, por meio da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Esta já conseguiu levar a sua mensagem a um universo de mais de 25.000 elementos da elite nacional. Proporcionando maior difusão geográfica aos seus ensinamentos, a par de compensar, em parte o desejo de milhares de brasileiros de todos os rincões, ansiosos por cursarem a ESG e que não o alcançam por força do limitado número de vagas anuais disponíveis, ou por impossibilidade pessoal de se deslocarem de seus Estados para o Rio de Janeiro, por período de quase um ano.

#### **A ESG e a Revolução de 1964**

Ao implantar-se o regime revolucionário no Brasil, em 31 de março de 1964, a ESG contava já com quase quinze anos de existência. Durante estes três lustros muito estudou, pesquisou e formulou em termos de política de segurança nacional e política de desenvolvimento. Assim os chefes revolucionários de 1964, muitos dentre eles antigos fundadores e membros do corpo permanente deste instituto, encontraram à sua disposição, para aplicar, uma doutrina e um método de formulação de política de segurança, cuja transposição, para o campo mais amplo da política nacional e para o da política de desenvolvimento, não foi difícil.

O primeiro governo revolucionário, tendo à frente a figura invulgar do presidente Castello Branco, antigo chefe do Departamento de Estudos desta Casa, soube aproveitar-se

do magnífico método de formulação da política nacional adotado por este instituto em seus experimentos teóricos doutrinários. Estendeu a todos os setores do governo o método de análise e avaliação dos fatores políticos, econômicos, psicossociais e militares, assim como difundiu a técnica de planejamento, ambos aqui exercitados.

Os efeitos benéficos da difusão, pelos egressos da ESG, da metodologia e do hábito de planejamento, levados a todos os recantos do País onde ocupam posições de destaque nos governos federal e estadual e nas grandes empresas produziram, sem dúvida, uma admirável unidade de vista e convergência de objetivos, com o que a maior parte de nossa elite aprendeu a analisar e a compreender os problemas magnos da nacionalidade.

Permitiram que o Brasil desse "este salto para grande", entrando decididamente no caminho de potência, já quem nos considere o 9.º país do mundo.

### **A doutrina de desenvolvimento e segurança e os governos da Revolução**

De 31 de março de 1964 ao término do governo Castello Branco, como assinala o general Augusto Fragoso, em minucioso estudo sobre as origens, evolução e a atualidade da doutrina de desenvolvimento e segurança, ganham projeção no âmbito nacional, através de atos oficiais, as idéias que vinham sendo debatidas na ESG, sobre a necessidade inadiável de munir-se o Estado democrático de instrumentos eficientes e vigorosos capazes de defendê-lo da agressão subversiva, tornada hoje universal e permanente, e sobre a compatibilidade do planejamento com a democracia.

Por seu turno, o Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, conhecido como lei da reforma administrativa, ficará, de certo, marcante na nossa história político-administrativa, pelo art. 7.º, que, a um tempo, instituiu o planejamento

sistemático da ação governamental e consagrou o binômio desenvolvimento e segurança como a síntese dessa ação.

Diz o artigo: "A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional".

Importante dispositivo dessa lei, no que tange ao tema desta palestra, é, também, o art. 40 que, explicitando a atribuição constitucional dada ao Conselho de Segurança Nacional, diz que a formulação da política de segurança será feita, "basicamente, mediante o estabelecimento do conceito estratégico nacional", aparecendo esta expressão, de uso corrente na ESG desde 50 ou 51, pela primeira vez em ato oficial.

Por último, em relação ao governo Castello, aluda-se ao Decreto-lei n.º 314, de 13 de março de 1967, a Lei de Segurança Nacional — a primeira baixada pela Revolução — que se notabilizou por incluir, nas suas disposições preliminares, os chamados "conceitos básicos da segurança nacional, segurança externa, segurança interna, guerra psicológica adversa e guerra revolucionária ou subversiva".

Quatro ou cinco meses depois de iniciado o governo Costa e Silva, publica-se no Rio um documento que vale como raro subsídio para quem tencione aprofundar o tema desta palestra, isto é, para quem queira investigar, em pormenores, a vinculação da doutrina da Revolução à chamada *Doutrina da ESG*. É a entrevista que o general Golbery do Couto e Silva concedeu ao jornalista Maurício Caminha de Lacerda sobre a doutrina e a política nacional.

Com o impedimento de Costa e Silva, oito meses e meio depois, por motivo de enfermidade, os ministros militares assumiram as funções atribuídas ao presidente da República.

No que interessa mais de perto ao tema desta palestra, anote-se, apenas, que a *guerra revolucionária*, como expressão máxima da infiltração subversiva comunista, referida no

ato institucional n.º 14, passou a ser prevista na própria emenda constitucional, promulgada pelos ministros militares, em 17 de outubro de 1969.

Assumindo a chefia da Nação, Médici atuou durante todo o governo, dando prova de fidelidade à doutrina da Revolução e, de modo explícito ou implícito, reconhecendo que os fundamentos desta doutrina haviam sido extraídos dos estudos da ESG. Seria tarefa inadequada, aqui, examinar todos os atos oficiais expedidos nos quase quatro anos e meio de seu mandato (30 de outubro de 69 a 15 de março de 74) e nos numerosos discursos e pronunciamentos que fez. Cite-se, nesta hora, apenas um ou outro marco mais significativo na matéria.

Cinco dias após a posse, Médici expediu decreto-lei regulando as eleições marcadas para o dia 30 de novembro de 69. Nesse decreto, com o respaldo de seu ministro da Justiça, professor Alfredo Buzaid, afirmou que "a política nacional estava fundada no princípio da segurança", afirmativa digna de análise mais detida, pela sua influência no campo doutrinário.

Dirigindo-se, depois, aos estagiários, Médici reconheceu expressamente a influência da ESG, na ação governamental. Motivado pela presença do marechal Dutra, fundador da ESG, que, à testa dos convidados especiais, assistia também à aula de abertura, Médici fez um retrospecto do que se passou no Brasil de 45 a 70, entre dois tempos, como disse, referindo-se a Dutra: "os tempos do seu e do meu governo, e, entre eles, os vinte anos de vida da escola e o quarto de século do Brasil, depois da guerra".

"Forçoso é reconhecer" — repetiu Médici — "o papel dos vinte anos da ESG no amadurecimento de uma consciência dos novos tempos, que não se perdesse na apreciação exclusiva de determinado aspecto da problemática nacional, mas que tivesse maior amplitude na integração dos quatro campos do poder".

Ao governo Médici deveu-se, também, a instituição do Sistema de Planejamento Federal, compreendendo um órgão central (a Secretaria-Geral do então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral), órgãos setoriais (nos Ministérios Cíveis e Militares), e órgãos seccionais (nas entidades da Administração Federal indireta).

Na introdução de sua última mensagem ao Congresso (1.º de março de 74), Médici fez uma síntese do período governamental, de cerca de quatro anos e cinco meses que lhe coube, mostrando que o lema Desenvolvimento e Segurança, estabelecido desde o primeiro momento, pela Revolução de Março, orientou sempre, também, o seu governo.

Com o governo Geisel reafirmaram-se, repetida e claramente, vínculos da Revolução os estudos doutrinários empreendidos pela ESG, seis afirmativas do Presidente Geisel, dentre outras, revelam essa circunstância:

- 1.<sup>a</sup>) O binômio *desenvolvimento e segurança* constitui “a essência doutrinária da Revolução”;
- 2.<sup>a</sup>) A *segurança nacional* não é apenas militar;
- 3.<sup>a</sup>) O *desenvolvimento* deve sempre ser considerado no seu “caráter essencialmente integrado”: econômico, social, político e militar;
- 4.<sup>a</sup>) Normalmente, o *desenvolvimento* tem “indiscutível dominância” sobre a *segurança*, só cabendo a esta posição preponderante, transitoriamente, em situação de crise;
- 5.<sup>a</sup>) Qualquer “veleidade subversiva” terá “exemplar e pronta contenção”;
- 6.<sup>a</sup>) O planejamento metódico da ação governamental, ora representado pelo PND e que é um dos índices da racionalidade implantada na nossa vida pública pela Revolução de 64, deve persistir.

E em sua primeira reunião ministerial, voltando ao binômio, explicitava o presidente que “a ação estratégica da

Revolução modernizadora de 64, tem sido e continuará a ser exercida de modo a promover para a nação brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável”.

Em relação ao planejamento, o presidente Geisel está pondo em execução o II PND, aprovado pelo Congresso em dezembro de 74, para os exercícios de 75 a 79, “voltado em grande parte para o desenvolvimento social”.

Em consonância com a legislação vigente, o II PND cuida de estabelecer nos campos econômico e social os objetivos básicos, a estratégia a adotar e os instrumentos gerais de ação do governo.

Nesse II PND, afirma-se que “na medida em que se consolidaram os resultados econômicos, passou o problema social a ocupar o primeiro plano das preocupações dos governos da Revolução”, especialmente objetivando à “melhoria de distribuição de renda”, e a adiantando que a Revolução não pretendia haver, já resolvido tais problemas sociais, o II PND ponderava, bem de acordo com a velha pregação da ESG: “o que a Revolução mostrou, essencialmente, foi que problemas como esses podem ser resolvidos, com planejamento e capacidade executiva, prevalecendo, sobre quaisquer outros critérios, o interesse nacional”.

#### **Relacionamento do EMFA com a ESG: as diretrizes para o ano letivo: o curso de mobilização nacional: a seleção de candidatos**

Anualmente o EMFA baixa diretrizes para a Escola Superior de Guerra, com a finalidade de estabelecer os elementos básicos necessários ao planejamento das atividades curriculares para o ano seguinte.

Dessas diretrizes para o corrente ano, quero destacar que a ESG deve ser um laboratório objetivo de idéias e de doutrina no que tange à segurança nacional no que se refere ao

desenvolvimento. Cabe-lhes receber, constatar e utilizar as informações necessárias aos seus estudos, fornecidas pelos órgãos credenciados da alta administração.

Em suas atividades de pesquisa, a ESG deverá:

- Prosseguir com os estudos visando ao aperfeiçoamento do método para o planejamento da política nacional, particularmente na área da segurança nacional.
- Prosseguir com estudos sobre informações nacionais, em consonância com a Escola Nacional de Informações, visando à sua utilização no planejamento e execução da política nacional, em particular na área de segurança nacional.
- Prosseguir nos estudos relacionados com o preparo e a execução da mobilização nacional, visando à formulação da sua doutrina.
- Prosseguir nos estudos da doutrina militar brasileira, objetivando sua consolidação e aperfeiçoamento, particularmente no que diz respeito ao emprego combinado e conjunto das Forças Armadas.
- Pesquisar os assuntos conjunturais, objetivando a visão da realidade da situação nacional e internacional, inclusive sua possível evolução, o levantamento da capacidade do poder nacional, a determinação de necessidades e óbices, tudo tendo em vista a formulação da política nacional e o estabelecimento de estratégias para a conquista ou manutenção dos objetivos nacionais, particularmente na área da segurança nacional.

Tais pesquisas devem ser conduzidas a nível dos órgãos de assessoria direta do Presidente da República, cabendo salientar que devem ser orientadas no sentido da estreita vinculação entre os processos da segurança e do desenvolvimento, ambos integrados nas suas áreas peculiares e entre si.

No intuito de recolher a experiência de seus estagiários nas respectivas áreas de atividades e de conhecimentos, produzir

subsídios para estudos e consultas, recolher dados e informações atualizadas e enriquecer o seu acervo didático-cultural. A ESG determinará, além da elaboração de relatórios de trabalhos coletivos, a elaboração de trabalhos individuais, que poderão ser sob a forma de monografias.

A ESG, como laboratório de idéias visando constante aperfeiçoamento e fortalecimento da segurança nacional, realizará trabalhos compreendendo, no seu contexto, temas de atualidade de do interesse do EMFA, e de outros órgãos de assessoria direta da Presidência da República. Esses temas deverão ser desenvolvidos nas conferências, palestras, viagens, monografias, nos estágios e trabalhos em grupo abrangendo o campo de estudo indispensável à obtenção das informações necessárias e ao fornecimento de subsídios aos órgãos da assessoria presidencial. Assim, por determinação do EMFA, a ESG deverá desenvolver, além dos temas de sua livre iniciativa mais os seguintes:

- O problema energético mundial, suas repercussões para o Brasil tanto no campo da segurança quanto no campo do desenvolvimento, soluções a curto, médio e longo prazos, considerando:
- O petróleo na atual crise mundial; perspectivas, levando-se em conta a nova política dos contratos de serviços com cláusulas de risco;
- O carvão e o xisto betuminoso; a carboquímica, perspectivas;
- A energia nuclear; acordos celebrados; perspectivas;
- Outras fontes de energia, suas possibilidades.
- O preparo da expressão militar do poder nacional, medidas a serem tomadas a curto, médio e longo prazos sob os aspectos operacional, logístico e de mobilização militares.
- Nova ordem mundial — aspectos econômicos — repercussão no Brasil — panorama econômico brasileiro. A política interna e externa do Brasil no campo econô-



- mico — repercussões da atuação e da importância das empresas multinacionais nessa política.
- Guerra psicológica no contexto atual da guerra revolucionária — repercussões no Brasil. Operações psicológicas — contra-informações.
  - A comunicação social no quadro da atual problemática brasileira — censura e liberdade de expressão — repercussões no desenvolvimento e na segurança nacionais.
  - Responsabilidades sociais do Estado quanto à educação, saúde e habitação, repercussões, particularmente nos campos psicossocial e econômico, dos problemas que se localizam nessas áreas.
  - Os partidos políticos brasileiros na atual conjuntura nacional. Papel dos partidos no aprimoramento das instituições, da cultura e do desenvolvimento político da Nação.

Dentre as atribuições dadas à ESG para o corrente ano está também a de tomar todas as medidas necessárias — desde as de ordem material até as de montagem dos currículos e preparo do corpo docente — para o funcionamento pleno, no ano vindouro, do curso de Mobilização Nacional. Aliás, esse curso já funcionou, como curso piloto, de 1957 a 1959. Em face da evolução da conjuntura nacional, sua criação foi novamente proposta ao Exmo. Sr. Presidente da República, devendo desenvolver-se, inicialmente nesta escola, como o foi o curso piloto.

A mobilização nacional, poderoso instrumento de que dispõe o governo em situações de emergência, abrange um conjunto de atividades empreendidas pelo Estado, visando, compulsória e aceleradamente, transferir meios existentes e promover a produção oportuna de meios adicionais, para atender a graves situações ligadas à segurança nacional. É um recurso extremo que, envolvendo uma gama de medidas de acentuado vigor em todos os campos, interfere na estrutura sócio-

econômica e chega a modificar normas jurídico-administrativas tradicionais, quando assim o exigirem os superiores interesses da Nação.

Este conceito retrata a mobilização nacional na sua fase de execução. Mas, para que o Estado tenha condições de empreender esse conjunto de atividades, será necessário prepará-las desde os tempos normais, por meio de metucioso planejamento de ações específicas. Estas são consubstanciadas no entendimento do preparo da mobilização, o qual se realiza para abreviar e facilitar a fase de execução.

O Curso de Mobilização Nacional proposto terá como finalidade: habilitar civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoria em órgãos que tenham atribuições no preparo da mobilização; colaborar na formulação e corporificação de uma doutrina de mobilização nacional; e realizar estudos sobre o preparo e execução da mobilização nacional e sobre o funcionamento de um sistema de mobilização.

O Curso de Mobilização Nacional terá, em síntese, importante papel na fundamentação e corporificação de uma doutrina de mobilização nacional, que possa ser mantida atualizada, viva e dinâmica, dentro dos mais altos interesses da segurança nacional.

A ESG funcionará no caso, como o verdadeiro laboratório que é, onde as idéias são postas em debate e, pouco a pouco, se aprofundam e se sedimentam. Quando o Curso de Mobilização Nacional tomar impulso próprio, tornar-se-á independente, como a importância de seu campo de atuação requer.

Não será a primeira vez que a escola assim procederá: já tivemos aqui o exemplo do Curso de Informações. Este, ao adquirir foros próprios pelo surgimento de uma mentalidade de informações, deu origem à Escola Nacional de Informações, que está funcionando com pleno êxito, com base na doutrina e na experiência adquiridas neste instituto de altos estudos.

Antes de concluir quero abordar mesmo que sumariamente, o critério seletivo dos candidatos à ESG. A seleção dos candidatos para a Escola Superior de Guerra desenvolveu-se du-

rante todo o ano de 1975 e o princípio de 1976. Esta seleção esteve a cargo da Divisão de Assessoramento e Controle (D3) do EMFA, que analisou, cuidadosamente, as qualificações de cerca de cento e cinquenta candidatos civis dos mais diferentes Estados da Federação.

Norteou a seleção, prioritariamente, a avaliação da experiência do candidato em seu ramo de atividade, do correto desempenho profissional, da sua atitude face ao interesse público. Não se descurou, também, dos títulos e densidade do *curriculum vitae* de cada candidato.

Mas o processo de seleção é muito mais complexo do que parece à primeira vista. Já dissemos que a ESG é um laboratório de idéias sobre segurança nacional. Buscou-se, então, formar um grupo homogêneo, com figuras altamente responsáveis e representativas das diversas áreas de atividade e das mais variadas regiões do País, que aqui viessem haurir os ensinamentos e a experiência que a ESG tem a dar no campo da segurança nacional; mas que, também, aqui pudessem deixar valiosa contribuição da notável e avultada bagagem de cada um, para o acervo cultural desta escola em benefício da evolução doutrinária deste instituto no campo da segurança. De modo que todos, escola e estagiários, saíssem enriquecidos deste mútuo convívio.

## CONCLUSÕES

Estagiários da turma de 1976.

Estamos certos de que a ESG representará para todos vós um passo a mais na área do conhecimento humano e um grande estímulo, capaz de influenciar de forma altamente positiva, vosso espírito de brasilidade.

Depois de um intenso ano de trabalho, tereis bem sentido a realidade brasileira, por uma tomada de consciência, objetiva e pessoal, com todos os campos do poder. Tereis ouvido neste auditório personalidades ilustres da vida pública e

privada nacional, ministros de Estado, autoridades destacadas e conferencistas de alta projeção, que vieram ocupar esta tribuna, para aqui deixar seu depoimento esclarecido e autorizado sobre as realidades e potencialidades deste País. Tereis percorrido o Brasil em todas as direções, como que auscultando o coração da terra, para verificar suas energias vitais; e bem conhecereis o homem brasileiro que, por extraordinário milagre da colonização portuguesa, é o mesmo em todos os quadrantes da Pátria, característica marcante de nossa nacionalidade.

Tenho a certeza de que saireis desta casa empolgados com o que foi visto e ouvido, com a pujança deste País e com a arrancada extraordinária rumo ao futuro.

É irreversível nossa caminhada para o nível de grande potência, com a ordem e o desenvolvimento firmemente estabelecidos, com autoridade e responsabilidade, com liberdade e dignidade, com respeito à nossa índole e tradições.

Quero relembrar e destacar alguns índices das metas contidas no II PND (1975-1979):

*Renda per capita*: 1.000 dólares (correspondendo a 100% de aumento da década de 70); *Produto Interno Bruto* (PIB): 138 bilhões de dólares (quando chegaremos à posição de 8.º mercado do mundo ocidental); *População*: 123 milhões (sendo 78 milhões na área urbana e 45 milhões na área rural); *Energias*: minimização da crise de combustíveis líquidos (petróleo e óleo diesel) com a aceleração da exploração das novas jazidas encontradas na plataforma continental; no campo da energia hidrelétrica, atingir uma potência instalada de 28 milhões de kilowatts, ou seja 51% de aumento; ingressar na área da energia do átomo;

*Integração*: com o desenvolvimento dos transportes, das comunicações, da educação, do saneamento básico e da habitação, a frente interna de ocupação produtiva deverá ser aumentada. Interligando-se as áreas do Nordeste, do Planalto Central e da Amazônia ao núcleo central;

*Valorização do homem brasileiro*: assegurar a oferta de um mínimo de 6.600.000 novos empregos, até o fim da década, ou seja 3,5% de crescimento de demanda por ano;

*Ciência e Tecnologia*: aperfeiçoar e avançar no campo da pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à segurança, com a aplicação de 5,3 bilhões de cruzeiros no setor em 1979, representando um aumento de 71% sobre 1974; ingressar na era da tecnologia nuclear.

Esses indicadores, verdadeiros degraus de uma escalada, terão de ser atingidos. Não os atingiremos apenas; cremos na superação desses níveis, tão logo a Nação nos faculte os meios e as oportunidades adequadas à sua concretização.

Vereis, em todos os rincões da Pátria por onde passardes, que neles se trabalha com devotamento e entusiasmo para a conquista dos objetivos que irão conduzir o País a seus gloriosos destinos.

Deixo, no entanto, à vossa meditação os graves problemas internacionais.

A propósito, gostaria de lembrar a diversidade da natureza das guerras, pois nelas também se pratica o mimetismo, modificando-se a sua natureza de acordo com a necessidade, como afirma Clausewitz. Quanto mais coincidirem a finalidade militar e os propósitos políticos, mais puramente militar e menos política parecerá a guerra; mas, quanto maior for a diferença entre o propósito político e a finalidade militar, mais política se irá tornando a guerra. Desta última espécie, meus senhores, são as guerras do tempo presente.

Mas, se nos pessimistas de sempre a hora atual não parece fácil, cumpre lembrar que na história da humanidade a hora nunca foi fácil, em momento algum. E que das próprias dificuldades, costumam surgir as soluções ideais que marcam definitivamente o destino das grandes nações. Felicidades em vossa caminhada.

# O Poder Nacional e Uma Nova Ordem Econômica Internacional \*

SEVERO GOMES

Ministro da Indústria e Comércio

Há um ano, nesta Escola, tivemos oportunidade de focalizar as profundas alterações que abalaram o mundo nos últimos tempos e as repercussões distorsivas das mesmas sobre a economia nacional. A observação dos acontecimentos posteriores mostra que o processo de ajuste está em curso, configurando-se, talvez, os delineamentos que orientarão, no futuro, a estruturação de *Uma Nova Ordem Econômica Internacional*.

Por mais que se possa acalentar a crença — ou esperança — de que as Nações sobrepujarão antagonismos e choques de interesse e tenderão a irmanar-se em uma solidariedade construtiva, em benefício da humanidade, a consideração dos fatos entretanto justifica a preocupação de que o ordenamento da economia mundial não se efetivará nas bases aspiradas pelos países em desenvolvimento ou, pelo menos, em consonância com as linhas advogadas pela Organização das Nações Unidas, principalmente nas Resoluções aprovadas na Sexta Sessão Especial da Assembléia Geral, em 1974.

---

\* Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, no ano letivo de 1975

O início de vivência com a situação provocada pela crise do petróleo que caracteriza *Uma Nova Era*, assinalada pelo término do suprimento de combustível a preços relativamente baixos e em abundância, aparentemente está provocando nos países desenvolvidos atitude distinta da que mantiveram precedentemente e que seria, na melhor das hipóteses, de observação e expectativa.

A dura realidade dos acontecimentos uma vez mais prevaleceu sobre os ideais, tornando de certa maneira inócuos os princípios de boa vontade e de cooperação mútua invocados pela ONU para respaldar *Uma Nova Ordem Econômica*. Em verdade, o que se tem verificado ultimamente é o enrijecimento e radicalização de posições, com o que se vêm tornando inoperantes ou infrutíferas as tentativas de entendimentos no campo internacional com aquele objetivo.

É longa a série das reuniões internacionais que nos últimos tempos encerraram seus trabalhos sem a obtenção de resultados concretos e compensadores. Queremos oferecer um depoimento pessoal sobre uma dessas reuniões, a qual, por certo, constitui exemplo ilustrativo do que foi afirmado. Em março deste ano participamos, em Lima, da Segunda Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), para possibilitar o exame dos problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento no seu processo de industrialização e do modo de incrementar a cooperação internacional com a finalidade de superá-los. Tudo dentro da política adotada pela própria ONU de estabelecer *Uma Nova Ordem Econômica* baseada principalmente em uma justa e equitativa divisão do trabalho na esfera internacional.

A oportunidade do atendimento à reunião deu ensejo não só de sentir-se a generalizada preocupação de todos os países presentes pela conjuntura mundial, mas também, e principalmente, de verificar os justos anseios dos países em desenvolvimento por melhores condições de vida de suas populações, bem assim de sopesar-se a intransigência — insensível

e inflexível — de alguns países industrializados em face das aspirações dos primeiros.

A Segunda Conferência Geral da UNIDO teve a participação de 114 países, representados, na maioria, por delegados de nível ministerial. Para fins práticos de organização e identificação os países se agruparam em quatro blocos distintos: o Grupo dos 77, abrangendo os países em desenvolvimento, inclusive da Europa; o Grupo B, constituído dos países economicamente desenvolvidos de regime não comunista; a Rússia e os países socialistas ocidentais; e a China. Os Estados Unidos lideraram o Grupo B e na maioria das vezes tiveram a seu lado o Reino Unido, a França, a Alemanha Ocidental e o Japão.

As discussões da Conferência tomaram por base o documento em Argel pelo Grupo dos 77 e elaborado a partir do resultado de reuniões havidas, em cada área, entre os países da América Latina, Ásia e África, sob o título "Declaração e Plano de Ação para o Desenvolvimento Industrial". As discussões tanto nas Comissões quanto no Plenário foram acen-tuadamente difíceis, concluindo os principais países desenvolvidos por votarem contra itens essenciais dos documentos. Os Estados Unidos registraram, ainda, reservas sobre a totalidade dos dispositivos.

Nota-se, de passagem — e o fato se caracteriza como vantajoso sob o ponto de vista político-estratégico — que o comportamento dos países desenvolvidos de economia de mercado nem sempre foi de união e de identificação, isolando-se muitas vezes os Estados Unidos em sua atitude ou pontos de vista. Enquanto isso de parte dos países em desenvolvimento houve marcante coesão e identidade de posições.

A enunciação de quatro tópicos em relação aos quais foi impossível obter o consenso dos participantes, apesar dos esforços até o último instante da reunião para isso despendidos por várias delegações, inclusive a do Brasil, ilustrará a que ponto alcançou a atitude, firme e declaradamente intransi-



gente, dos países industrializados, contrária a certos princípios e aspirações tidos por fundamentais pelos países em desenvolvimento:

- 1 — Declarava-se que cada país tem o direito inalienável de livremente exercer sua soberania e permanente controle sobre os recursos naturais do seu território, terrestre e marítimo, bem assim de exercer quaisquer atividades econômicas para a exploração desses mesmos recursos. Tais atividades se exercitarão segundo as conveniências do país — admitida a nacionalização de acordo com as leis que consubstanciam o aludido direito, — e o país não se sujeitará a nenhuma forma de coerção econômica, política e de outra natureza que impeça o pleno e livre exercício do inalienável direito.

Praticamente todos os países desenvolvidos votaram contra essa declaração.

- 2 — Estatuía-se, também, a necessidade de completa implementação da Carta dos Direitos Econômicos e dos deveres dos Estados anteriormente aprovada pela ONU. Como consequência, reconhecia-se direito e dever de cada país, individual e coletivamente e como pré-requisito para o desenvolvimento, eliminar o colonialismo, o *apartheid*, a discriminação racial, o neocolonialismo, a ocupação e toda a forma de agressão estrangeira e a dominação e as suas consequências sociais e econômicas. Paralelamente se atribuía aos Estados que adotam as políticas condenadas, a responsabilidade, perante os países, territórios e populações vítimas, pela restituição e total compensação pela exploração, esgotamento e danificação de recursos naturais e de outra natureza, ademais dar assistência a esses mesmos países, territórios e populações.

Votaram contra, entre os mais importantes países desenvolvidos, os Estados Unidos, República Federal Alemã e Reino Unido, enquanto a França, o Japão e a Itália se abstiveram.

- 3 — Observava-se — foi o verbo utilizado — com preocupação, as graves conseqüências com que se defrontavam os países em desenvolvimento, em decorrência da crescente inflação e instabilidade econômica provocadas pela crise internacional vigente. Por isso se registrava a consciência da necessidade de estabelecer justa e equitativa relação entre os preços das matérias-primas, gêneros de primeira necessidade e produtos manufaturados e semimanufaturados produzidos pelos países em desenvolvimento e os preços desse mesmo material e dos bens de capital por eles importados, bem assim da necessidade de buscar uma vinculação entre esses preços e os de exportação e de importação. A França foi o único dos grandes países desenvolvidos a votar a favor do registro desta observação.
- 4 — Outra declaração não aceita praticamente por todos os países industrializados foi a de que é urgentemente necessário que os países em desenvolvimento modifiquem seu método tradicional de negociação, para isso conjugando suas forças com o objetivo de reforçar sua posição transaccional, em face dos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento deveriam considerar todos os menos possíveis para fortalecer a ação das associações de produtores já em funcionamento, encorajar a instituição de novas entidades no setor das principais mercadorias por eles exportadas e estabelecer um mecanismo de consulta e cooperação entre as distintas associações de produtores, de maneira a coordenar suas atividades e assegurar mútuo suporte, principalmente como precaução contra a agressão econômica ou de outra natureza.

Conjecturas várias e de distinta natureza poderiam ser formuladas na tentativa de explicar ou justificar a atitude dos países que, em Lima, impugnaram mesmo manifestações meramente declarativas e sem quaisquer conotações decisórias. Pronunciamento recente do Secretário de Estado Henry Kissinger dispensa o esforço interpretativo.

A 13 de maio último Kissinger pronunciou na cidade de Kansas, no Estado de Missouri, importante discurso, perante o Conselho de Relações Internacionais. Suas palavras ao que parece, não tiveram a repercussão que se poderia esperar, pois transmitem, com absoluta clareza, a inconformidade dos Estados Unidos em permitir que alguns postulados da *Nova Ordem Econômica*, apoiados pelos países em desenvolvimento, se concretizem em medidas práticas e efetivas.

Condenando a *Nova Ordem*, que se basearia em ideologia e no auto-interesse nacional, o orador registra a convicção de que o sistema econômico vigente — que apresenta como elementos caracterizadores centrais o comércio livre e em expansão, o movimento de capital e tecnologia, sem obstáculos, a permanente disponibilidade de matérias-primas e a instituição e prática da cooperação internacional — atende bem as conveniências mundiais e assim vem atuando nos últimos trinta anos. Suas premissas fundamentais, entretanto, são agora combatidas pelas nações do mundo em desenvolvimento.

O desafio do Terceiro Mundo, na opinião de Kissinger, corresponderia a uma tentativa para tornar a acessibilidade de recursos naturais vitais dependentes de decisões políticas, de determinações que afetariam empregos, produção e a futura prosperidade do país sem que os Estados Unidos e os outros países desenvolvidos delas participem. “Os Estados Unidos estão convencidos” — disse ele — “de que um sistema internacional obscurecido pela rivalidade entre nações ou blocos acarretará instabilidade e confrontação. Isto será desastroso para cada Nação, mas essencialmente para as mais fra-

cas e pobres". Por este motivo cabe-lhe o dever de advertir contra a confrontação e de a ela resistir.

Como insistente, contínua e documentadamente tem comprovado os países em desenvolvimento, sobra evidência, entretanto, de que o sistema econômico vigente não tem operado com a eficiência registrada pelo Secretário de Estado Americano, pelo menos em relação às comunidades economicamente não evoluídas. O mundo conheceu, no último decênio, fenômenos que não se registravam há quase meio século. Os conflitos de natureza social marcaram a vida de muitos países desde o final da última grande guerra, levando ao aparecimento de novas formas de *equilíbrio do poder*. O surgimento de grande número de novas nações independentes e o amadurecimento de outras, introduziram, ainda, elementos que alteraram e dispersaram a capacidade de influenciar nos destinos da humanidade, antes concentrada nas mãos de poucos países.

No campo econômico os acontecimentos se registraram com maior vigor, atingindo, profundamente, a todos os países, sobretudo pela propagação do abalo sofrido pelos países desenvolvidos. Observou-se, também, e diferentemente do que ocorrera nos campos social e político, que o *poder econômico mundial* mais se concentrou nas áreas desenvolvidas e industrializadas, tornando agudas as disparidades entre as nações e dificultando a harmonização dos desejos e interesses dos povos.

Até princípios da presente década os barômetros econômicos registravam firme evolução dos países industrializados, com ciclos menos nítidos e efeitos menos difusos. Ao acelerar-se o crescimento econômico, todavia surgiram as pressões sobre o mercado mundial de matérias-primas, provocando elevação nos seus preços internacionais e, como consequência, igual comportamento nos preços dos produtos industrializados. Introduziam, assim, as nações industrializadas, uma com-

ponente indesejável e temida dentro do sistema econômico: a inflação. Defrontaram-se as nações que lideram a economia mundial com inusitados conflitos internos e variados graus de desorganização do sistema produtivo, transferidos aos demais países incorporados aos preços dos bens industrializados e provocando forte pressão inflacionária.

Se o quadro econômico mundial apresentava sintomas preocupantes, o surgimento da crise do petróleo, no segundo semestre de 1973, contribuiu decisivamente para o seu agravamento. A súbita elevação nos preços de fonte energética vital viria provocar acentuado desequilíbrio no intercâmbio externo dos países dependentes de petróleo importado — praticamente a totalidade dos países industrializados. Se os reflexos nos balanços de pagamento foram generalizados, as repercussões mais importantes foram registradas nas economias avançadas, quer porque as atividades internas já apresentavam dificuldades para manter um equilíbrio que a inflação precedente solapava, quer porque tais regiões têm a extraordinária capacidade de refletir-se mutuamente nos períodos de inflação e depressão, como também de alastrar ao resto do mundo os próprios desequilíbrios.

O Brasil, como não podia deixar de ocorrer, foi alcançado pelos efeitos da crise, colocando-se, destarte, no limiar de 1974, em um novo mundo, com o equilíbrio de sua economia sofrendo o impacto de fatores internos e externos. A elevação dos preços de máquinas e equipamentos e dos insumos industriais requeridos pela ampliação da capacidade produtiva, aliada ao alto custo da importação de petróleo, repercutiu fortemente no dispêndio de divisas estrangeiras. Agravando a situação, surgiu maior dificuldade em manter-se o fluxo de receitas de exportação em face da instabilidade dos preços e perda de dinamismo dos grandes centros de consumo. Os reflexos no nível de atividades internas decorreram, sobretudo, de que a economia nacional vinha operando segundo um processo de crescente abertura para o exterior e um modelo de consumo de "bens modernos", favoráveis ambos a ampliação do grau de interdependência econômica.

De fato, a industrialização brasileira nos anos mais recentes se diferencia totalmente do modelo observado na década de 50, com mudanças qualitativas de fundamental significância, uma vez que as etapas agora alcançadas indicam extrema dependência das importações. Os suprimentos do exterior vinham se elevando, em valores reais, a taxas duas a três vezes superiores ao crescimento do produto interno e a estruturação da produção se configurava de uma maneira que fugia ao indispensável equilíbrio setorial e regional.

### PRENÚNCIOS DE NOVA ORIENTAÇÃO

A crise do petróleo, de outra parte, teve uma consequência inesperada cujo alcance ainda não se pode avaliar convenientemente, está determinando um movimento que se poderia qualificar de *tomada de consciência* em relação à organização e funcionamento das economias nacionais e mundial. As consequências eventuais da meticulosa análise que se processa no momento, sobretudo as que importem em decisões de política, obviamente são de maior relevância para o Brasil e devem, a partir de agora, merecer crescente atenção de nossa parte e ser objeto de nossas meditações e preocupações.

Segundo se pode depreender do pouco que se vem divulgando a respeito, há em curso, nos países desenvolvidos, tanto nos círculos governamentais quanto no setor privado, de parte de políticos, técnicos, professores e empresários, um processo de reexame e revisão de conceitos, convicções e atitudes no que concerne aos problemas econômicos, apesar das declarações que deixariam entrever intransponível entrincheiramento na defesa do *status quo*. Alguns aspectos dessa tomada de consciência pelos países de economia já consolidada podem já ser mencionados:

- 1 — A era do combustível abundante e barato está encerrada, o que requererá o ajustamento imediato de toda a economia mundial a essa inelutável realidade.

- 2 — Inicia-se gigantesca operação de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia para substituir o petróleo, mas não se espera que as mesmas possam ser aproveitadas, em bases econômicas, em um período que vai de um quinquênio a mais de quarto de século, segundo as características de cada qual. As buscas, de modo geral, visam ao aproveitamento de recursos naturais disponíveis aos respectivos países ou à obtenção de melhores rendimentos nas explorações já em curso.
- 3 — Estão se reduzindo, rapidamente, as reservas de matérias-primas essenciais, inclusive as não substituíveis no atual estágio tecnológico. A ocorrência determina providências para a garantia do suprimento futuro das matérias-primas escassas, quer através da obtenção de direitos de propriedade ou exploração dos depósitos, quer mediante entendimentos convencionais e associativos de longo prazo.
- 4 — O poder de decisão em referência ao petróleo, com o conseqüente controle e coordenação das respectivas atividades, foi perdido pelas companhias privadas de petróleo a favor dos Governos.
- 5 — Há um sentimento de que os mecanismos com que contou a empresa privada, de modo geral, não foram suficientes para assegurar o normal suprimento de energia e, por isso se reclama, mesmo nos Estados Unidos, maior intervenção do Poder Público, por meios que vão desde a simples atividade reguladora até a assunção completa da responsabilidade pela administração do setor. Medida similar ou equivalente é considerada para as matérias-primas essenciais.
- 6 — O poder financeiro, como conseqüência da nova situação criada para o petróleo, deslocou-se dos centros tradicionais, não havendo tranquilidade sobre a maneira pela qual ele será exercido. Essa trans-

ferência de área coincide com a deterioração do sistema monetário internacional e o generalizado enfraquecimento das principais moedas.

- 7 — Adquire-se melhor conhecimento da organização e atividades das empresas multinacionais e se amplia, em conseqüência, o sentimento da necessidade de submetê-las a um controle e supervisão mais amplos e eficientes.
- 8 — Amplia-se a impressão de que os mecanismos das economias de mercado talvez não sejam suficientes para fazer face às contingências que a *nova ordem econômica* determinará, pelo que a submissão das economias nacionais à disciplina de um planejamento pelo Poder Público vem sendo requerida em crescente número de países de regime de livre iniciativa, inclusive os Estados Unidos.
- 9 — Sem embargo dos sinais positivos de recuperação das atividades econômicas em vários países, há correntes de estudiosos que consideram que o movimento ascendente dos indicadores não significa ganhos definitivos e a consolidação da situação em novos níveis. A crise seria estrutural, enquanto as oscilações nas atividades, ainda que positivas, corresponderiam a fenômenos conjunturais.
- 10 — A taxa de lucratividade da economia em geral estaria decrescendo no último decênio, com efeitos sobre a produtividade e o aceleração da inflação. A redução de lucros provoca a insuficiência de capitais próprios para investimento e conduz as empresas a um endividamento perigoso. As possibilidades de aplicação de capital no exterior se reduziram, assim, proporcionalmente às limitadas disponibilidades existentes.

É fácil concluir, sem dúvida, que a política que se delineia para o futuro se reveste de características de defesa das eco-



nomias nacionais e, conseqüentemente, atuando em sentido contrário, implicará em ataque ou ameaça a outras economias. A fórmula para evitar essa confrontação ou minorar seu alcance é encontrada na harmonização dos interesses mútuos por meio de entendimentos, em escala internacional que estabeleçam direitos e deveres de cooperação para todas as Nações.

Não há muita esperança de que essa conjugação de esforços, no campo internacional, se concretize a curto prazo, visto que a posição intransigente dos Estados Unidos quanto à adoção da sua filosofia de colaboração é compartilhada por outros países industrializados.

No ano passado, já havia mostrado que as grandes transformações ocorridas, dentro e fora do país, indicavam a necessidade de um reajustamento da política de desenvolvimento adotada pelo Brasil às imposições da história contemporânea. Apontava, então, a necessidade de redução da dependência externa e do fortalecimento do *Poder Nacional*.

Verifica-se, agora, que a estrutura que no final virá a prevalecer para a economia internacional requererá esse fortalecimento. A menos que se vinculem as economias nacionais, dentro de um sistema de mútua e estreita colaboração, os antagonismos recrudescerão. O *Poder Nacional* — permitamos recordar embora a noção seja familiar nesta Escola — é integrado pela rede dos meios de que dispõe a Nação para a consecução dos seus objetivos de desenvolvimento e segurança. É uno e indivisível e a força do conjunto fica limitada pela malha mais fraca.

Cabe mencionar, ainda que sucintamente, alguns dos setores em que a ação do Governo vem se desenvolvendo e que, direta ou indiretamente, contribuirão para elevar o poder de atuação da economia nacional:

“Desenvolvimento industrial setorial” — O Governo está determinando uma série de medidas para o desenvolvimento de certos setores industriais que, por diversos motivos não

atingiram o mesmo grau de evolução alcançados, de maneira geral, pelo parque manufatureiro nacional. Encontram-se neste caso, por exemplo, as indústrias de bens de capital e as de insumos básicos.

Além do suprimento através de empresa especializada instituída pelo BNDE, recursos financeiros destinados aos empreendimentos nesses setores, foram baixadas instruções para que se reserve à indústria brasileira parcela progressivamente crescente e significativa dos fornecimentos de bens de produção requeridos pelos grandes empreendimentos em curso. Assim, a participação da indústria nacional nos programas para a expansão da siderurgia, petroquímica, comunicações etc. já está assegurada.

"Fortalecimento da empresa nacional privada" — A política adotada em relação a este aspecto tem alcance mais profundo do que a da idéia, que ocorre ao primeiro exame do enunciado, de mera defesa ou proteção de investimentos em empresário nacional. O que visa, em verdade, é assegurar que as decisões básicas no setor econômico não escapem ao *Poder Nacional*.

O ingresso de capitais estrangeiros na economia brasileira deve ser considerado dentro de nova perspectiva histórica, pois a sua transferência se dá dentro de contextos político-econômicos que explicam, de um lado, a motivação da imigração dos recursos e de outro as próprias condições de receptividade. Realmente, a participação estrangeira em uma economia, principalmente se esta ainda não se consolidou, pode não corresponder a simples movimentação de capitais em busca de melhores rendimentos, mas sim visar à transferência, neles incorporado, de um modelo de desenvolvimento. Este, por sua vez, influenciaria a determinação da estrutura industrial e, portanto, a orientação da própria economia.

Estamos, pois, diante de nova fase no desenvolvimento das atividades dos capitais estrangeiros no Brasil, e dadas as suas características de grandes empresas, de múltiplos interesses nas mais diversas partes do mundo, e da efetiva capa-

cidade de interferir no processo de desenvolvimento econômico, é indispensável que façamos permanentemente uma revisão no quadro de inter-relacionamento com o capital nacional, com os interesses internos, a fim de que a atuação do investidor estrangeiro não conflite com os objetivos nacionais, mas, antes disso, se conjugue com a filosofia política que inspira um padrão de desenvolvimento julgado adequado à nossa realidade, às nossas aspirações e aos objetivos de participação mais ampla nos ganhos decorrentes do processo.

“Desenvolvimento tecnológico” — A disposição de tecnologia própria é considerada um dos elementos do *Poder Econômico*, sobretudo pela orientação que pode imprimir à utilização dos fatores de produção e o grau de vinculação e dependência que pode estabelecer para uma economia. Busca-se, conseqüentemente, criar condições para o surgimento, expansão e consolidação da tecnologia nacional, quer através da absorção da experiência exógena, quer pelo estímulo à capacidade inovadora do brasileiro.

Com este objetivo há recomendação para que, em programas de iniciativa do Governo ou que recebem seu patrocínio, se faça uso, sistematicamente, dos serviços de engenharia de projetos brasileiros. Com o financiamento de estudos e pesquisas, tem-se procurado capacitar empresas nacionais de consultoria com organizações estrangeiras que dispõem de maiores recursos.

“Incentivos” — As linhas de financiamento existentes nas instituições de crédito oficiais são complementadas por incentivos fiscais e tributários concedidos às empresas produtoras. Os critérios para a concessão desses incentivos, entretanto, têm sido modificados com o objetivo de orientar as iniciativas e os investimentos para aqueles setores que o Governo considera prioritários ou mais carentes de estímulos. Tem-se, também, introduzido inovações neste campo, como seja a equiparação, em certos casos e para a obtenção de isenções tributárias, da venda de equipamento no mercado

interno à exportação. A economia nacional, no seu conjunto, deverá beneficiar-se com a aplicação das novas diretrizes.

"Distribuição de renda" — Prossegue a adoção de medidas que contribuam para ampliar a distribuição da renda entre a população. São de assinalar-se, além do aumento do salário-mínimo em bases compensatórias da perda do poder aquisitivo verificado nos últimos tempos, a desvinculação da remuneração de contratos como índice para reajustamento de custos, o que facilitará novas revisões no futuro.

Cumprir referir, ainda, que uma série de medidas vêm sendo determinadas no campo da previdência e assistência sociais e que podem ser consideradas como outras tantas suplementações à remuneração regular da força de trabalho. Tais providências vão desde a distribuição gratuita de medicamentos à antecipação da utilização de recursos de destinação específica para fim de financiamento de habitação.

Não desejo encerrar esta exposição sem solicitar a atenção para um aspecto que nem sempre é levado em conta quando se consideram os problemas vinculados ao progresso econômico. Quero referir-me ao fato de que desenvolvimento econômico não tem necessariamente conexão positiva com o fortalecimento do *Poder Nacional*. Pelo contrário até, pois o alcance dos objetivos estabelecidos para a Nação pode ser comprometido por certas distorções geradas pelo próprio dinamismo do processo; pela atrofia de setores vitais; pela potencialidade de conflitos sociais produzidos pela concentração de renda ou pelo agravamento de um tipo de interdependência externa que mutile a capacidade de decidirmos sobre o nosso próprio destino.

# A Evolução do Conceito de Poder Nacional e Sua Avaliação

Gen Div  
CARLOS DE MEIRA MATTOS

*"Na atmosfera retórica das Nações Unidas todas as 152 nações soberanas do mundo são iguais, mais qualquer um concorda que no mundo real algumas nações são mais iguais do que outras". (Do livro World Power Assessment, do Professor Ray Cline).*

Após a Primeira Guerra Mundial preocuparam-se as grandes potências em realizar pesquisas mais objetivas e menos retóricas visando a conceituação e mensuração do poder. Os estudos dessa natureza estavam, até então, adstritos aos especialistas em ciência política das universidades que os desenvolviam com admirável erudição, mas distanciados da realidade de um mundo agitado por conflitos cada vez mais freqüentes e dominado por novos armamentos e novos instrumentos de pressão psicológica.

O conceito de Moltke de que, o preparo de uma nação para a guerra podia se resumir ao aprestamento de suas forças militares e que a passagem da situação de paz para a situação de guerra consistia apenas na execução da mobilização militar, mostrava-se ultrapassado.

O poder militar perdia a sua autonomia no caso de conflitos bélicos e as expressões econômica e psicossocial do poder nacional entravam para o contexto bélico com um peso cada vez mais substancial. O poder político, antes quase sempre arrastado pelo poder militar no decorrer das guerras

importantes, começava a assumir um papel de liderança incontestável por ser o único capaz de coordenar as três expressões — militar, econômica e psicossocial — e conduzi-las em convergência aos mais altos interesses nacionais.

Assim, em largos traços, pretendemos ter oferecido uma visão muito sintética do quadro de evolução do conceito de poder, desde o final da guerra mundial de 1914/1918 até os nossos dias.

No período que se seguiu à Primeira Grande Guerra, preocupados em estudar com objetividade as conseqüências desse conflito na esfera do poder, a Inglaterra (1927) e depois a França (1936) criaram escolas superiores de estudos estratégicos, onde militares e civis funcionários do Estado, se dedicaram ao estudo da guerra como fenômeno total (a guerra total já proclamada antes por Clausewitz e, cem anos depois, por Ludendorff), buscando a uma melhor adequação da estrutura do Estado para responder a uma tal emergência.

A partir de 1945, neste último pós-guerra, surgiram novos ingredientes para a avaliação do fenômeno de globalização dos conflitos bélicos no espaço e no tempo. Além do grande progresso dos meios de agressão culminando com o advento da bomba nuclear, este período trouxe nova forma de conflito, a guerra revolucionária, que através de minorias nacionais acionadas pelas centrais políticas de Moscou ou de Pequim, trazem a muitos países a permanência do ambiente bélico, sem guerra declarada e sem que haja mesmo conflitos de grandes proporções.

Após a Segunda Guerra Mundial surgiram a maioria dos institutos do nível da nossa ESG, encarregados do estudo objetivo da política e da estratégia nacional.

O *National War College*, dos Estados Unidos, é de 1946 e a nossa *Escola Superior de Guerra (ESG)* de 1949.

No Brasil, a idéia de um instituto de altos estudos políticos e estratégicos freqüentado por civis e militares, brotara

em 1927, 29 anos antes da fundação ESG, quando Pandiá Calogeras em discurso pronunciado em São Paulo disse:

“Uma única política é possível e aconselhável ao bem do povo: compreensão mútua entre civis e militares; cordialidade da colaboração, ingerência esclarecida, altruísmo e competência no trato de assuntos estratégicos, em grau crescente, por parte dos homens públicos estranhos à farda”.

Não há dúvida que foi após o aparecimento dos institutos do nível de escolas de altos estudos políticos e estratégicos, tendo como pioneiro no mundo ocidental, o *Imperial Defence College* da Inglaterra (1927), que a pesquisa envolvendo as componentes e os fatores do poder nacional passou a ser cogitada com maior objetividade.

Hoje, em inúmeras universidades européias e norte-americanas, há institutos de Ciências Políticas e Estratégicas, ou semelhantes, onde estudos dessa natureza se desdobram em áreas cada vez mais amplas. É interessante observar-se que, recentemente, o ex-secretário da Defesa dos Estados Unidos, Sr. Schlessinger, após ser afastado do governo, no vértice de uma crise sobre qual seria a melhor estratégia de segurança para a grande democracia americana foi refugiar-se em dois desses Institutos.

A nossa ESG é fonte central das pesquisas sobre estratégia de segurança nacional. Mas o tema Segurança Nacional é um corolário de dois outros, Política Nacional e Estratégia Nacional, o que vem obrigando a ESG a estudá-los e formulá-los teoricamente, para daí, derivar a Segurança Nacional.

Política, estratégia e segurança do Estado dependem fundamentalmente de seu poder. Por isto, o estudo do poder vem-se constituindo em preocupação permanente dos especialistas do assunto.

Nos primeiros anos de sua atividade, a nossa ESG formulou uma conceituação inicial de poder que permitiu o desenvolvimento dos estudos que dele se derivam.

Foi então dada a seguinte conceituação:

*"Poder Nacional é a expressão integrada de meios de toda a ordem de que a nação dispõe no momento considerado, para promover no campo interno e no âmbito externo a consecução dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos".*

Será interessante comparar-se esta conceituação, que marca uma época, princípios da década de 50, com os conceitos ora em estudo e pesquisa nas escolas similares e nos institutos de estudos estratégicos das grandes universidades norte-americanas.

É de se notar que o conceito de poder da ESG, de 1953, que em linhas gerais é semelhante ao das escolas similares no mundo ocidental, quando diz que "poder é a expressão integrada de meios de toda ordem..." sugere quantidade de meios, pois a palavra meios induz à idéia de recursos materiais. Vem daí a simplificação que alguns faziam ao dizer que "poder é soma de meios".

Essa idéia, predominantemente quantitativa de poder, está perdendo densidade à medida que são estudados os maiores conflitos travados neste pós-guerra — a Guerra da Coreia, as guerras de libertação das antigas colônias europeias na Ásia e África, a Guerra do Vietnã e a guerra revolucionária difundida pelos quatro continentes.

Em conferência que fizemos na ESG, em 1973, num estágio especial sobre assuntos de política internacional, defendemos a tese de que na conceituação de poder deveria se considerar uma componente psicossocial — a capacidade de influir. Dizíamos, então:

*"O conceito moderno de Poder Nacional, deve abranger não apenas a força material de que dispõe*



um Estado, mas também a sua capacidade de influir na condução dos acontecimentos. Não resta dúvida que esses dois valores — *poder-força* (material) e *poder-de-influir* (psicológico) são interdependentes. Sem o *poder-força* não funciona o *poder-de-influir*, mas, sem este, esvazia-se o *poder-força*. Ambos, nos conflitos modernos estão sujeitos às influências nacionais e multinacionais de pressão e de contrapressão”.

O final melancólico da Guerra do Vietnã bem vale como uma prova que o *poder-força* não é suficiente. Faltou aos Estados Unidos a capacidade de influir, não só no sentido de convencer, os seus aliados para a justiça de sua causa, mas, também, e principalmente, na mente de seus próprios habitantes. De nada valeu uma superioridade de poder esmagadora no campo material, quando na área psicológica a guerra estava perdida pela incapacidade do governo de Washington de convencer, aliados e nacionais, a lutarem pela sua causa.

Preocupado com o mesmo assunto de mensurar o *Poder* e consciente de que no seu contexto se incluem valores abstratos mas efetivos, como a Estratégia e a Vontade, o Prof. Ray S. Cline, Diretor do *Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown* (Washington), acaba de publicar interessante livro denominado *World Power Assessment — A Calculus of Strategic Drift*.

Após considerações de natureza científica, procura o Prof. Cline aclarar a sua concepção de *Poder Politectónico*, e também sintetiza o seu pensamento através de uma fórmula matemática. Julgamos a concepção politectônica do Prof. Cline menos importante do que a sua fórmula matemática. Buscou o Prof. da *Universidade de Georgetown* dar colorido moderno, com um jogo de palavras tiradas da moderna geologia, com que procura fazer entender a sua visão

politectônica da política mundial. Eis como explica ele a sua concepção politectônica:

“Há uma analogia assombrosa entre as tendências políticas e estratégicas atuais, de uma parte, e as novas descobertas científicas referentes aos leitos marinhos aportando conceitos geológicos fundamentalmente novos, de outra parte. Considera-se, atualmente, que a superfície da terra esteja construída por vastas pranchas tectônicas que abarcam continentes inteiros e vastas extensões de leitos marinhos adjacentes. Estas pranchas continentais formam peças separadas da estrutura terrestre compacta; flutuam sobre uma superfície interna mais fluida, afastando-se e aproximando-se lentamente durante milênios. Onde essas pranchas se encontram surgem cadeias de montanhas, produzem-se pressões sísmicas ou vulcânicas, reformam-se grandes cordilheiras e desgarramentos suboceânicos, e parte do terreno submerso resvala com o limite de outra prancha e é lentamente triturado. Seria difícil encontrar-se um quadro mais gráfico para descrever o que está sucedendo neste século em uma escala de tempo muito mais rápida, com o deslocamento gradual do poder internacional. Assim, com a nova palavra *politectônica* quero indicar a ruptura de agrupamentos de *poder*, principalmente os de constituição rígida, que determinam o verdadeiro balanço de forças e influências aos assuntos internacionais nos dias de hoje”.

A sua *fórmula matemática* entretanto traduz de maneira inconfundível quais os fatores que, a seu ver, influem na constituição do *Poder*.

Eis a fórmula:

$$P = (C+E+M) \times (S+W).$$

P

Vamos identificar esses valores:

P = Poder Perceptível

p

C = Massa Crítica (População + Território)

E = Capacidade Econômica

M = Capacidade Militar

S = Concepção Estratégica (Strategy)

W = Vontade de realizar a Estratégia Nacional (Will)

É de se observar, na fórmula acima, que no primeiro termo encontram-se os valores físicos do poder — população, território, economia e capacidade militar. No segundo termo, os fatores abstratos do poder — concepção estratégica e vontade, realmente dois valores determinantes do sucesso de qualquer empreendimento político, administrativo ou militar.

A nosso ver, entretanto, falta ao segundo termo, um fator que já analisamos no começo deste artigo, e que hoje em dia pesa substancialmente na realização com êxito de qualquer empreendimento — *o poder de persuadir*. Em nossa opinião, a fórmula matemática do Prof. Cline ficaria mais completa se lhe acrescentasse, no segundo termo, onde se reúnem os fatores abstratos, um novo valor P que corresponderia ao *poder de persuadir, à força de persuasão, à capacidade de convencer*.

Proporíamos, então, a seguinte fórmula:

$$P = (C+E+M) \times (S+W+P)$$

p

Como uma exemplificação de que este valor P está faltando no contexto do *poder*, diríamos que na recente Guerra do Vietnã, o que mais careceu aos Estados Unidos não foi tanto uma estratégia ou vontade de vencer a guerra (mormente por parte do governo e combatentes) mas, essencialmente o isolamento em que se viu o governo por ter sido incapaz de convencer aos seus aliados e ao seu próprio povo da justiça de sua causa, de persuadir sobre o interesse em

se engajar em tal conflito. Ficou o governo norte-americano, por não ter tido força de persuasão, isolado em seu próprio país, depois de ter sido abandonado pelos seus tradicionais aliados.

Poder-se-ia justificar, dizendo-se que esse *poder de persuadir* está intrinseco no valor S (Strategy) estratégia ou W (Will) vontade. Preferimos considerar que não está, uma vez que se pode admitir o caso em que se caracterize uma firme vontade de vencer por parte de um Estado (governo e povo), sem que haja capacidade de convencer os demais Estados, da justiça de sua causa e, em consequência, resulte no isolamento desse Estado, cuja consequência é a derrota.

É interessante examinar-se, também, no trabalho do Prof. Cline, as tabelas tentativas com que procura dar valores numéricos aos fatores de poder de cada nação. Vejamos a posição do Brasil no que se relaciona à primeira expressão de sua fórmula (População, Território, Economia e Capacidade Militar) nosso país merece 16 pontos:

EE. UU. ....	50
U. R. S. S. ....	45
China ....	23
França ....	20
Alemanha Ocidental ....	18
Japão ....	17
Índia ....	17
Argentina ....	10
México ....	11

No tocante aos valores relacionados com qualidade da estratégia nacional e vontade nacional, ganha o Brasil 1,3 pontos:

EE. UU. ....	0,7
U. R. S. S. ....	1,5
China ....	1,0

França .....	1,2
Alemanha Ocidental .....	1
Japão .....	1
Índia .....	0,8
Argentina .....	0,5
México .....	0,9

Como este segundo fator (Estratégia Nacional e Vontade) é multiplicador, o cômputo:

$$(C+E+M) \times (S+W),$$

nos dá a seguinte posição final:

U.R.S.S. ....	67,5
EE.UU. ....	35
Alemanha Ocidental .....	27
França .....	24
China .....	23
<i>Brasil</i> .....	20,8
Japão .....	17
Índia .....	12,8
México .....	9,9
Argentina .....	5,0

Os números que extraímos acima constituem uma parte apenas, a que mais nos interessa analisar, de um vasto material de nações, grupos de nações e valores numéricos oferecidos no referido livro.

Assim, começando pelo primeiro conceito de poder emitido pela nossa ESG, nos idos tempos em que foi comandada pelo saudoso General Juarez Távora, há quase 25 anos passados, viemos percorrendo os duros anos deste pós-guerra, cruzando o caminho dos conflitos de grande violência física e psicológica, seguindo o rastro da tragédia humana estampada cada dia nos clichês dos grandes jornais, em busca de uma análise e de uma avaliação atual para o poder de uma nação.

Chegamos, afinal, a concordar com uma fórmula matemática, a fórmula de Cline, acrescentando-lhe um novo valor.

É o próprio Prof. Ray Cline, quando procura justificar a sua preocupação com o problema de avaliação do poder de uma nação, quem diz:

“Na atmosfera retórica das Nações Unidas todas as 152 soberanias (eram 50 quando criada a Organização das Nações Unidas) são iguais, mas alguém já disse que, no mundo real, *algumas nações são mais iguais do que outras*. Uma têm um poder tremendo, outras pequeno. Antes que possamos estudar o poder integrado de grupos de nações, é necessário analisarmos e medirmos o poder nacional. Nos tempos modernos o estado-nação é a mais importante unidade na composição da força política no campo dos assuntos internacionais”.

*“São os livros uns mestres mudos que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos e assim, com a força de tratar com pessoas honestas e virtuosas, se adquirem insensivelmente os seus hábitos e costumes, também a força de ler os livros se aprende a doutrina que lhes ensinam. Forma-se o espirito, nutre-se a alma com bons pensamentos e o coração vem por fim a experimentar um prazer tão agradável, que não há nada que se o compare e só o sabe avaliar quem chegar a ter a fortuna de o possuir.”*

PADRE A. VIEIRA

# O Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento — PNUD

Cel R-1 Eng Com

JOSE MARIA NOGUEIRA RAMOS

## PRÓLOGO

Em princípios de 1976, encontravam-se no Brasil, a serviço do PNUD, 292 peritos internacionais, em mais de 100 projetos em implementação pelas agências executivas da ONU, juntamente com organismos nacionais, ao mesmo tempo em que 62 peritos brasileiros se achavam no exterior, trabalhando em outras nações em desenvolvimento, financiados pelo PNUD. Os 108 escritórios do PNUD, espalhados por todos continentes, constituem a maior rede mundial de assistência ao desenvolvimento.

O presente artigo tentará dar uma idéia do que é o PNUD, sua origem, estruturas, atividades, sucessos e dificuldades. O articulista trabalhou durante 3 anos (1970-1973) como engenheiro de projetos (do PNUD) no Departamento de Cooperação Técnica da União Internacional de Telecomunicações, em Genebra (Suíça).

## ORIGEM E FINALIDADE

A ONU criou, em 1949, o Programa Ampliado de Assistência Técnica, e, em 1959, o Fundo Especial das Nações Unidas, ambos destinados a incentivar o desenvolvimento nos países menos avançados. Da fusão destes 2 programas surgiu, em 1965, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), hoje considerado como a alavanca da assistência técnica do sistema das Nações Unidas.

## ATIVIDADES

Com sede em Nova Iorque e 108 escritórios no mundo inteiro, chefiados pelos Representantes-Residentes, o PNUD trabalha com quase todos os governos do mundo, com 22 agências executivas, financiando milhares de projetos em 147 países e territórios.

Embora esses projetos envolvam um largo espectro de atividades, têm todos um alvo básico que é o melhor uso dos recursos naturais e humanos disponíveis nesses países.

O PNUD opera em quase todos os setores do campo sócio-econômico, sobressaindo a agricultura com 30% dos projetos, a indústria com 15%, transporte e comunicações com 11% e a educação com 10%.

A nova ordem econômica ora em gestação não poderá prescindir, no futuro, dos serviços do PNUD.

Em princípios deste ano, estavam sendo financiados pelo PNUD, aproximadamente, 11 mil 500 peritos, dos quais 1 mil 500, 1 mil 373 e 1 mil 150 eram de nacionalidade inglesa, norte-americana e francesa, respectivamente. As nações em desenvolvimento conseguem fornecer 30% dos peritos do PNUD, estando em evidência a Índia, com 538; Chile, 256; Argentina, 252; Egito, 238. O Brasil figura em 10º lugar, com 62 peritos.

## ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

A direção do PNUD compete ao Administrador, que é responsável perante o Conselho de Governadores, de 48 membros, por todos os aspectos das operações. O Conselho de Governadores tem representantes das principais regiões do mundo e depende da Assembléia Geral da ONU, através do Conselho Econômico e Social.

Os 48 membros são eleitos pelo ECOSOC, sendo 27 de países em desenvolvimento e 21 de países industrializados.



Existem 4 escritórios regionais relativos à América Latina, África, Ásia e Europa (Mediterrâneo e Oriente Médio), que constituem os principais canais de informações do Administrador.

Os Representantes-Residentes, chefes dos escritórios do PNUD em 108 países, são responsáveis pela eficiência dos projetos do PNUD nesses países e constituem o elo de ligação entre as autoridades governamentais e as agências executoras (FAO, UNESCO, OMS, UIT etc...).

Embora com sede em Nova Iorque, inúmeras reuniões do PNUD realizam-se em Genebra na Suíça.

O Administrador do PNUD é também responsável pelos 4 programas associados seguintes:

#### **Fundo das Nações Unidas para Desenvolvimento da Capitalização**

Este Fundo proporciona capital gerador em zonas muito pobres, deixadas de lado por projetos anteriores. Os projetos do Fundo podem classificar-se como de infra-estrutura social: habitações de baixo custo, abastecimento d'água em zonas secas, escolas e hospitais rurais, etc.

Até meados de 1975, 58 países já haviam contribuído com 18 milhões de dólares para este Fundo, que se destina principalmente aos países menos desenvolvidos.

#### **Fundo Rotativo para a Exploração dos Recursos Naturais**

Criado em 1973 pela Assembléia Geral da ONU, este Fundo financia a pesquisa de minerais por solicitação dos países em desenvolvimento, que pagarão somente quando as pesquisas resultarem em produção de

novos minerais. Mais de 20 países já foram visitados e os recursos deste Fundo atingem US\$ 11,2 milhões atualmente.

Em junho de 1975, foram aprovados 2 projetos no âmbito do Fundo Rotativo para serem executados na Bolívia e no Sudão.

### **Fundo para as Atividades Populacionais (FNUAP)**

Em operação desde 1969, o FNUAP apóia os esforços das nações em desenvolvimento para formular e realizar a política de planejamento familiar. Este programa já envolve 1.200 projetos e a previsão de gastos no corrente ano é de 90 milhões de dólares.

O financiamento de projetos, neste programa, pode ser multilateral, isto é, assegurado conjuntamente pelo PNUD e por país industrializado.

Não há projetos do FNUAP no Brasil; recentemente foram aprovados um projeto na Bolívia e outro no Equador, os quais deverão ser executados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O projeto na Bolívia durará 5 anos, com financiamento de 9 milhões de dólares, pela Bolívia, e 1 mil 520, pelo PNUD.

No Equador, o projeto terá a duração de 4 anos, com 18 milhões de dólares financiados pelo próprio país e 1 milhão 340 mil, pelo PNUD.

O FNUAP parece estar sendo encarado com desconfiança por parte de nações que não aceitam o controle da natalidade, pois temem que esse Fundo venha a se tornar, no futuro, elemento primordial de pressão das nações industrializadas sobre os países em desenvolvimento, para forçá-los a aceitar o controle da natalidade.

### Voluntários das Nações Unidas

Este programa, iniciado em 1970, possibilita a cidadãos de qualquer país participar no desenvolvimento de países menos adiantados. Existem, atualmente, 500 voluntários em países subdesenvolvidos.

### PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Os próprios países em desenvolvimento desempenham o principal papel no planejamento e programação da assistência técnica do PNUD. Faz-se inicialmente a estimativa dos recursos financeiros disponíveis no PNUD, num período quinquenal. O chamado primeiro ciclo de planejamento está vigorando desde 1972 e encerra no fim do corrente ano.

A cada país-recebedor (subdesenvolvido) é atribuída uma Cifra Indicativa de Planejamento (CIP), isto é, o montante dos recursos financeiros provenientes do PNUD a serem aplicados nesse país, no período quinquenal.

O Conselho de Governadores do PNUD aprova as CIP e as ajusta para cada quinquênio. As CIP para 1977-1981 (2.º ciclo) foram discutidas e aprovadas em junho de 1976.

A CIP do Brasil no 1.º ciclo (1972-1976) é de US\$ 30 milhões e será mantido o mesmo montante para o 2.º ciclo.

Cada país-recebedor deve preparar a "programação por país" (*country-programme*), que é um trabalho realizado pelo Representante-Residente juntamente com os organismos governamentais de planificação.

O *Country-programme* deve esboçar os planos de desenvolvimento, os recursos próprios e aqueles que o país espera de outras fontes externas que não o PNUD e conter a ordem de prioridade para a assistência do PNUD.

Aprovado o *country-programme* pelo Conselho de Governadores, inicia-se a preparação da requisição de cada pro-

jeto previsto, discriminando-se os objetivos, duração e custo. Os projetos de custo mais elevado devem ser aprovados pelo Conselho de Governadores, podendo o Representante-Residente aprovar os menos custosos.

A implementação dos projetos no terreno fica a cargo das agências especializadas da ONU e de bancos, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional.

As agências especializadas da ONU funcionam como bancos de dados de sua especialidade, cooperam com os governos na programação da assistência do PNUD, recrutam os peritos internacionais, programam as bolsas de estudo e compram os equipamentos necessários à execução dos projetos.

O progresso dos trabalhos do projeto é verificado periodicamente por reuniões tripartites do PNUD, governos e agências.

Cada projeto compõem-se de 4 componentes principais: peritos, bolsa de estudo, equipamento e subcontratos, cujos gastos, em 1974, foram, respectivamente, de US\$ 167 milhões — (60%); US\$ 26 milhões — (10%); US\$ 46 milhões — (16%) e US\$ 38 milhões — (14%).

As agências executivas (UNESCO, FAO, ILO, UIT, IDB, etc.) recebem, do PNUD, 14% dos gastos de cada projeto que executam, pelos serviços administrativos prestados.

## FINANCIAMENTO

O financiamento do PNUD provém parcialmente dos próprios países em desenvolvimento, que custeiam mais de 50% dos projetos, isto é, os salários do pessoal nacional, construção de prédio e compra de suprimento no local. A outra parcela do financiamento provém da contribuição voluntária de todos os países membros da ONU, mas sobretudo das nações mais industrializadas, o que totalizou 3 bilhões 250 milhões

de dólares de 1959 a 1975. Os maiores contribuintes são: os Estados Unidos, US\$ 1,083 bilhão (32%); Suécia, US\$ 300 milhões; Grã-Bretanha, US\$ 226 milhões; Dinamarca, US\$ 220 milhões; Alemanha Ocidental, US\$ 200 milhões; Canadá, US\$ 192 milhões; Holanda, US\$ 138 milhões; Noruega, . . . . US\$ 102 milhões; Japão, US\$ 90 milhões e França, US\$ 78 milhões. A contribuição do Brasil nesse período foi de US\$ 15 milhões.

Os Estados Unidos nos últimos anos baixaram a percentagem de sua contribuição de 32% para 18,5%. A previsão dos gastos do PNUD para o ciclo 1977-1981 é de 3 bilhões 462 milhões de dólares, dos quais 352 milhões irão para as agências executivas. Os gastos em relação aos peritos são feitos à base de 3.500 dólares o homem-mês.

### **PNUD E AS NAÇÕES INDUSTRIALIZADAS**

Os países industrializados são os maiores contribuintes do PNUD, sobressaindo entre eles os países escandinavos (vide Financiamento). Convém salientar a contribuição norte-americana de 1083 milhões de dólares, desde 1959, mormente comparada à da União Soviética, de 60 milhões no mesmo período.

É verdade que as nações industrializadas são as mais beneficiadas pela venda de equipamentos e por subcontratos do PNUD. Por exemplo, em 1974, para uma contribuição total de 362 milhões de dólares, os países desenvolvidos desembolsaram 337 milhões, isto é, 93%.

Nesse mesmo ano, porém, o PNUD despendeu US\$ 79 milhões em equipamentos e subcontratos e pagou US\$ 105 milhões em salários de peritos originários de países desenvolvidos.

A exposição desses números nem de longe pode invalidar o enorme benefício feito aos países subdesenvolvidos pela criação do PNUD, idéia e realização das nações mais avançadas.

## O PNUD E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

O PNUD é considerado o programa dos países em desenvolvimento e procura atualmente reforçar a cooperação técnica entre esses países, atualmente em número de 108. Razão por que o Conselho de Governadores pediu, recentemente, ao Administrador, que realize a integração da cooperação técnica entre os países subdesenvolvidos no quadro normal do PNUD e que favoreça a utilização de fundos para esse fim. Essa política irá ressaltar, entre os subdesenvolvidos, o papel de fornecedores e não somente de beneficiários da assistência técnica. As agências executoras de projetos foram solicitadas a contratar de mais a mais peritos e consultores, comprar equipamentos e enviar bolsistas nesses países. Tal política permitiria aos países em desenvolvimento identificar suas capacidades mútuas, fornecendo informações sobre diversos tipos de institutos de formação, instituições de pesquisas e desenvolvimento, serviços de consultoria e fontes de peritos.

Os 28 países menos desenvolvidos designados pela Assembleia Geral da ONU, com renda por habitante inferior a 100 dólares e com uma população total de 150 milhões de habitantes, passarão a contar com 31% dos gastos do PNUD no 2.º ciclo de programação (1977-1981) em vez dos 22% ora em aplicação no 1.º ciclo (1972-1976).

A metade dos gastos do PNUD no 2.º ciclo irá para os países com renda por habitante inferior a 150 dólares por ano.

## REALIZAÇÕES DO PNUD

O PNUD é a maior fonte mundial de cooperação técnica multilateral. Fornece o PNUD eficiente acesso a todas as fontes de conhecimento no mundo, mormente sobre ciência e tecnologia, de que são carentes os países subdesenvolvidos. Prestando assistência técnica, procura o PNUD desenvolver a capacidade dos países menos adiantados para prover suas próprias necessidades em recursos humanos. A cooperação

técnica dispensada pelo PNUD é de natureza catalítica, estimulando a ótima utilização dos recursos existentes nos países onde opera e não se reveste do caráter mais comercial que tende a predominar na cooperação bilateral. Além dos projetos normais, há os programas de urgência que são adotados por ocasião das grandes catástrofes, como o terremoto do Peru em 1971 e a grande seca nos 7 países africanos da região SaheI, nos últimos anos.

Em 25 anos, o PNUD e suas organizações precedentes concederam mais de 90 mil bolsas de estudo e financiaram quase 75 mil peritos-anos de assistência técnica prestada.

Absorvendo mais de 85% dos recursos da ONU, tornou-se o PNUD verdadeira mola propulsora de progresso nos países em desenvolvimento, o que pode ser aferido pelo enorme interesse que continuam despertando seus projetos.

Como toda organização humana, o PNUD tem seus pequenos defeitos que, em absoluto, não anulam o imenso lastro positivo do trabalho desenvolvido em favor dos países subdesenvolvidos. Entre outros senões, convém citar a luta surda entre países doadores, quando as agências especializadas propõem o nome de um diretor de projeto, talvez porque a nacionalidade deste influa na compra de equipamentos e adjudicação de subcontratos.

Há um reduzido número de projetos inacabados e outros de certo porte, em que não se concedem bolsas de estudo. Por outro lado, a concessão das bolsas é um processo lento, talvez dificultada pelos próprios países que as concedem, devido ao contínuo crescimento das mesmas. A escolha dos peritos é demorada, o que seja talvez provocado pelas sucessivas consultas e triagens na seleção de novos peritos.

## A ATUAL CRISE FINANCEIRA DO PNUD

Precisamente por causa de sua universalidade, o PNUD tornou-se sujeito, como as nações a que serve às mesmas dificuldades que atingem a economia mundial.

Na 21.<sup>a</sup> sessão do Conselho de Administração do PNUD, realizada em janeiro deste ano, adotaram-se várias medidas para resolver os problemas financeiros. A dificuldade imediata é que existe um déficit de 40 milhões de dólares entre as despesas previstas em 1976 e a liquidez disponível. Na origem deste déficit estão, um aumento de 13% na assistência prestada em 1975 em relação à de 1974, a inflação mundial, 72 milhões de dólares em contribuição prometida mas não realizada, uma baixa de US\$ 42 milhões na contribuição norte-americana em relação à que era esperada e um acúmulo de 30 milhões de dólares em moedas não conversíveis.

O Administrador quer que, neste ano, as despesas totais não ultrapassem US\$ 370 milhões e, para tanto, a compressão de gastos atinge todos os escalões do PNUD.

Importante reunião do Conselho de Administração será realizada brevemente e nela se tratará principalmente da crise financeira, das CIP dos países e estudará a possibilidade de empréstimo ao PNUD a curto prazo. A crise atual está permitindo uma larga reformulação das atividades do PNUD e é de prever-se que dela emergirá o PNUD mais prestigiado e fortalecido.

## O BRASIL E O PNUD

No Brasil, atualmente, o PNUD é a principal fonte de cooperação técnica internacional em termos qualitativos e quantitativos. De 1959 a 1975, o Brasil contribuiu com US\$ 15 milhões para o PNUD, mas foi beneficiado, somente no 1.<sup>o</sup> ciclo de planejamento (1972 a 1976), com uma Cifra Indicativa de Planejamento no montante de US\$ 30 milhões que se constitui na mais elevada da América Latina e a 3.<sup>a</sup> do mundo, somente inferior à da Índia (US\$ 50 milhões) e à da Indonésia (US\$ 35 milhões). Já para o 2.<sup>o</sup> ciclo (1977 a 1981), a previsão é de que a CIP do Brasil se manterá em US\$ 30 milhões, passando a ser a 15.<sup>a</sup> em valor, subindo a Índia para US\$ 97 milhões e a Indonésia para US\$ 69 milhões. Talvez, tendo em vista o crescimento econômico bra-



sileiro, a tendência seja de levar o Brasil a ser somente contribuinte doador e não receptor do PNUD. É o que está acontecendo com Espanha e Israel, que voluntariamente deixarão de ser receptores a partir de 1977.

Há igualmente forte tendência para que o número de países beneficiários seja progressivamente reduzido, o que é da competência do Conselho de Administração.

A prevalecer esse ponto de vista, tem-se a impressão que dificilmente o Brasil continuará como receptor, no PNUD, além do 2.º ciclo de planejamento, isto é, além de 1981. A contribuição do Brasil para o PNUD orça anualmente em 1 milhão 300 mil dólares.

Em cada projeto do PNUD no Brasil a contribuição nacional em cruzeiros tem sido numa média de 5 para 1 em relação à do PNUD, durante o quinquênio 1972-1976. Para o próximo quinquênio prevê-se que essa relação atingirá 8,5 para 1.

Até setembro de 1975, as percentagens dos gastos financeiros em projetos no Brasil eram: peritos, 68%; treinamento (bolsas de estudo), 13%; equipamento, 17%; miscelânea, 2%. A orientação brasileira nos projetos procura maximizar a transferência de tecnologia e minimizar a componente "equipamento".

## CONCLUSÃO

A cooperação externa contribui eventualmente para o progresso econômico-social dos países, embora nada possa jamais substituir a vontade própria de desenvolvimento, os esforços e os sacrifícios de uma nação.

## FONTES DE CONSULTA

1. ONU, Chronicle, Fev/Mar 1976
2. PNUD, Informe del Administrador, 1974
3. The UNDP, A Graphic Picture of its Operation, 1974
4. The UNDP, Questions and Answers, Revised Edition, September, 1975.

# Maconha, o Perigo Minimizado

Ten. Cel. Inf. QEMA  
FILADELFO REIS DAMASCENO

## INTRODUÇÃO

Tendo freqüentado, em 1973, o *Curso de Combate a Tóxicos* promovido pelo Departamento de Polícia Federal, em São Paulo, ministrado por técnicos do *Bureau de Narcóticos e Drogas Perigosas* (BNDD), dos Estados Unidos, passei a compreender melhor o grave perigo representado pelo uso indiscriminado de drogas e substâncias psicotrópicas, passando a me interessar pelo assunto e a acompanhar a sua evolução.

Problema complexo e de difícil solução, ao mesmo tempo social, político, educacional, sanitário e de segurança nacional, o consumo indevido de drogas diz respeito a todos os cidadãos preocupados com o futuro de seu país. É evidente que deve ser cogitação constante de pais e mestres, uma vez que a experiência mundial demonstra que os aspectos educacionais e preventivos devem prevalecer sobre as medidas repressivas, a cargo da Polícia e da Justiça, bem como sobre a recuperação a cargo da Medicina, cujos resultados, em todas as partes, são muito modestos em relação ao alastramento dessa chaga social.

Empreendemos o presente trabalho ante a gravidade com que se apresenta o problema da maconha no Brasil, por razões sócio-econômicas que lhe dão a primazia de droga mais

consumida entre nós, como também por constatar que existe muita desinformação a respeito da mesma. Como é notório, não existe um consenso quanto à inocuidade da maconha, mas, incompreensivelmente, observa-se em parte da imprensa um tratamento benévolo e parcial com relação a droga, enfatizando as declarações favoráveis à mesma e minimizando ou omitindo as opiniões a respeito de seus malefícios e periculosidade.

### MACONHA: ANJO OU DEMÔNIO ?

Dentre os psicotrópicos conhecidos, a maconha é sem dúvida alguma o mais polêmico e contravertido. Não existe, de modo algum, um consenso a respeito dos seus efeitos e danos sobre o organismo humano. As opiniões variam enormemente, causando debates apaixonados, cada corrente de estudiosos avocando o direito de ser "dona da verdade".

O problema da maconha foi sintetizado magistralmente por José Elias Murad, eminente estudioso do problema de tóxicos no Brasil, nas seguintes palavras: "As controvérsias sobre os efeitos da maconha adquirem o caráter de uma verdadeira luta científica. Existem duas correntes principais entre os farmacologistas. Uma delas, menos numerosa, acha que os efeitos mentais da maconha são mínimos e, na maioria dos casos, apenas psicológicos. São eles os que propugnam pela sua liberação, julgando-a menos nociva do que o álcool e o fumo. A outra corrente, mais significativa, acha entretanto que a maconha pode provocar alterações mentais graves que atingem os limites da verdadeira psicose tóxica. Estes condenam vigorosamente o seu uso e pleiteiam das autoridades um controle ainda mais rigoroso sobre a droga".

O problema foi apresentado de modo preciso e conciso, dispensando outras considerações a respeito. Passemos, portanto, a analisar as razões de cada uma das correntes, que fundamentam as posições que dotaram com relação a maconha.

## A CORRENTE FAVORÁVEL À MACONHA

Os que adotam uma atitude favorável à maconha, julgando-a inofensiva e defendendo a liberação de seu uso, apresentam uma série de argumentos e considerações em defesa de sua tese.

Afirmam que a maconha não provoca a dependência física e, em conseqüência, os viciados não apresentam a síndrome de abstinência ou de privação, ou seja, grande ansiedade quando privados da droga. Dizem também que a maconha não causa o fenômeno da tolerância, exigindo um aumento constante da dosagem para produzir efeitos. O uso da maconha é periódico, podendo ser interrompido em qualquer tempo sem maiores conseqüências. A maconha não conduz ao uso de drogas mais potentes, por compulsão fisiológica ou necessidade do organismo.

Os partidários dessa corrente argüem ainda que não há prejuízos fisiológicos evidentes causados pelo uso da maconha, como se constata com outras drogas, sendo, por isso mesmo, menos prejudicial do que o álcool e o fumo. Declaram também que, de acordo com as normas da Organização Mundial de Saúde, a maconha pode ser considerada, quando muito, como um hábito, uma vez que produz efeitos nocivos, discutíveis, nos indivíduos, sem afetar a comunidade; não existe tolerância, a dependência é mais de ordem psíquica do que fisiológica e existe apenas o desejo mas nunca uma necessidade física imperativa obrigando o uso da droga. Acrescentam que não está provada qualquer relação entre o uso da maconha e o aumento da agressividade e da criminalidade e que os casos apontados devem ser atribuídos, antes de tudo, à auto-sugestão e não à droga.

## A CORRENTE CONTRÁRIA À MACONHA

Os que combatem sistematicamente o uso da maconha e são favoráveis a sua proibição apresentam argumentos bastante diferentes dos que já foram expostos.

Argumentam que a maconha é um alucinógeno, semelhante ao LSD, embora de efeitos mais moderados. Ingerida em doses maciças e continuadas, provoca psicoses tóxicas parecidas com as do LSD. O uso prolongado da maconha, em grandes doses, provoca distúrbios e perturbações mentais, em alguns casos, enquanto em outros faz dos viciados elementos vencidos, indolentes, preguiçosos e sem objetivos na vida. A maconha provoca a dependência psíquica que, muitas vezes, é mais prejudicial do que a dependência física. A maconha conduz ao uso de outras drogas mais potentes, seja pela tendência gregária do viciado seja pelo contato com traficantes que vendem as demais e são apresentadas como substitutivo. Há uma relação entre o uso da maconha e o aumento da criminalidade, não somente em razão dos efeitos da droga, como pelo envolvimento do viciado em uma atividade ilegal, o tráfico de drogas, que cria a figura do viciado-traficante, acarretando, mais cedo ou mais tarde, um ajuste de contas com a Polícia e a Justiça, podendo trazer sérias conseqüências e prejuízos para os jovens.

### AS RAZÕES DAS DIVERGÊNCIAS

Apresentados os argumentos pró e contra o uso da maconha, ficamos na dúvida quanto à validade dos mesmos. Com quem está a razão? Como explicar tal divergência de opiniões? O fato concreto é que toda a celeuma em torno da maconha deriva de dois aspectos singulares da droga, que passaremos a apresentar em seguida: 1.º) a característica *sui generis* da maconha de provocar as mais variadas reações, de acordo com as circunstâncias; 2.º) embora seja uma das drogas mais antigas, de uso milenar, o conhecimento científico da maconha é muito recente, havendo ainda muitos aspectos obscuros a esclarecer.

### OS EFEITOS MUTÁVEIS DA MACONHA

Grande parte da polêmica existente sobre a maconha resulta de generalizações feitas por pesquisadores e curiosos a

respeito de suas experiências com a droga. Dependendo dos resultados observados, uns e outros passaram a considerá-la danosa ou inofensiva, gerando uma literatura contraditória, que muito contribui para aumentar a confusão, deixando os leigos perplexos e sem orientação.

Este aspecto desconcertante foi sintetizado, aliás, com perfeição, por De Ropp, quando afirmou: "Dificilmente existe outra droga, dentro ou fora da farmacopéia, mais envolta em mistério, mais ricamente marchetada de pequenos e grandes conceitos ambíguos do que as espigas florescentes da planta fêmea da *Cannabis Sativa*. Cada aspecto do efeito da maconha parece estar sujeito a espantosas variações, como se o espírito ou gênio impio encerrado na planta se alegrasse por sua capacidade de mudar as reações segundo o seu arbitrio".

É evidente, pois, que a maconha é uma droga de controle muito difícil, apresentando grande número de variáveis para a avaliação de seus efeitos, tendo como os principais a personalidade do experimentador, a pureza da droga e a quantidade ministrada, o modo de administração da droga e, até mesmo, o ambiente e as condições da experiência.

Quanto à personalidade do experimentador, inúmeros fatores devem ser levados em conta, pois influem nos efeitos produzidos. Em primeiro lugar, saber se se trata de pessoas normais, psicopatas ou indivíduos predispostos a problemas psicológicos, porque nos casos de anormalidade latente as reações são mais acentuadas. Também as pessoas que já experimentaram outras drogas são mais sensíveis à maconha. Além disso, o humor e estado de espírito do indivíduo, no momento da experiência, exercem influência sobre os efeitos. O grau de sugestibilidade do indivíduo também contribui para variar o efeito, pois, já foi constatado que, mesmo com drogas mais fortes, como a morfina, trinta por cento não percebeu a substituição por uma substância neutra e demonstrou sentir os mesmos efeitos da droga substituída.

A dosagem da droga, o grau de pureza e a concentração dos ingredientes ativos estão sujeitos a vários fatores, que res-

pondem pela existência de vários tipos da droga: há maconha e maconha. O terreno e as condições meteorológicas contribuem para a maior ou menor produção da resina de onde se extrai a maconha. A maneira de preparar, o acondicionamento, a seleção das partes da planta e a mistura com outras substâncias determinam o grau de pureza. Em consequência, existem vários tipos de maconha, umas mais fortes e outras mais fracas muitas vezes catalogadas pelos viciados pela sua origem. O ingrediente ativo da maconha, o Tetrahydrocannabinol (THC), pode variar de 4 a 6% na maconha comum, 16% no haxixe ou charas, até atingir uma concentração de 40 a 60% em um óleo ou mel preparado no Oriente Médio. Na realidade, porém, tudo é maconha, donde a dificuldade de se fazer previsões antecipadas sobre os efeitos da droga.

O modo de administração da droga também influi nos efeitos. Ela pode ser mastigada, ingerida como tempero, injetada, embora a forma mais usual seja a inalação da fumaça, através da prática do fumo, que parece apresentar resultados mais eficazes.

O ambiente em que se realiza a experiência contribui para alterar os efeitos. Num local tranqüilo, sem os inconvenientes de ser molestado pela ação policial, a ação da droga é mais rápida e eficaz. A experiência revela também que há uma tendência gregária do tomador de maconha, pois consideram que, quando ingerida em grupo, os efeitos são muito mais intensos.

Os aspectos apresentados, grandemente variáveis, indicam que não se pode determinar, *a priori*, quais os efeitos produzidos por determinada amostra de maconha sobre uma pessoa.

### O Recente Controle Científico

Apesar de conhecida e utilizada há vários séculos, somente há pouco tempo a maconha passou a ser estudada cientificamente. Até então todo o conhecimento sobre a dro-

ga pôde ser considerado empírico, fruto da observação e de experiências não controladas.

Em 1966, o médico israelense Baphal Mecoulam, bolsista de Jerusalém, conseguiu sintetizar dois isômeros, o 1. delta-9 e o 1. delta-8, Tetrahydrocanabiol (THC), que produzem efeitos semelhantes aos dos ingredientes mais ativos da *Cannabis Sativa* ou maconha. A partir dessa descoberta, vêm sendo realizados estudos científicos sobre a planta, pois se pode controlar rigorosamente a dosagem ministrada e avaliar os efeitos obtidos.

### A PALAVRA ATUAL DA CIÊNCIA

Como somente há poucos anos foi obtida a síntese, em laboratório, do Tetrahydrocanabiol (THC), o elemento ativo da maconha responsável pelos efeitos sobre o organismo, permitindo experiências controladas, o conhecimento a respeito da maconha é ainda muito limitado e muitos aspectos permanecem obscuros, embora já se possa estabelecer algumas conclusões sobre o problema.

Há concordância geral que a maconha não provoca dependência física, nem síndrome de abstinência ou tolerância. Não há dúvidas também quanto ao fato de provocar a dependência psíquica. Na opinião do Dr. Artur H. Cain, estudioso do problema de drogas e autor de vários livros sobre o assunto, a dependência psíquica é muito mais grave do que a física: "Por muitas razões, preferia ser fisicamente viciado, do que ser vítima de uma *simples* dependência psicológica".

Embora não tenha sido provado, até o momento, que o uso da maconha conduza ao consumo de outras drogas, por compulsão fisiológica, os fatos estão a indicar uma relação entre o uso da maconha e o de outras drogas mais fortes. Seja por já possuírem predisposição ao consumo de psicotrópicos, que é despertada pela maconha, ou por ingresarem, através dessa, no submundo e na cultura dos tóxicos,



mediante o contato com traficantes que vendem as demais, a verdade é que as estatísticas demonstram que a grande maioria dos viciados em drogas mais potentes começou usando a maconha. Em 1970, o Dr. R. C. Pillard declarou sobre o assunto: "Em suma, ninguém deixou de encontrar uma relação estatística entre a maconha e o uso de outras drogas".

Quanto aos prejuízos fisiológicos causados pela maconha, os estudos recentes concluíram pela confirmação. Um pesquisador americano constatou que altas doses de maconha provocaram reações graves em todas as pessoas tratadas. Um estudo, realizado pelo *National Institute of Mental Health* dos Estados Unidos, revelou a ocorrência de reações psicóticas em pessoas que haviam tomado pequenas doses de maconha. A dose correspondente a um cigarro pode fazer o indivíduo ficar excitado, alegre ou tolo.

Em abril de 1971, a publicação *Journal*, da Associação Americana de Medicina, divulgou um estudo dos psiquiatras Harold Kolansky e William T. Moore sobre o consumo de maconha entre 38 pacientes, com idades variando entre 13 e 24 anos. A pesquisa estendeu-se por cinco anos e os médicos concluíram que a maconha provoca efeitos danosos. Dos 38 pacientes, oito tornaram-se psicóticos, quatro tentaram o suicídio, 13 jovens solteiras ficaram sexualmente promíscuas (algumas com outras mulheres e outras com ambos os sexos) e sete engravidaram. Dezoito pacientes deixaram-se dominar pela ansiedade, depressão e apatia e muitos encontraram dificuldades para se concentrarem, lembrarem fatos passados, conversarem com clareza e distinguirem a realidade da fantasia. As 38 pessoas estudadas pelos citados cientistas consumiram apenas maconha e nenhuma delas apresentava qualquer perturbação mental antes do início da experiência.

Na Inglaterra, em dezembro de 1971, a revista *The Lancet* publicou um informe de vários especialistas ingleses, afirmando que o uso prolongado da maconha pode provocar atrofia cerebral. O estudo era assinado pelo Chefe do Depar-

tamento de Neurologia dos Hospitais Reais de Bristol, C. Champbell, e pelo psiquiatra do Hospital Witchurch, Dr. Evans, entre outros especialistas. A conclusão foi baseada em exames de encefalografia de 10 pessoas, com idade média de 22 anos e todas consumidoras de maconha por um período mínimo de três anos e máximo de 10 anos, os quais revelaram importante atrofia cerebral nos 10 pacientes, que sofriam de hemicrania (enxaqueca) mais ou menos aguda e de amnésia.

Quanto ao comportamento anti-social e criminoso de viciados em maconha é fato sobejamente conhecido das autoridades policiais. A explicação científica é a de que a maconha provoca a desinibição, aumenta a sugestibilidade, remove a autocritica e os freios do consciente e libera as taras, paixões e instintos latentes. Os indivíduos portadores de distúrbios psíquicos, revelados ou adormecidos, podem ser compelidos a atos impulsivos ou agressivos, como uma reação ao pânico provocado pela droga. Além disso, as alterações visuais e auditivas, a dificuldade de concentração e de coordenação motora e diminuição acentuada da percepção do tempo e espaço levam o indivíduo a um entorpecimento, que tem sido responsável por numerosos acidentes de trânsito.

As razões acima apontadas, baseadas em experiências científicas, foram suficientes para que a grande maioria dos pesquisadores considerasse a maconha como uma droga perigosa, cujo uso e tráfico devem ser combatidos rigorosamente pela lei.

## CONCLUSÃO

Há muita desinformação e distorção a respeito do problema da maconha, que se encontra muito mal colocado perante a opinião pública. O assunto é quase sempre cercado de sensacionalismo, no noticiário policial, havendo um destaque suspeito para as declarações favoráveis ao uso da maconha e uma estranha diferença ou omissão para as opiniões contrárias à liberação do uso da droga. Os profissionais de

Comunicação têm uma importante tarefa a realizar, mostrando que a maconha não é inofensiva, nem inócua como se propala seguidamente, mas uma droga perigosa e potencialmente perigosa. Para isto precisam, antes de tudo, acompanhar os estudos mais recentes, as pesquisas controladas, convencendo-se dos malefícios do vício e divulgando as razões pelas quais o seu uso e tráfico são proibidos na maioria dos países civilizados, inclusive o Brasil. É necessário substituir o clima de dúvida, tolerância e conformismo, que cerca o problema e cria uma imagem socialmente aceita, por uma atitude mais realista para enfrentar a gravidade da questão. Uma reportagem indicando as plantações clandestinas e levantando as fontes de produção de maconha tem muito mais interesse e alcance social do que a prisão de traficantes e atravessadores, vendedores a varejo, nas grandes cidades.

A proibição com relação ao cultivo, tráfico e uso da maconha existe e deve ser mantida porque não há dúvida quanto aos males causados pela droga, sendo irrelevante e ainda discutível o seu grau de periculosidade na escala das drogas. É o caso de indagar: Por que acrescentar mais uma droga maléfica às que já são permitidas? Para mais tarde combatê-la como ao fumo e álcool? Qual o nosso procedimento, uma vez legalizada a maconha, se os defensores das Anfetaminas argüissem que sob certos aspectos, a maconha é mais prejudicial que as mesmas? Onde vamos parar?

O Brasil encontra-se no caminho certo ao proibir a maconha. Tudo devemos fazer no sentido de limitar o seu uso e a sua difusão, seja através de medidas repressivas, seja, principalmente, por meios preventivos, educativos, evitando a tentação de provar o primeiro cigarro. Somente assim nos livraremos do quadro desolador e triste existente em alguns países, onde, mesmo cientes dos graves danos causados pela maconha, os governos foram forçados a liberá-la, pressionados por uma legião assustadora de viciados e por uma opinião pública mal informada e iludida pelas aparências. Alertar todos os cidadãos para os perigos da maconha, mediante a

apresentação de fatos indiscutíveis, arregimentar profissionais de Comunicação, pais e educadores para a nova cruzada, objetivo do presente trabalho, parece-nos muito mais eficaz e produtivo do que as medidas repressivas, sempre incompletas e aleatórias, por incidirem sobre os efeitos e não atacarem as causas e raízes do grande mal. Na Era da Comunicação, em que vivemos, a batalha contra os tóxicos somente será ganha através da Informação, da Verdade, destruindo mitos e mostrando a hediondez do "paraíso" dos toxicômanos.

### BIBLIOGRAFIA

- José Elias Murad: *O Que Você Deve Saber Sobre Psicotrópicos.*
- Robert S. De Ropp: *As Drogas e a Mente.*
- Arthur H. Cain: *Jovens e Drogas.*
- Donald S. Louria: *Vitória sobre as Drogas.*
- Gregório Bermann: *Toxicomanias.*
- Claude Oliventein: *A Droga.*
- João Bernardino Gonzaga: *Entorpecentes.*
- P. C. Baudelaire: *Les Paradis Artificiels.*
- R. P. Walton: *Marihuana Problems.*
- J. Ribeiro do Valle: *Estudos sobre o Cânhamo ou Maconha.*
- O. M. Andrade: *Contribuição ao Estudo da Maconha.*
- F. A. Iglésias: *Sobre o vício da Diamba.*
- P. O. Wolff: *La marihuana en la America Latina: La amenaza que constituye.*
- *Bureau de Narcóticos e Drogas Perigosas (BNDD) dos Estados Unidos: Notas para o Curso realizado pelo DPF em São Paulo.*

# Siderurgia: no Mundo e no Brasil \*

Gen Div R-1

EDMUNDO MACEDO SOARES E SILVA

Sem desfazer da importância das fontes de energia para caracterizar a pujança de um país, podemos afirmar que continuamos a viver uma civilização de metais e suas ligas.

Alguns deles são dificilmente substituíveis. O aço, o cobre, o alumínio, o estanho, o chumbo, o níquel, o antimônio nos cercam nos objetos que possuímos em volta de nós, nas ferramentas que utilizamos constantemente e nas máquinas das oficinas nas quais fabricamos objetos correntes de que necessitamos sempre, e em que produzimos outras máquinas com que realizamos operações que nos permitem obter mercadorias que nos são imprescindíveis.

É fácil afirmar que o plástico substitui o aço em muitos seus empregos. De fato, isso acontece, mas é com o aço que se fazem as máquinas e equipamentos com que se produz o plástico.

O papel, o papelão e o vidro retiram ao aço sua utilização como embalagem em muitos casos. No entanto, é com ele que são feitas as máquinas e equipamentos com que se fabricam papel, papelão e vidro.

São exemplos simples que poderiam ser multiplicados.

---

\* Conferência pronunciada, a 22 Nov 75, na Confederação Nacional do Comércio e publicada na Carta Mensal, N.º 253, Abr 1976.

E cada máquina ou equipamento necessita de mancais, de tubulações, de peças de resistências especiais, de condutores de eletricidade, etc., que são produzidos com os outros metais nobres citados acima, ou suas ligas.

O Brasil, à medida que se desenvolve, precisa mais e mais obter, a preços de concorrência internacional, esses elementos indispensáveis para o seu progresso.

Sem que sejamos obrigados a repetir verdades conhecidas, não será inútil, pela dimensão do problema e da repercussão que sobre a economia de um Estado tem a solução que se lhe dê, examinar, sem minúcias desnecessárias, o que se passa com a produção de aço no mundo e como está sendo conduzido o assunto no Brasil.

## No Mundo

Documento recente da *United Nations Industrial Development Organization* — UNIDO — afirmou o seguinte:

“A significação da indústria do ferro e do aço para a economia mundial é indicada pelos seguintes fatos:

- a. Ela produz o material de construção mais essencial a um preço relativamente baixo;
- b. o valor de sua produção numa economia desenvolvida é uma parte significativa do PNB;
- c. suas operações envolvem transportes e manuseio de enormes tonelagens de matérias-primas e produtos;
- d. é uma indústria intensiva de capital, requerendo pesados investimentos para sua implantação e operação;
- e. ela depende enormemente de conhecimentos, *know how* e tecnologia, abrangendo campo multidisciplinar;
- f. um grande volume de comércio internacional está ligado à indústria do ferro e do aço”.

A definição da indústria siderúrgica, como é dada com autoridade pela UNIDO, é clara e perfeita.

Recorda ainda o documento que os produtos das usinas são essenciais para a produção de equipamento industrial, de edifícios e outras obras de engenharia civil e de inúmeros bens de consumo duráveis. Os subprodutos também são extremamente úteis, como o ferro gusa para as fundições; os subprodutos da coqueria para a indústria química; as escórias de alto-forno para a produção de cimento e de materiais de construção, etc.

Apesar da enorme massa de matérias-primas empregadas, do grande número de operários empenhados nas diferentes operações industriais, dos transportes e manutenções decorrentes dos métodos adotados e dos vultosos capitais despendidos e em circulação, os produtos finais das usinas são de preço relativamente baixo. (1) A produção total siderúrgica brasileira, no corrente ano, incluindo aços especiais (8.500.000 t de lingotes, sob a forma de laminados mais subprodutos), valerá Cr\$ 19 bilhões ou quase 3% do produto bruto. Isso está perfeitamente de acordo com o que se passa nos países industrializados do Mundo Ocidental.

Há, desde logo, uma diferença essencial a observar entre os países siderúrgicos: os que foram dotados pela Natureza de extensas jazidas de carvão coqueificável e os que as têm em quantidade insuficiente, ou não as possuem totalmente. Os primeiros são as potências desenvolvidas, industrializadas, que puderam aproveitar as descobertas científicas e tecnológicas do século XIX e organizaram cedo economias baseadas na máquina; isso lhes permitiu a posse do comércio internacional. A Inglaterra foi pioneira nessa evolução, tendo, por isso, mantido longa liderança na economia do Mundo, durante todo o longo reinado da rainha Vitória e até o início da primeira grande guerra mundial. Os outros países foram os

1 — Uma tonelada de aço doce, sob a forma de chapa, vale normalmente US\$ 200,00; uma tonelada de café custa US\$ 800 a 900; uma tonelada de cacau, US\$ 500 a 600; uma tonelada de carne, US\$ 800 a 1.000.

Estados Unidos, a Alemanha (unificada depois do Zollverein, sob a hegemonia da Prússia), a França, a Bélgica, a Checoslováquia e a Polónia.

Outros Estados europeus, como a Suécia, a Holanda, a Itália, a Áustria e a Espanha foram resolvendo os respectivos problemas de produção do aço, à medida de suas possibilidades, entre as duas grandes guerras, sendo que, deles, apenas a Holanda e a Espanha extraem carvão de jazidas em seu território. A Itália, sem nenhum combustível sólido fósil, desenvolveu usinas siderúrgicas com base em matérias-primas importadas e em abundante sucata espalhada por toda a sua península; dando prova de possuir excelente tecnologia e imaginação criadora os italianos, nada obstante a dependência externa da indústria criada, defenderam a economia nacional, evitando importações que constituiriam sangria mortal nas disponibilidades de divisas do país.

A produção mundial de aço atingiu em 1973 a quase 700 milhões de toneladas (em lingotes). O quadro a seguir mostra os produtores (Quadro 1):

#### QUADRO 1

	1965	1973	1973
1. Comunidade Económica			
Européia:	113.896		150.031 t x 1.000
Rep. Federal Alemã .....		49.530	
Reino Unido .....		26.600	
França .....		25.260	
Itália .....		21.000	
Bélgica .....		15.520	
Luxemburgo .....		5.925	
E outros			
2. Demais países europeus:	13.927	25.969	
Espanha .....		10.740	
Suécia .....		5.560	
Áustria .....		4.238	
E outros			
Europa Ocidental .....		127.823	176.000



3. União Soviética e Rep Socialistas:	121.349	179.105
União Soviética .....	129.600	
Polônia .....	14.110	
Checoslováquia .....	13.175	
Romênia .....	8.135	
E outros		
4. Ásia:	61.386	154.554
Japão .....	119.325	
China .....	24.000	
Índia .....	6.924	
Coreia do Norte .....	2.250	
E outros		
5. Américas:	139.916	165.305
Estados Unidos .....	137.550	
Canadá .....	13.388	
Brasil .....	7.175	
México .....	4.700	
Argentina .....	2.143	
E outros		
6. África:	3.622	6.557
África do Sul .....	5.722	
Egito .....	300	
Rodésia .....	300	
E outros		
7. Oceania:	5.622	7.725
Austrália .....	7.525	
Nova Zelândia .....	200	
Mundo, total:	459.700	691.300

Algumas conclusões podem ser retiradas:

a) O mundo de economia de mercado, compreendendo a Europa, as Américas, a Oceania, grande parte da Ásia, a África do Sul e a Rodésia, tem uma produção de aço 2.3 vezes maior que a dos países socialistas (483 milhões de toneladas de lingotes em 1973 contra 206 milhões);

b) sob o ponto de vista da utilização do aço produzido, os países socialistas têm a vantagem de serem contíguos, po-

dendo auxiliar-se mutuamente em linhas interiores; além disso, eles são auto-suficientes, no conjunto, em matérias-primas;

c) as Américas têm posição de destaque, graças aos enormes recursos em carvão dos Estados Unidos e de minérios de ferro em outros países (Brasil, Canadá e Venezuela principalmente); o México e a Colômbia são auto-suficientes em carvão; o Chile, em 80%;

d) o Brasil ocupa lugar de destaque nas Américas, sendo o terceiro produtor, e figura nas estatísticas internacionais no 13.º lugar, junto com a Austrália; executado o plano atual, passaremos a uma posição muito melhor, com produção acima de 20 milhões de toneladas de aço em lingotes, como veremos mais adiante.

Se há países dependentes em sua indústria siderúrgica pela importação de carvão, há também os que necessitam adquirir o minério de ferro que não possuem na área geográfica que ocupam. Sob esse ponto de vista, a situação mundial é a seguinte (Quadro 2):

## QUADRO 2

Produção e importação de minério de ferro (t x 1.000), em 1973 :

(principais países)

Europa :	% em Fe(2)	Produção	Imp. de min.(3)
Alemanha (Rep. Federal)	28	6.329	50.000
Reino Unido .....	28	6.350	19.000
França .....	31	60.625	2.300
Itália .....	33	752	16.000
Bélgica .....	35	127	20.000
Luxemburgo .....	25	4.237	5.000

2 — Percentagem do ferro contido no minério local.

3 — Importação de minério estimada (com Fe acima de 60%).

União Soviética e Repúblicas Socialistas:	Importam pouco minério de países não socialistas, porque o possuem em suas áreas.		
Ásia:			
Japão (4)	58	1.075	140.00
Américas:			
Estados Unidos (5) .....	58	76.325	76.000
Argentina (6) .....	44	240	1.100
África: (7) .....	54	2.600 pais exportador,	
Algéria			
Angola .....	62	5.000	" "
Libéria .....	62	21.500	" "
Mauritânia .....	65	9.400	" "
Serra Leoa .....	60	2.400	" "
Swaziland .....	61	2.900	" "

#### Algumas observações:

a) na Europa, todos os grandes produtores de aço, com exceção da França, precisam importar enorme tonelagem de minério de ferro;

b) as repúblicas socialistas, incluindo a União Soviética, são auto-suficientes;

c) na Ásia, o Japão é extraordinariamente dependente, sobretudo da Austrália, para a qual exporta calcário, em que a Oceania é pobre; é o maior importador de minério de ferro do mundo;

4 — Importa sobretudo da Austrália (onde participa de minerações), mas também de outros países, principalmente da Ásia.

5 — Importa da Venezuela, Peru, Chile, Brasil e Canadá, participando de minerações.

6 — Importa do Peru e Brasil; importa também produtos meio elaborados que lamina.

7 — Os países produtores de ferro gusa, da África, produzem o minério de que necessitam.

d) outro grande importador é os Estados Unidos, que, no entanto, encontra suprimento no seu vizinho, o Canadá, e nos países sul-americanos, consideráveis exportadores — Venezuela, Peru, Chile e Brasil;

e) a Argentina ainda não encontrou jazida considerável de minério de ferro, importando-o do Peru e do Brasil, que a poderiam suprir indefinidamente, mas, como depende também de carvão coqueificável, prefere importar placas, blocos e tarugos de aço que relamina, com proveito.

O desenvolvimento siderúrgico latino-americano é extremamente vigoroso, tendo a produção de aço crescido de 8.328.000 t de lingotes em 1965 para 16.360.000 t em 1973; o Brasil representa 44%, tendendo a aumentar esta percentagem à medida que entrarem em produção unidades em montagem.

Sob o ponto de vista mundial, devemos assinalar alguns fatos mais, com números da UNIDO:

a) o comércio internacional no Mundo de minérios, carvão para coque, produtos siderúrgicos finais e semi-elaborados exigem transporte de 1,1 bilhão de toneladas por ano, com o valor de US\$ 70 bilhões;

b) as matérias primas que entram nas usinas, somam, em conjunto, 1.760 milhões de toneladas (minérios, carvão, sucata e fluxos), sejam 2.540 quilos por tonelada de aço em lingote produzido;

c) a tonelage total transportada, incluindo matérias-primas e produtos acabados (entre os quais subprodutos), fora das usinas, sobe a 2.350 milhões de toneladas;

d) o valor total de todos os produtos e subprodutos soma US\$ 200 bilhões;

e) os países subdesenvolvidos, com 72% da população do mundo, contribuem com 20% do ferro em termos de me-

tal contido no minério que produzem, mas fabricam apenas 8% do aço utilizado no mundo.

O aumento descomunal do preço do petróleo causou o aumento do preço do aço no mercado internacional, dobrando-o; também o preço do carvão coqueificável exportado pelos países industrializados, mais do que dobrou; no entanto, o preço do bom minério de ferro (com o teor de 62% ou acima), beneficiou-se apenas com pequeno aumento, passando, em meados de 1974, de US\$ 9,75 por tonelada, para 10,30; a razão é a escassez relativa do carvão e a abundância extraordinária de bom minério. O Brasil defende-se, organizando a produção de pelotas (pellets) de minério para exportar e de aço acabado e semi-elaborado para suprir mercados que, julga-se, existirão durante algum tempo. Voltaremos ao assunto. Por enquanto, sublinhamos que o minério de ferro existe em grandes quantidades nos países em desenvolvimento, ao passo que os depósitos de carvão coqueificável se situam nas áreas industrializadas.

Assinalados os fatos principais relativos à produção de aço no mundo, passemos a examinar o problema no Brasil.

### **No Brasil: o preparo dos instrumentos**

O desenvolvimento da siderurgia no Brasil se caracteriza por uma série de indecisões e erros que retardaram a utilização da imensa riqueza com que fomos dotados pela natureza: o minério de ferro.

Nosso velho hábito de trazer para a discussão pública problemas técnicos transcendentais e de transformá-los em argumentos políticos para comícios eleitorais tem provocado a demora do encontro de soluções, pois os responsáveis hesitam em adotá-las e o tempo passa rapidamente. Vemos o extraordinário progresso dos outros e ficamos a discutir soluções melhores que estarão por vir... Não sabemos, por fim, se isso acontece, porque somos pobres, ou se o somos, porque hesitamos no progredir...

Em 1940, o Brasil produzia ainda 141.200 t de lingotes de aço; com a importação, o consumo *per capita* não passava de 10 Kg. Com a construção das usinas da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (com carvão de madeira), no vale do rio Piracicaba, em Minas Gerais, em 1936, e o funcionamento de Volta Redonda (usina integrada com coque) em 1947, passamos pela produção do primeiro milhão de toneladas de aço um ano em 1955. Em 1963, atingimos 2.812.000 t de lingotes, de produtos planos, perfis, trilhos e vergalhões. A importação continuava a mesma (entre 300 e 500 mil t/ano), mostrando-nos que nosso mercado poderia absorver mais aço, se não o tivéssemos de importar.

Em julho de 1964, dizíamos: (8)

“Os equipamentos atualmente existentes no País permitem atingir com facilidade a 3.000.000 t de gusa (com coque e carvão de madeira) e 4.200.000 t de lingotes de aço por ano. Com pequenas modificações e acréscimos pouco custosos às usinas existentes, a produção brasileira de aço alcançará 5 milhões de toneladas de lingotes”.

O movimento de 1964 tivera por escopo renovar velhos hábitos pouco recomendáveis na política nacional e introduzir no Brasil métodos de desenvolvimento que lhe permitissem progredir rapidamente para o enriquecimento da Nação.

A crise política que chegou a dar-nos crescimento negativo e uma inflação próxima a 90% em 1962-1963, levou-nos às proximidades de uma divisão grave do povo, com ameaça de choque violento entre as correntes de opinião. Os fatos estão muito próximos para que necessitem ser lembrados.

---

8 — Desenvolvimento da Siderurgia no Brasil nos últimos 20 anos, Conferência na reunião da Associação Brasileira de Metais, em São Paulo, julho de 1964, ao comemorar seu 20.º aniversário de fundação, por Edmundo Macedo Soares e Silva, revista *Metalurgia*, ABM, n.º 86.

Implantado novo regime, austero e tendo à frente dos negócios públicos homens adequados, foi encarado corajosamente o problema da reabilitação econômica.

A siderurgia não era exceção: estava em crise perigosa. Evoluíra pouco e a importação continuava constante, em torno de 300 mil t/ano. Havia pequena exportação, que as usinas faziam com sacrifício, para obter *caixa*. Os balanços das companhias mostravam, entretanto, situação deplorável. (9)

O governo Castello Branco teve de enfrentar uma reforma institucional, além de obrigar-se a renovar a economia, modernizando-a; isso impunha profunda reforma administrativa. O triênio abril de 1964 a março de 1967 foi de luta ingente contra costumes, mentalidades e legislação que era indispensável modificar para que a produção nacional se fizesse aos níveis de preços e de qualidade internacionais.

Não houve tempo e recursos para enfrentar devidamente o problema siderúrgico. Mesmo assim, já em 1966, por acordo do Banco Mundial com o BNDE, foi entregue o estudo da situação a uma grande firma americana. Tudo se passava dentro do Ministério do Planejamento, dirigido por Roberto Campos. O presidente Castello Branco pediu-me para acompanhar os trabalhos, o que fiz, comparecendo às reuniões da firma americana com os técnicos brasileiros que a assessoravam e às reuniões mensais no Ministério do Planejamento. As conclusões desse estudo foram entregues ao findar o governo Castello Branco. Não houve tempo para que medidas recomendadas fossem tomadas. A situação da Siderurgia nacional era extremamente difícil, trabalhando todas as companhias em perda, com preços reprimidos.

Recordemos que, quando foi desvalorizado o cruzeiro de 2,2 para 2,7 por dólar, houvera mudança de política tarifária, alterando-se as alíquotas. A proteção à indústria nacional

---

9 — Ver *O Ferro na História e na Economia do Brasil*, Biblioteca do Sesquicentenário, por Edmundo Macedo Soares e Silva (pág. 179 e segts.), 1972.

caíra, ficando muitos produtos siderúrgicos com uma margem de defesa de, apenas 15%. Ora, isso é menos que o desgravamento fiscal que qualquer país dá a seus produtos de exportação. Aprenderíamos essa verdade à nossa própria custa logo depois e praticamos hoje o que os outros países fazem, visando a facilitar nossas exportações (concessão de créditos de impostos e outros incentivos fiscais, além das minidesvalorizações).

O presidente Costa e Silva encontrou essa difícil situação.

No âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio houve imediatamente análise minuciosa do problema. E foi logo criado o Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica (GCIS), para sugerir medidas que permitissem soluções práticas e definitivas. Havia as que deveriam ser tomadas imediatamente para desafogar a indústria e as que, em prazo curto, lhe permitissem expansão compatível com o desenvolvimento que se desejava dar ao País.

Concederam-se à siderurgia reajustamentos periódicos de preços, compatíveis com a desvalorização do cruzeiro e o nível de inflação que existia (44%), embora em regressão: em 22 de maio, 7 de julho e 9 de setembro de 1967, e 2 de fevereiro de 1968 (reajustamento total: 44,5%).

O GCIS estudou rapidamente as soluções novas que estavam sendo adotadas no mundo para incentivar a produção siderúrgica. Em 5 de janeiro de 1968, era entregue ao Presidente da República, pelo Ministro da Indústria e do Comércio, Exposição de Motivos, propondo:

a) expandir imediatamente a produção siderúrgica, de modo que ficasse assegurado o suprimento do mercado interno de produtos comuns, prevista a importação de produtos especiais, cujo consumo no País fosse reduzido e não justificasse a instalação de produção em escala econômica;

b) prever a exportação de certa quantidade de produtos acabados ou semi-acabados; a instalação de nova unidade si-



derúrgica só deveria ser considerada, se se pudesse assegurar-lhe no exterior mercado para parte significativa de sua produção;

c) qualquer nova unidade siderúrgica deveria ser projetada com dimensões adequadas a funcionamento econômico, acompanhando a evolução da tecnologia internacional, de tal forma que a produção brasileira pudesse tornar-se competitiva.

Em virtude da escassez de cruzeiros na época, alegada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, o programa de execução foi dividido em duas partes: instalar no triênio 1968-70 (Governô Costa e Silva) capacidade adicional de 1.871.000 t de lingotes de aço, nas usinas de economia mista (produtos planos) e nas empresas particulares que seriam auxiliadas para o aumento de suas produções; previu-se, também, a possibilidade de ser instalada uma usina, visando à produção de, no mínimo, 1.500.000 t de lingotes de aço por ano, para a obtenção de semi-acabados (placas e blocos) destinados principalmente à exportação, uma vez provada a posição competitiva brasileira no mercado internacional e a capacidade de absorção desse mercado.

Resolvida a execução da primeira etapa, preparar-se-ia, desde logo, o programa de uma segunda expansão, a ser realizada pelo governo seguinte (1971-1975). Haveria, portanto, um plano para a expansão de 5 a 6 milhões de toneladas de lingotes de aço, a ser realizada até 1975. Se esse programa tivesse sido executado, estaríamos atingindo este ano 10 milhões de toneladas de lingotes de aço, aproximadamente o que se está consumindo.

Não havia, então, um "plano nacional de desenvolvimento", como o I PND que veio no governo seguinte. Mas a tendência era para estimular as indústrias consumidoras de aço, como a de construção naval, a automobilística, a construção civil, a de produtos eletrodomésticos, a de material ferroviário, etc. Isso se fez no governo Costa e Silva e con-

tinuou mais acentuadamente no governo Médici, com o objetivo de ativar a economia.

O Ministério da Indústria e do Comércio, entre 1967-1969, por todos os meios procurou convencer o governo da necessidade de aumentar rapidamente a produção siderúrgica. Encontrou, porém, forte resistência nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, aí incluída a direção do BNDE, que não concordaram com investimentos prioritários na siderurgia, mas sim nas indústrias consumidoras que citamos há pouco

Foi criado o Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica — Consider, presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, tendo como vice-presidente o presidente do BNDE, e, como membros, o presidente do Banco do Brasil e representantes das indústrias de mineração, do carvão e da siderurgia privada. Participariam do Conselho, como assessores, e quando convocados, representantes dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda, dos Transportes, do Instituto Brasileiro de Siderurgia e os presidentes das empresas siderúrgicas estatais. (10)

O Consider seria mais do que um grupo consultivo, pois, de fato, funcionou como órgão normativo, de planejamento.

As Companhias estatais receberam logo instruções para programarem suas expansões, o que, aliás, já vinha sendo feito; aceleraram, porém, projetos e contatos.

A Companhia Siderúrgica Nacional, por proposta do MIC e em virtude de Mensagem da Presidência da República, teve o aumento de seu capital aprovado pelo Congresso Nacional; de Cr\$ 297.870.170,00 passou a Cr\$ 498.217.096,00 sendo o Tesouro Nacional autorizado a subscrever as ações necessárias à integralização do novo capital. (11) A mesma Lei deu

10 — Criação do Consider: Decreto n.º 62.403, de 14-03-1966.

11 — Lei n.º 5.509, de 9 de abril de 1968.

consentimento para que o Tesouro Nacional garantisse empréstimo a ser contraído pela CSN com o Banco de Exportação e Importação de Washington (Estados Unidos), até o montante de 30 milhões de dólares, mais respectivos juros e despesas. Destinava-se essa importância ao pagamento de máquinas, equipamentos e serviços necessários ao aumento das instalações industriais da usina de Volta Redonda. O crédito americano já havia sido negociado, tendo sido previstos outros financiamentos futuros que seriam concedidos, à medida que as etapas fossem sendo concluídas.

Para a Cosipa, obteve-se crédito igual ao obtido para a CSN, mas em França, com condições excelentes; foi negociado pelo Ministério da Indústria e do Comércio e assinado a 5 de junho de 1969 pelo Ministro da Fazenda (taxa média de juros 5,5% e prazo de resgate médio de 11 anos). Os créditos podem parecer pequenos, mas comprariam na época 2,5 vezes mais do que três anos após.

A Usiminas ativou negociações com industriais japoneses para que eles voltassem a participar com 40% no capital da empresa (o que lhe daria cruzeiros) e obtivessem, em bancos nipônicos, financiamentos para equipamentos.

Não se perdeu tempo e o programa siderúrgico foi energeticamente conduzido, para que se iniciasse a produção das novas unidades o mais cedo possível.

Propôs também o MIC, na mesma Exposição de Motivos já referida, de 5 de janeiro de 1968, que fosse organizada uma empresa tipo *holding*, oficial, para as quatro companhias do governo — CSN, Cosipa, Usiminas e Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi); a Acesita continuaria a cargo do Banco do Brasil, majoritário no seu capital, e que se propunha a reorganizá-la para que produzisse aço inoxidável e chapas de grão orientada para a indústria elétrica. Seria a Brassider que teria a seu cargo a administração superior das empresas estatais, sobretudo a financeira; poderia, p. ex., lançar no mercado papéis garantidos por ela para

a obtenção de recursos a serem distribuídos, conforme as necessidades, pelas companhias sob sua responsabilidade; mediante condições especiais, poderiam participar do plano as sociedades privadas.

Papéis desse tipo são muito apreciados na Itália (Fin-sider) e, sob formas diferentes, na França e em outros países. Foi nessa época que surgiu a idéia das "obrigações siderúrgicas", espécie de papéis garantidos pelo governo e com destino certo. Houve, porém, oposição no próprio governo, onde se disse: "o governo já dispõe de títulos negociáveis que podem suprir esses recursos" (as ORTN, LTN etc.). A verdade é que se desejava um papel destinado, desde sua origem, a um fim certo.

A criação da Brassider não prosperou, pela oposição que recebeu de elementos do próprio governo; o MIC prosseguia nos seus esforços, quando sobreveio a doença e o afastamento do governo do presidente Costa e Silva.

No período seguinte, sob o presidente Médici, o plano siderúrgico sofreu transformações, mas o Consider foi mantido, com atribuições ampliadas. Mais tarde, foi criada a Siderbrás, réplica da Brassider, com funções alargadas, pois ela administra de fato as empresas governamentais e centraliza os planos do governo no setor siderúrgico.

O governo Médici sentiu, desde logo, quanta razão havia em se ter desejado iniciar vigorosa ação, na área siderúrgica, desde 1967. De fato, com a execução do I PND e a ativação de aço, passou a produção nacional a ser muito deficiente, obrigando a importações cada vez maiores.

A reformulação dos planos exigiu período longo: a 7 de janeiro de 1971, o Presidente da República, que assumira o governo a 30 de outubro de 1969, anunciou em Volta Redonda a nova concepção do problema, com o alargamento dos planos para a meta de 20 milhões de toneladas de lingotes em 1980. A meu ver, teria sido necessário adequar o consumo

ao plano de produção, a fim de evitar a explosão das importações de aço, com dispêndios de preciosas divisas:

Importação em 1974 .....	5.462.000 t
(em lingotes equivalentes aos laminados)	
Produção em 1974 .....	7.502.000 t
Produção total em 1974 .....	12.964.000 t

Valor da importação US\$ 1.537.400.000, ou 12,3% do total das importações do país no ano.

Valor da tonelada importada: US\$ 400.

Importou-se, como sempre, demais (pelo receio de que viesse a faltar aço) e pagou-se preço de época da grande demanda. Há estoques no País que estão sendo escoados agora.

### No Brasil: o plano siderúrgico atual

No dia 24 de maio de 1971, o Ministro da Indústria e do Comércio do governo Médici pronunciou conferência no Rio de Janeiro, por ocasião da abertura do I Congresso Brasileiro de Siderurgia (organizado pelo IBS). (12)

Foi então declarado: (12)

“Com base nas diretrizes aprovadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República em Volta Redonda, o Plano Siderúrgico Nacional (PSN) se encontra revisto e ampliado e a sua execução em marcha, cabendo ressaltar as principais medidas adotadas:

1. definição da política siderúrgica;
2. estudo do mercado nacional do aço, patrocinado pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS);

12 — A Expansão da Siderurgia Brasileira, Ministro Marcus Vinícius Pratini de Moraes, conferência na abertura do 1.º Congresso Brasileiro de Siderurgia (organizado pelo IBS), no dia 24 de maio de 1971, Rio de Janeiro.

3. estabelecimento do programa de ampliação do setor de laminados planos de aço comum, e obtenção dos recursos para isso necessários;

4. estudos para ampliação conjunta do setor de laminados não planos de aço comum, a cargo preponderantemente da iniciativa privada;

5. levantamento das necessidades complementares para expansão do setor siderúrgico, tais como: aperfeiçoamento de quadros humanos, tanto gerenciais como técnicos, e de mão-de-obra qualificada, intensificação da pesquisa e da transferência de tecnologia, estudos de métodos e racionalização do trabalho para a melhoria da produtividade, e os estudos dos transportes em massa dos insumos e produtos siderúrgicos."

A idéia de alcançar a capacidade de produção de 20 milhões de toneladas de lingotes de aço em 1980 se explicou assim:

Consumo nacional .....	16 milhões de t
Exportação .....	2 milhões de t
Disponibilidade para eventuais ..	2 milhões de t

A capacidade após expansão, no que se refere a laminados planos, será de 11 milhões de toneladas de lingotes; os laminados não-planos (e a produção de aços especiais) deverão crescer em 9 milhões de toneladas de lingotes, ficando essa expansão a cargo da iniciativa privada. Essa idéia (produtos planos com usinas estatais) fora adotada no governo Getúlio Vargas, quando se anunciou a construção de uma usina complementar à da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, em Monlevade; (9, anexo IX) permaneceu imutável até hoje, mas já se anuncia a construção de nova usina da Usiminas destinada à produção de não-planos (no vale do rio Paraopeba, em Minas Gerais), porque a iniciativa privada não está podendo acompanhar o consumo nacional na produção de perfis, vergalhões e arame.

Os recursos a mobilizar para a expansão do setor de laminados planos foram previstos em US\$ 1.502 milhões, sendo

- financiamento em moeda externa US\$ 562,7 milhões;
- financiamento em moeda nacional (a obter do governo) 247,8 milhões;
- recursos próprios das usinas (dos acionistas e lucros destinados à expansão) 692,1 milhões.

Câmbio da época: US\$ 1 = Cr\$ 5,03 — fevereiro de 1971.

Passara-se 1 ano e 5 meses do governo Médici e aperfeiçoara-se o plano, prevendo recursos abundantes. Não havia mais objeções de Ministérios e do BNDE, porque a dura realidade colocara a Administração do País diante de um dilema: produzir aço e crescer, ou reduzir a expansão do País a proporções inaceitáveis, pois não haveria recursos para importar aço nas quantidades necessárias. Isso fora dito pelo Ministro da Indústria e do Comércio do Governo Costa e Silva aos responsáveis pelo desenvolvimento nacional e perante a Câmara dos Deputados; as declarações foram publicadas, inclusive em folhetos e artigos na Imprensa e estão nos Anais do Congresso.

O Plano Nacional Siderúrgico, já agora atualizado no governo Geisel, está sendo executado com coragem, apesar dos tropeços resultantes da difícil conjuntura mundial criada pela Organização dos Produtores de Petróleo — OPEP, a partir de outubro de 1973. O custo, naturalmente, cresceu. A obtenção de carvão para coque foi crítica, durante 1974 e parte do corrente ano. Mas o estágio n.º 1 do plano está terminado; foi inaugurado oficialmente o da Usiminas, postos em marcha a nova coqueria e o alto-forno n.º 2 da Cosipa, e se prepara a entrada em funcionamento do alto-forno n.º 3 de Volta Redonda (para 6.500 t/gusa por 24h), em abril de 1976; (13) a terceira unidade de produção de folhas de flan-

dres já está em operação. No próximo ano, portanto, a produção total siderúrgica deverá ultrapassar 12 milhões de toneladas de lingotes de aço.

O estágio que levará à capacidade produtora de 20 milhões deverá estar completo em 1978.

O Consider já tornou obrigatória a apresentação, dentro de 60 dias, de novos projetos de expansão, referentes à construção de usinas n.º 2 por parte da CSN, Usiminas e Cosipa. O porte será de 4 ou mais milhões de toneladas de lingotes de aço para cada nova usina. A CSN construirá a sua provavelmente em Santa Cruz; a Usiminas, no vale do Paraopeba; e a Cosipa não anunciou ainda o novo local. Não se explicou ainda como serão reunidos os recursos.

Os Quadros 3 e 4 mostram, respectivamente, o consumo previsto até 1985, e a projeção da demanda por setor consumidor no mesmo período:

### QUADRO 3

#### CONSUMO EFETIVO ATUAL E SUA PROJEÇÃO POR TIPO DE PRODUTO

	10 <sup>3</sup> t de ling. equivalentes			
	Atual			
	1974	1978	1980	1985
Planos Comuns .....	5.698	10.200	13.000	23.650
Trilhos e Perfis Pesados .....	474	820	1.100	2.730
Não planos comuns, leves e médios	3.060	5.100	6.380	10.830
Aços Especiais e Tubos Sem Costura	1.285	2.180	2.820	5.100
<b>TOTAL .....</b>	<b>10.517</b>	<b>18.300</b>	<b>23.300</b>	<b>42.300</b>

Planejamento e Desenvolvimento

Outubro de 1975, Rio.



## QUADRO 4

## PROJEÇÃO DE DEMANDA POR SETOR CONSUMIDOR

SETORES	Em ling. equivalentes (10 <sup>3</sup> x t)			
	Atual 1974	1978	1980	1985
1) Automobilístico	2.105	3.478	4.396	7.979
2) Ferroviário	400	671	875	1.905
3) Naval	203	563	658	1.202
4) Aeronáutico	—	—	—	—
5) Bicicletas	21	44	60	109
6) Máquinas Rodoviárias	87	156	200	369
7) Máq. e Impl. Agrícolas	254	384	477	869
8) Máq. e Equip. Mecânicos	849	1.420	1.823	3.350
9) Máquinas Elétricas	177	365	509	924
10) Utilid. Dom. e Comerciais	462	706	868	1.578
11) Artefatos de Folhas	675	1.177	1.504	2.736
12) Recipientes	261	436	560	1.019
13) Construção Civil	2.602	4.049	5.601	10.022
14) Trefilaria Arames	1.046	2.013	2.097	3.556
15) Semi-elaboração de Planos	1.157	2.458	3.184	5.793
15.1 Relaminação	(225)	(410)	(522)	(950)
15.2 Tubos/Tubulões	(774)	(1.735)	(2.271)	(4.132)
15.3 Perfis Dobrados/Soldados	(158)	(313)	(391)	(711)
16) Miscelânea e Outros	218	375	488	889
TOTAL GERAL	10.517	18.300	23.300	42.300

Planejamento e Desenvolvimento

Outubro de 1975, Rio.

O mercado consumidor mundial está exigindo também acréscimo de capacidade produtora da Siderurgia e a reposição de equipamentos obsoletos. A capacidade adicional necessária é estimada em 400 a 500 milhões de toneladas de lingotes; e as necessidades de substituição de equipamentos existentes sobem a 360 milhões de toneladas de lingotes; total: de 760 a 900 milhões de toneladas. (14)

14 — Estratégia traçada para os ferrosos e não ferrosos, em Planejamento e Desenvolvimento, Rio, outubro de 1975.

Prevê-se que haverá um período bastante longo (uma década, pelo menos), durante o qual o Brasil poderá exportar quantidades consideráveis de laminados de aço. Isso compensará, de alguma forma, o esforço financeiro considerável que está sendo feito atualmente e fornecerá divisas para pagamentos de amortização e juros de empréstimos.

A verdade é que petróleo e aço são o verso e o reverso de uma mesma medalha que se chama desenvolvimento. Não há fugir daí.

O Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Siderurgia fez, na reunião de outubro p.p. do International Iron & Steel Institute - IISI, realizada na cidade do México, (15) declarações que convém serem resumidas:

A capacidade instalada da siderurgia brasileira atinge atualmente 9.300.000 t de lingotes de aço; previu-se em 1974 a utilização de 85% dessa capacidade, ou 7.900.000 t, mas só se pôde conseguir produção de 7,5 milhões de toneladas de aço (80% da capacidade instalada) pela impossibilidade de obter carvão coqueificável nas quantidades necessárias (isso devido ao aumento do consumo de combustível sólido, em virtude da crise desencadeada pela OPEP). Até o final do corrente ano, a produção irá a 8,5 milhões de toneladas de aço.

O déficit previsto da produção nacional em 1977 em relação ao consumo, nada obstante as expansões, é de 2,1 milhões de toneladas em lingotes equivalentes. (16)

Até dezembro de 1974, já haviam sido despendidos US\$ 689 milhões na execução do plano (cruzeiro mais moeda forte); serão, entretanto, necessários mais US\$ 914 milhões para terminar a Fase II. Muitos países ofereceram créditos, mesmo alguns que nunca o tinham feito; as condições são: carência de três anos, amortização em 12 anos e juros de 6 a 8%.

15 — Fred Woods de Lacerda.

16 — Este ano, 1975, será superior a 2 milhões de toneladas, com o valor estimado de US\$ 400 milhões. Preço médio por tonelada bem inferior ao de 1974.

As expansões das Usinas de produtos planos do governo têm seus términos previstos para fins de 1977 (Usiminas) e 1978 (Cosipa e CSN).

Com as medidas tomadas, será menor que o previsto o déficit de aço em 1977; o de 1980, também, será pequeno. Neste último ano, a demanda interna deverá atingir 22,4 milhões de toneladas de lingotes. Observo que essa previsão é válida se for cumprido o II PND.

A capacidade nacional de produção de bens de capital está sendo elevada a 80% do que seria necessário importar. É minha opinião que será possível atingir essa meta, pois as grandes empresas produtoras de equipamentos mecânicos têm à sua disposição tecnologia de experimentadas firmas estrangeiras, com longa experiência. No momento, estão em organização no Brasil a Krupp e a Demag, ambas alemãs (instalando-se em Minas Gerais); montarão poderoso conjunto de "máquinas de fazer máquinas" e possuirão escritórios de engenharia de projetos com elementos recrutados no exterior e com brasileiros que já estão sendo preparados.

Plínio Cantanhede, presidente da CSN, afirmou recentemente, em conferência, (17) que, no estágio 2 do Plano Siderúrgico, o coeficiente de nacionalização do equipamento foi de 30 a 35%; no estágio atual, supõe que se chegue a 60%. Isso demonstra o imenso progresso que se está realizando na produção de "bens de capital".

## PROBLEMAS CORRELATOS

### 1. Carvão

Em livro recente, mostrei que todas as geografias econômicas ressaltam que o Hemisfério Sul é pobre em carvão (com exceção da Austrália e da África do Sul, tendo sido

17 — No dia 21 do corrente, perante audiência convidada pelo assessor de Minérios da Embaixada do Estados Unidos, no Rio (auditório do Consulado Geral, no Rio).

este último país moderadamente aquinhoado). A produção é equivalente a 5% da mundial. (18)

As reservas sul-americanas conhecidas são modestas e se concentram na Colômbia (as maiores), no planalto peruano (na Cordilheira, algumas inacessíveis), no Chile (estendendo-se pela plataforma continental), na Argentina (reservas modestas, em Neuquen). As camadas são pouco espessas, interrompidas, com inclinações irregulares e contêm carvão de média qualidade; nenhuma área produz carvão para coque de alta qualidade. A produção, na América do Sul, em 1972, não passou de 10 milhões de toneladas, contra 3 bilhões do resto do mundo.

No Brasil se encontram os três combustíveis fósseis sólidos: turfa, linhito e carvão. Deste último, as jazidas utilizadas se situam no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná.

As reservas gaúchas conhecidas vão a 1,5 bilhão de toneladas. As minas são exploradas em galeria, a profundidades de 30 a 120 m; o carvão raramente aflora. As camadas têm espessuras variáveis, atingindo por vezes 4 m (S. Jerônimo); em Rio Negro, as camadas aproveitáveis medem 1 a 1,20 m de espessura. O carvão é preparado em instalações fixas de superfície e, após tratamento, tem um poder calorífico de 5.000 a 5.450 Kcal por quilograma (normal: 7.000 a 7.500; e um teor de cinzas de 30 a 34%). Seu emprego principal é gerar vapor em caldeiras fixas; não dá coque pelos processos normais.

As reservas totais de Santa Catarina conhecidas são também de 1,5 bilhões de toneladas. Pesquisas recentes multiplicam-nas pelo menos por 2. Há vários horizontes de carvão; o mais explorado é o denominado "Barro Branco" que aflora freqüentemente ou se situa próximo ao nível do solo, permitindo exploração a "céu aberto"; há, entretanto, explo-

ração em galerias. O carvão catarinense é melhor que o do Rio Grande, atingindo seu poder calorífico até 6.800 calorias; os tipos usados, após tratamento, são denominados *metalúrgico* (para coque com 18% de cinzas), de *vapor grosso* e de *vapor fino*; os dois últimos servem para gerar vapor e apresentam um teor de cinzas de 26% a 27%. O enxofre é de 1,5% no tipo metalúrgico e de 3% nos de vapor; o metalóide se encontra nas jazidas sob a forma de pirita (sulfeto de ferro), que é mais pesada que o carvão; para o tratamento em lavadores, o carvão da mina é britado e peneirado; por processo hidromecânico, com o emprego de *jigs* (pulsadores) e ciclones, elimina-se quase toda a pirita que é guardada em banhos, pois, sob a água, não se oxida; é com essa matéria-prima que se vai produzir ácido sulfúrico (para fertilizantes) em usina que está sendo montada no sul catarinense.

A área em que ocorre o carvão paranaense é vasta, mas as reservas conhecidas e estimadas são pequenas, inferiores a 50 milhões de toneladas. O combustível, após elementar escolha à mão, tem de 23 a 38% de cinzas; o teor de enxofre varia de 3 a 11%, sob a forma, muitas vezes, orgânica, o que é má característica, pois, assim, não se pode separá-lo, como em Santa Catarina.

De qualquer modo, vemos que as reservas carboníferas aproveitáveis, em nosso País, no Sul, sobem a cerca de 3 bilhões de toneladas. A produção anual total é de cerca de 6 milhões de toneladas, sendo 2/3 em Santa Catarina; o tipo metalúrgico vai a 1 milhão de toneladas, e se destina à produção de coque, misturado a carvão importado de boa qualidade, sobretudo dos Estados Unidos.

O carvão-vapor é utilizado na produção de energia elétrica, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

A importação de carvão para coque é muito volumosa e deve ficar acima de 4 milhões de toneladas em 1976. Com a elevação do preço do petróleo, os exportadores de hulha passaram seu preço de 30 a 35 dólares por tonelada, para perto

de 100. É o que estamos pagando atualmente. Destarte, em 1976, a sangria de divisas com carvão subirá à cerca de US\$ 400.000.000. Este ano, metade.

Como se encara este difícil problema? É o que vamos ver, sucintamente.

Pretende-se, empregando-se os resultados de experiências realizadas no Instituto Nacional de Tecnologia, do MIC, e processos já utilizados no exterior, produzir com carvões nacionais não coqueificáveis um redutor para fundições e altos-fornos; será necessário que o redutor tenha as propriedades físicas indispensáveis, principalmente: queime com facilidade, dando calor e gases (CO, predominantemente); resista a cargas muito pesadas (colunas de leitos de fusão superpostos, até grande altura, nos altos-fornos); seja poroso para permitir a passagem do ar insuflado, etc. Destilado o carvão, para recuperar todas as matérias que não sejam carbono fixo e cinzas, obtém-se um resíduo que sofre uma preparação (britamento, separação de estéreis em peneiras vibratórias, classificação); depois, o restante é aglomerado com alcatrão e são formados, mediante pressão, pequenos blocos que passam por estufas a temperaturas baixas (120 a 180°), para secar. Por vezes, misturam-se os resíduos obtidos por destilação com um pouco de carvão coqueificável (15 a 20%). Este é o processo japonês DKS, desenvolvido com carvões australianos. Mas o nosso método do INT (que ninguém soube descrever-me) e os processos europeus devem seguir os mesmos princípios, pois as experiências são muito antigas (ouço falar nelas há 50 anos).

Como se vê, não se trata de um coque, segundo a definição normal, mas de um "bloco moldado". Num forno de fundição (cubilô), seu objetivo é *físico* (fornecer calor) para fundir uma carga sólida; no alto-forno, a função é dupla: *física*, isto é, produzir calor para obter temperaturas nas quais a redução do minério se faz em boas condições, e *química*, isto é, gerar CO que é o redutor do minério de ferro (óxido de ferro); a temperatura deve ser mantida su-

ficientemente alta para liquefazer as escórias que reagem sobre o banho metálico, retirando-lhe impurezas (sobretudo enxofre), e para conservar líquida a gusa que se acumula no cadinho do alto-forno.

Segundo a fonte que estou citando, (19) experiências finais foram conduzidas no Japão (processo DKS) em altos-fornos de volume interno igual a 1.350 metros cúbicos; normalmente, essa capacidade permite, com coque comum, obter 2.200 a 2.500 toneladas de gusa em 24 horas.

O processo brasileiro, referido (e pouco conhecido), "já existe há 5 anos". Segue a técnica que indiquei acima e o material carbonoso, aglomerado com óleo leve, é transformado em pelotas (pellets) de tamanhos variáveis.

Outra grande aplicação do carvão nacional, e esta de resultados certos, é a gaseificação. A tecnologia é antiga e vem sendo aperfeiçoada pacientemente. Os russos já a empregaram, anunciando as vantagens, mas não tenho a evidência de que estão utilizando agora seus processos em aplicações industriais.

Torna-se público em nosso país que se pretende gaseificar os carvões do Sul para usos diversos: gás para produzir calor industrialmente e gás para reduzir minérios (de ferro e outros). (20)

Segundo notícias divulgadas, no Rio Grande do Sul, pretende-se fabricar aço a partir de esponja, produto de redução de minérios de ferro com gás de carvão local. Seria uma solução ideal. Experiências realizadas na "Lurgi Chemie", Alemanha Ocidental, provaram (segundo notícias) a exequibi-

---

19 — Coque, planos para a auto-suficiência, artigo de Roberto Hillas, em *Gazeta Mercantil*, Rio, 10 e 11 de novembro de 1975.

20 — Uma grande Usina para gaseificação, reportagem de Roberto Hillas, em *Gazeta Mercantil*, 10 e 11 da corrente, Rio.

lidade. O processo alemão está sendo experimentado nos Estados Unidos. (20)

Há idéia também de construir no Paraná "grande unidade gaseificadora de carvão mineral", com a capacidade de 6.000.000 metros cúbicos por dia (maior do que se pretende importar da Bolívia). Segundo a referência que está sendo citada, o gás nos Estados Unidos tem o valor calorífico de 9.000/cal por m<sup>3</sup>. Parece-me exagerado, mas se for metade, será excelente (igualará o gás de rua, fornecido pela CEG). Pensa-se em fornecer o combustível à Grande São Paulo, acrescentando-se-lhe o que será produzido em Santa Catarina, com carvões locais. Só a usina do Paraná custaria US\$ 250 milhões.

Se for levado avante o projeto de destilação de xisto da formação Irati (de São Paulo ao Norte do Rio Grande), como se afirma, o gás resultante poderá ter o mesmo destino, retirado o que for necessário para consumo local.

De qualquer forma, é mister abordar praticamente os problemas relacionados com o aproveitamento completo dos carvões do Sul. Com uma reserva de 3 bilhões de toneladas, haverá a possibilidade de utilizar 20 milhões de t/ano durante 150 anos. E, até lá, as fontes de energia empregadas pelo homem terão evoluído de modo imprevisível.

Material para redução, sob forma gasosa ou sólida, como já faz Aços Piratini, no Rio Grande; material redutor moldado, em blocos ou *pellets*, queima sobre grelhas; coqueificação de carvão catarinense preparado; ou transformação em óleo, como fez a Alemanha durante a guerra mundial 1940-1944, o carvão deve ter destino, a bem de nossa economia. Em 1939, quando em missão do Governo Federal na Europa, estudando solução para a nossa siderurgia, consultei a Leuna, que era a grande firma alemã de produção de gasolina de

19 — Coque, planos para a auto-suficiência, artigo de Roberto Hillas, em Gazeta Mercantil, Rio, 10 e 11 de novembro de 1975.

20 — Uma grande Usina para gaseificação, reportagem de Roberto Hillas, em Gazeta Mercantil, 10 e 11 do corrente, Rio.



hulha; afirmaram-me seus técnicos que o carvão de Santa Catarina era adequado para o processo que empregavam.

## 2. Redução direta

A redução direta, isto é, produção de ferro sem passar pela via líquida, mediante ação de um redutor sobre o minério de ferro, foi empregada pelos primeiros siderurgistas. O mais antigo que, segundo a Bíblia, inventou a arte de trabalhar o ferro, foi Tubalcain. Nas forjas africanas, catalãs e biscainhas empregadas no Brasil até o século passado, inclusive por Eschwege, a redução era direta, feita com carvão de madeira. O Intendente Câmara construiu alto-forno e, em Ipanema, também houve este aparelho, embora a produção de ferro e aço comerciais tivesse, em sua maior parte, sido levada a efeito com forjas de redução direta. Forja desse tipo foi o que Monlevade ergueu no local que tem hoje o seu nome, às margens do rio Piracicaba, em Minas Gerais, e onde se situa a grande usina da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira.

Mas Georgius Agricola, em seu tratado de *Re Metalica*, publicado em 1556, em latim, (21) já fala, no livro IX em fusão do minério de ferro; era preciso saber escolher a matéria-prima mineral, empregar o melhor carvão de madeira e soprar forte com grandes foles.

De qualquer modo, volta-se, em nosso tempo de fissão nuclear, à redução direta, procurando-se com ela tornar prático o emprego de combustíveis sólidos e gasosos para recuperar o ferro de seus óxidos. Jornais técnicos (22) referem-se, com grande ênfase, ao simpósio realizado este ano, em maio, em Porto Alegre, sobre o assunto. Várias centenas

21 — Georgius Agricola, *De Re Metalica*, translated from the first Latin edition of 1536, by Herbert Clark Hoover and Lou Henry Hoover, *Lover Publications Inc.*, 1956, New York.

22 — *Ver Metal Bulletin*, de 23 de maio de 1975, Londres.

de delegados estiveram presentes, não só da América Latina, mas europeus, americanos do Norte e japoneses.

Examinando o progresso do assunto no mundo, chegou-se à conclusão, registrada por órgãos da imprensa técnica, que "está claro que a redução direta funciona e que terá papel cada vez maior na industrialização de muitos países".

Registrou-se que os processos que empregavam gás como redutor apresentam já resultados práticos em vários países, mas sobretudo no México e, agora, no Brasil (Bahia). Uma sociedade, a Midrex Corp, já construiu 11 milhões de toneladas de capacidade por ano (de lingotes de aço ou de esponja de ferro?) e está contratando mais 50 milhões de toneladas. Os países interessados são os que possuem carvão e o têm impróprio para coqueificação. No Brasil, empregamos o gás em Salvador (Usiba: processo Hylsa) e no Rio (Cosigua: processo Purofer); a capacidade já instalada nas usinas é para produzir esponja, visando à produção de mais de um milhão de t/ano de aço em lingotes. No Rio Grande do Sul está sendo utilizado o forno SLRN (combinação da Lurgie com as Companhias de aço americanas Republic e National).

Emprega-se redutor sólido que é o carvão local triturado e misturado ao minério de ferro; o método está sendo aperfeiçoado no Brasil.

A redução direta tem futuro e, para nós, trará o benefício de permitir poupar importação de hulhas coqueificáveis e o emprego de nossas reservas catarinenses. Felizmente há entusiasmo pela adoção dos processos e coragem para implantá-los em usinas de porte médio.

### 3. Transportes

O último problema a que se fará referência é o dos transportes ferroviários. Sem solução adequada não haverá

progresso na siderurgia, pois cada tonelada de aço produzida envolve o transporte de 4 toneladas de matérias-primas e produtos acabados.

A ferrovia do aço de Belo Horizonte a Volta Redonda, com ramal para São Paulo, é um imperativo. Dure a sua construção mil ou dois mil dias, não importa; é necessário fazê-la e bem, no menor tempo possível e ao custo que for, sem desperdícios.

Outros problemas existem, de fluxos e de preparação humana. Mas isso é outra história ...

**ASSINE**

**"A DEFESA NACIONAL"**

# Educação e Desenvolvimento \*

Professor

FRANCISCO DE SOUZA BRASIL

## Introdução

Não é fácil abordar o tema. Mesmo sem pretender inovar — *Nihil Nove sub Sole* —, que dizer a propósito desse assunto que, anteriormente, não tenha sido vasculhado? Diz-se necessitar o Brasil, apenas, de uma lei determinando o exato cumprimento de outras preexistentes. Em educação, talvez mais que em qualquer outro setor, abundam leis, decretos e regulamentos. Daí ser interessante ligeiro retrospecto histórico. Do ponto de vista constitucional, abstraído o período monárquico, útil será fixar como as sucessivas Cartas Magnas disciplinaram a problemática pedagógica. A Constituição de 1891, primeira republicana, é parcimoniosa. Ao tratar das atribuições do Congresso Nacional, estatui, artigo 34, competir-lhe... "legislar sobre a organização do Distrito Federal, bem como sobre o ensino superior". Pelo artigo 35, "incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:... criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados", bem como "prover a instrução secundária no Distrito Federal". Ainda o mesmo diploma, fixando a declaração de direitos, art. 72, § 6.º, disciplina que "será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos". Após a revolução de 1930, redemocratizado o país, a Carta de 1934 reflete, claramente, a importância que a Educação assumiu em todo o

---

\* Conferência pronunciada, a 11 Dez 75, na Confederação Nacional do Comércio e publicada na Carta Mensal, N.º 254, Mai 1976.

mundo. O art. 5.º, ao delimitar a competência privativa da União, atribui-lhe “traçar as diretrizes da Educação Nacional”, bem como, concorrentemente com os Estados, art. 10, “difundir a instrução pública em todos os seus graus”. Como importante inovação, inscreveu-se em seu texto um título específico referente à Família, à Educação e à Cultura. Sob enfoque específico, o art. 150 afirma competir à União, “fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados a coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país. Parágrafo único: o Plano Nacional de Educação, constante de lei federal, ... só se poderá renovar em prazos determinados e obedecerá às seguintes normas ...”, contidas, essas, nos artigos 151 e seguintes. Outra inovação — art. 156 — discrimina que “a União e os municípios aplicarão nunca menos de 10% e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos”.

Prosseguindo na mesma diretriz, importa, antes da análise cabível, quanto à Constituição de 1937, assinalar que a mesma representou, à época, um hiato só recomposto, na História Constitucional, após 1946. Por conseguinte, não tendo sido a mesma, jamais, totalmente executada e muito menos legitimada, viveu em forma excepcional. Mas, tendo produzido efeitos, gerado direitos adquiridos e consubstanciado situações jurídicas perfeitas, não pode nem deve ser ignorada. Em se tratando da educação, vários são os dispositivos, minudentes, a ela dedicados. O art. 128, por exemplo, fixa que é dever do Estado “contribuir, direta ou indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento da arte, da ciência e do ensino”, assegurando, ao aluno, “a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais”, estipulando, igualmente, art. 129, ser “o ensino pré-vocacional e profissional... em matéria de Educação, o primeiro dever do Estado”. Estabelece, também, ser — art. 150 — “o ensino primário obrigatório e gratuito”. A Constituição de 1946, que retomou as mesmas diretrizes da Carta

de 1934, dedica à matéria pedagógica atenção especial. Um dos seus primeiros artigos — 5.º — informa ser da competência da União, “XV — legislar sobre... diretrizes e bases da Educação Nacional”, ressalvada “a legislação estadual supletiva ou complementar”. No título específico referente à Família, à Educação e à Cultura, assinala, art. 166, que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. Cogitando do financiamento à Educação, retorna ao estatuído em 1934 ao disciplinar, art. 169, que, “anualmente a União aplicará nunca menos de 10% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Ainda no art. 170 prescreve-se que a “União organizará o sistema federal de ensino e o dos territórios, sendo que aquele “terá caráter supletivo, estendendo-se a todo o país nos estritos limites das deficiências locais”. Os Estados e o Distrito Federal — art. 171 — “organizarão os sistemas de ensino, sendo que, “para o desenvolvimento desses sistemas, a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao Ensino Primário, provirá do respectivo Fundo Nacional”. Quanto ao texto vigente, fácil será constatar o aparecimento de algumas inovações. Assim, o art. 8.º frisa competir à União “estabelecer e executar planos nacionais de educação e de saúde, bem como legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional”. As bases filosóficas, consubstanciadas no art. 176, estatuem ser a educação “inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humanas, é direito de todos e dever do Estado e será dada no lar e na escola”. A responsabilidade do Estado também é taxativamente fixada, prescrevendo-se que “o ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos, “devendo os Estados e o Distrito Federal organizarem os seus sistemas de ensino, e a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, que terá caráter supletivo e se estenderá a todo o país, nos estritos limites das deficiências locais”. Quanto ao financiamento, sem cogi-

tar de uma taxa, prescreve o texto constitucional que "a União prestará assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para desenvolvimento dos seus sistemas de ensino".

Tão longo arrazoado demonstra, de maneira inequívoca, que, no ordenamento constitucional, acentuada evolução é perceptível. Resta saber se a letra da lei coaduna-se com o seu espírito e ambos ajustam-se à conjuntura.

## Educação

Desnecessário conceituar o que é educação. Importa, de preferência, fixar alguns pressupostos básicos, analisando problemas que continuam aguardando solução, já estruturada, mas que ainda não foi suficientemente testada para comprovar, na prática, sua validade teoricamente correta.

Dentre muitos dos problemas existentes, alguns, pela relevância que assumem, devem ser estudados prioritariamente. Assim, o descompasso observado entre a letra da lei, sua adequação à conjuntura e sua aplicação à realidade.

Abstraindo o ensino primário, somente após 1946 submetido à organização federal, os demais graus e ramos, no período republicano, foram reformados sete vezes, sem contar a chamada Reforma Benjamim Constant. Dessas, a mais durável, em se tratando do ensino médio, foi a *Reforma Capanema*. Promulgada em 09-04-1942, vigorou até 20-12-1961. Fácil constatar que, mesmo quanto a essa última, não houve tempo para comprovar, exaustivamente, sua validade. As demais, de 1901 a 1932, com exceção da última, eram leis delegadas, mais vinculadas a aspectos administrativos que, propriamente, encarando bases e diretrizes filosóficas, sociológicas ou psicológicas.

Entende-se, conquanto não se justifique, essa técnica legislativa, eis que, sendo a Constituição de 1891, que vigorou

até 1930, omissa na conceituação dos princípios que deveriam estruturar a educação brasileira, não se poderia esperar fosse o seu texto suprido pela legislação ordinária. Por conseguinte, somente com as chamadas Leis Orgânicas do Ensino — 1942-1946 — encontra-se, permeando o texto legal, fundamentos filosóficos e científicos a caracterizarem um sistema. Exatamente quanto a esse aspecto é que surgem dúvidas, discussões, contestações. Teria acertado o legislador na escolha desse ou daquele princípio doutrinário, traduzido, posteriormente, em lei específica, disciplinadora de adequada estrutura pedagógica? Nesse particular, poucos os que julgam harmônicos à conjuntura os fundamentos doutrinários da educação brasileira.

Situando o problema em termos impessoais, THORNDIKE e GATES — Princípios Elementares de Educação — afirmam: “muitíssimo pouco sabe-se dos resultados em conhecimento, capacidade, habilidade, interesse e ideais que provêm de qualquer certa qualidade ou quantidade de educação escolar”. Lourenço F.<sup>o</sup> — Revista Brasileira de Estatística, 2, 1940, — assim se exprime: “... Donde as tendências de 1889 a 1930 poderem ser assim resumidas; permanência do espírito da educação formal ou do ensino literário; o ensino profissional apenas iniciado, com algum desenvolvimento, onde o trabalho industrial começa a ser organizado, mas ainda sem plano de conjunto e sem articulação definida com os ramos do ensino comum; nestes o primário apresenta relativo desenvolvimento. Crescimento relativamente menor têm os cursos secundários, cuja finalidade é o preparo para os cursos superiores; desenvolveram-se os institutos de preparo do magistério primário; não assim os de preparo do professorado secundário; a tendência de descentralização administrativa e política permanece. Estas são as grandes linhas, observadas em relação a todo o país”.

Esse julgamento, referente aos anos 30, enlva-se à atualidade. Lê-se na Revista EBSA — n.º 326, maio, 1975 — que “outrora admitia-se a bifurcação: escola comum, geral, aca-



dêmica como, agora, pejorativamente, tisna-se; e a escola dita pré-vocacional, técnica, profissional... Nos dias correntes, cai-se no excesso oposto, fazer do ensino de 2.º grau ensino profissionalizante com sacrifício da formação de uma parcela da juventude credenciada culturalmente”.

Aflorado, mui de leve, o problema do desajustamento entre o texto legal e a realidade a ser, por ele, disciplinada, importa analisar outro, igualmente grave e atual, envolvendo a formação do magistério. Inicialmente, não será demais alertar que esse se constitui em parte de um todo complexo e em constante mutação, difícil será isolar, do todo, uma das suas componentes.

Mais difícil, ainda, querer fixar uma escala de prioridades. Todos os problemas são importantes e o sistema educacional não apresentará adequado rendimento enquanto não forem eles equacionados e tentativamente resolvidos os identificados, mas ainda carentes de um enfoque objetivo que se constitua em primeiro passo para solução. Por conseguinte, condicionados, por essas premissas, pinçamos, a título de amostragem, algo que sirva para facilitar o diagnóstico com que pretendemos encarar essas considerações.

Em se tratando do magistério, não será abordada sua formação para o antigo ensino primário. Nem, tampouco, o preparo do professorado dito secundário. Essas duas modalidades serão estudadas, à guisa de conclusão, quando das considerações finais ao presente trabalho. Dar-se-á ênfase ao preparo do professorado superior, a nível de pós-graduação, *strictu sensu*, isso porque, tratando-se de atividade recente e ainda sujeita a regulamentação definitiva, será lícito e mesmo desejável sumariar o que existe, visando a sugerir medida tendente a uma análise objetiva. A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* — Lei n.º 4.024, de 28/12/61 — posteriormente derogada, em se tratando do ensino superior, pela Lei 5.540/68 e Decreto-Lei 464/68, instituiu o ensino de pós-graduação, devidamente qualificado pela legislação citada, complementada, essa, através de pareceres normativos do

Conselho Federal de Educação. O Decreto-Lei 464/68, em seu art. 36, estatui que "a formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente de ensino superior obedecerá a uma política nacional e regional". Esse dispositivo, em consonância com o art. 17, da Lei 5.540/68, que fixa as várias modalidades de cursos, ministrados no ensino superior, e levando-se em conta os Pareceres 977/65 e 77/69 do Conselho Federal de Educação, possibilita concluir que a mencionada pós-graduação destina-se, precipuamente, ao preparo de pessoal docente para o ensino superior. Reforça essa assertiva declaração do Senador Jarbas Passarinho, emitida durante o tempo em que Sua Excelência ocupava o Ministério da Educação e Cultura: "Em verdade, como o corpo docente de cada nível deve ser preparado no nível imediatamente acima, no Brasil a principal função da pós-graduação tem sido o preparo e aprimoramento do pessoal docente de nível superior".

Resta indagar se esse "preparo e aprimoramento" se apresentam compatibilizados com as reais necessidades e reclamações conjunturais a que deve atender.

O Decreto n.º 76.056, de 30 de julho de 1975, que aprova o Plano Nacional de Pós-Graduação, analisando o problema, assinala que "dado o caráter bastante recente das iniciativas de criação e implantação dos cursos, o conhecimento estatístico de suas dimensões é ainda precário".

Descendo a minúcias mais significativas, aduz o citado texto que "as características mais evidentes deste processo de crescimento são: o isolamento e a desarticulação das iniciativas; o insuficiente apoio e orientação por parte dos órgãos diretores da Política Educacional; e, na maior parte dos casos, uma grande diversidade de fontes e formas de financiamento".

Face a essa autorizada constatação, não se afigura necessário aduzir, por ociosa, qualquer outra que, no caso, seria redundante. Conveniente, pois, focar o terceiro e último problema que enfeixa os demais. Trata-se do planejamento,

que está na moda, acompanhado por todo um jargão, às vezes hermético, que rapidamente seduz a muitos, conquanto não poucos, depois, o abandonem, pois crêem que seja ele — planejamento — panacéia destinada a curar todos os males, receita infalível a todos os achaques. Daí a importância prévia, quando se trata da matéria, de procurar joeirar o tema, escoimando-o exatamente daquelas conotações que, com o mesmo, não se coadunam. Assim o planejamento NÃO é: remédio que se aplique, indistintamente, a todas as situações, sem levar em conta suas peculiaridades, pretendendo curar todos os males possíveis e imagináveis. NÃO é, tampouco, a negação da liberdade individual e o fim do liberalismo democrático, substituindo-se, esse, por um domínio cada vez mais presente e atuante de tecnocratas autoritários, visando a usurpar, aos políticos, o poder de dirigir uma sociedade, escolhendo seus objetivos, fixando prioridades, orientando-a e governando-a.

Ao revés, ainda que de maneira sintética e necessariamente imperfeita, o planejamento, em sua essência, nada mais é que o emprego de uma técnica sutil encarando a abordagem racional e científica de problemas, tendendo a uma solução harmônica e coerente. Para isso, tal abordagem pressupõe a determinação de objetivos, a existência de recursos disponíveis, futuros ou potenciais, a análise, cuidadosa, das várias linhas de ação ou opções a serem selecionadas, a escolha de metas a serem atingidas em prazos bem definidos e a seleção dos meios mais eficazes — *estratégia* — para obtenção dos fins — *política* — programados. Assim entendidos, o planejamento significa bem mais que a elaboração de um projeto, passando a constituir um processo contínuo que engloba operações interdependentes. Evidente que, para serem aplicados à educação, tais regras e princípios terão que sofrer adaptações sucessivas que, partindo das finalidades de um planejamento global, atinjam setores cada vez mais restritos. Como muito bem salienta opúsculo organizado pela Unesco — Planificação da Educação — “Na última década, o mundo inteiro assistiu à espetacular explosão educacional... du-

rante o mesmo período, o planejamento global da educação definiu-se, tornando-se amplamente aceito como indispensável ao desenvolvimento ordenado e eficaz do setor". Isso não significa, entretanto, seja pacífico o entendimento a respeito nem isenta de polêmica a própria idéia daquilo que é planejamento. Em que pese aos conceitos acima expostos, muita incompreensão ainda existe e não poucos negam, de plano, qualquer utilidade prática ao planejamento. Não é nossa intenção, nesse modesto ensaio, dizer nada de novo. Repetiremos, apenas, noções corriqueiras, procurando compatibilizar a metodologia propugnada pela ESG com aquela usualmente aceita pelos que, não cursados, dedicam-se a atividades de planejamento. A semelhança da estatística, cujo aproveitamento racional e sistemático somente foi possível, com eficiência, no setor pedagógico, após a experiência pioneira do convênio de estatísticas educacionais, idealizado por Teixeira de Freitas e executado nos primórdios do IBGE, também não será possível uma adoção proveitosa do planejamento sem que, do mesmo, todos tenham a mesma idéia, pratiquem a mesma metodologia, sigam idêntica sistemática e aceitem, para casos semelhantes, técnica aos mesmos assemelhada. Fora daí, o planejador não poderá, por falta de entrosamento, resolver problema cuja solução dele se espera. Difundir princípios, discutir técnicas, interpretar normas e fixar nomenclatura, eis tarefa que se impõe prioritariamente. Antes disso feito, temerário será pretender implantar o planejamento como atividade rotineira.

Conquanto admita-se que planejar seja processo informal e natural das sociedades humanas, desde tempos recuados, somente a partir de 1923, tal qual o entendemos na atualidade, passou a ser praticado de maneira sistemática, ainda que tentativa. O primeiro Plano Quinquenal Russo ocupou-se largamente da Educação. Durante e depois da Segunda Guerra Mundial, os transtornos causados pelo conflito, crescentes preocupações econômico-sociais e uma explosão demográfica imprevista apressaram estudos cada vez mais profundos e sistemáticos do planejamento como um todo, nele incluído ca-

pítulo referente à Educação. Ensina a Escola Superior de Guerra que o Planejamento intenta responder às seguintes indagações: Que fazer? Como fazer? Quando fazer? Onde fazer? Com que meios fazer?

Pode-se ainda, parafraseando Augusto Comte, afirmar que o planejamento visa proporcionar à Administração uma técnica que a habilite a "saber, para prever, a fim de prover". Daí não ser o planejamento monopólio de um pequeno grupo, mas se constituir em preocupação e responsabilidade permanentes da administração como um todo.

O Decreto-lei n.º 200, de 25/11/67, em seu art. 7.º, é explícito: "a ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do país e a segurança nacional... e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos: a) plano geral de governo; b) programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual; c) orçamento-programa anual; d) programação financeira de desembolso." Importa salientar que o trecho em epígrafe nada mais faz que repetir, explicitando, o art. 8.º, incisos V e XIV da Constituição vigente que, tratando da União, estabelece que lhe compete, V, "planejar e promover o desenvolvimento e a segurança nacionais", estatuinto, também, dentro do tema que estamos abordando, que lhe incumbe, XIV, "estabelecer e executar planos nacionais de educação e de saúde...".

Ressalta dos textos legais que, além de um planejamento global, deve a União elaborar outros, setoriais, merecendo expressiva citação nominal a educação e a saúde. Em síntese, antes de se aprovar um planejamento setorial, importa fixar as diretrizes gerais que devem presidir ao todo, deduzindo-se, delas, as diretrizes particulares que irão nortear o plano específico que deflui do geral.

Ainda sob esse ângulo, é possível abordagem prévia baseada na Constituição vigente que, em seu art. 89, ao estabelecer a competência do Conselho de Segurança Nacional —

“órgão do mais alto nível na assessoria direta do Presidente da República” — informa caber-lhe, I, “estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional”. Ora, sendo pressuposto fundamental que todo o planejamento visa atingir metas que lhe são previamente fixadas nitidamente ressalta que o planejamento governamental, preconizado pela legislação em vigor, estriba-se nos objetivos nacionais permanentes a serem deduzidos pelo Conselho de Segurança Nacional. Conquanto o tema seja familiar aos diplomados pela Escola Superior de Guerra, vale repetir que tais objetivos, formulados pela Política Nacional, se constituem em fins a serem alcançados, em prazo mais ou menos dilatado, através de uma estratégia nacional que, para isso, recebe orientação política adequada. Entretanto, quando os objetivos nacionais permanentes escapam à possibilidade imediata de serem alcançados e mantidos através do Poder Nacional, preconiza a metodologia sejam os mesmos decompostos em objetivos nacionais atuais, integrados nos anteriores, os quais, face às possibilidades do momento, se constituem em etapas a serem atingidas pela Política Governamental, graças ao poder disponível no momento considerado. Em conclusão, qualquer plano setorial a curto prazo integra-se na política governamental, limitada, no tempo, pela duração constitucional do mandato presidencial. Como sabido, os Objetivos Nacionais Permanentes, por definição, se apresentam de forma ampla e generalizada. Já os Objetivos Nacionais Atuais, deles deduzidos e neles integrados, descem a uma casuística mais precisa, eis que se destinam a serem implementados e mantidos a médio quando não a curto prazo. Não quer isso dizer que o planejamento educacional deva ater-se necessariamente aos Objetivos Nacionais Atuais. Em verdade, como todo o planejamento, esse também vincula-se, permanentemente, aos Objetivos Nacionais Permanentes. Mas, em um certo e determinado período de governo, qualquer planejamento setorial é deduzido de Objetivos Atuais a serem normalmente concretizados no período considerado. Feita essa introdução, destinada a melhor interpretar o problema, importa fixar quais

os pressupostos básicos condicionadores de um adequado planejamento educacional. Segundo a Unesco, o aludido planejamento deveria: a) "aplicar-se ao conjunto do sistema de ensino, em todos os níveis e a todos os elementos deste sistema, levando-se em conta tanto os aspectos qualitativos como os quantitativos; b) situar-se em uma perspectiva de maior alcance, de modo a cobrir ao menos vários anos e, se possível, um período de duração equivalente ao do ciclo escolar; c) estar totalmente integrado no planejamento do desenvolvimento econômico e social". (Planejamento da Educação). Ainda segundo a mesma fonte, inúmeros são os fatores negativos que, nestes últimos dez anos, impediram não só a adoção pacífica dos princípios acima enunciados, mas, igualmente, a adaptação, com maior êxito, da educação às necessidades presentes e futuras da sociedade. Tais fatores negativos, sem prejuízo de outros, são os seguintes: "a) inércia fundamental e conservadorismo social dos sistemas de ensino, que aumentam, de maneira alarmante, a defasagem entre o ritmo de renovação destes sistemas e a evolução da sociedade; b) reservas quanto à idéia de que a educação é investimento de importância capital para o desenvolvimento nacional e quanto à própria idéia do planejamento educacional; c) falta de continuidade nos escalões dirigentes do sistema educacional, traduzindo-se na flutuação das políticas e dos objetivos fundamentais definidos para a educação e no abandono de planos já provados; d) resistência sociopatológica ao planejamento por parte de muitos administradores; e) falta de integração, do planejamento educacional com as atividades conexas de planejamento, quando existem, ou — em termos de comunicação e compromisso — com os processos de decisão e aplicação de decisões dentro do próprio sistema educacional; f) ausência de esforços paralelos de planejamento para o conjunto da economia, mão-de-obra e desenvolvimento social, apesar de serem tais esforços indispensáveis para fornecer uma estrutura ao planejamento educacional; g) deficiência dos escalões administrativos da educação inadaptados às imensas tarefas de desenvolvimento que devem assumir

atualmente, e cujos dirigentes, compreendendo mal o planejamento, temem que o mesmo venha a usurpar-lhes responsabilidades e prerrogativas; h) insuficiência de recursos econômicos, muitas vezes agravada por uma taxa decepcionantemente baixa de crescimento econômico; i) disponibilidade incerta de recursos por causa da dificuldade de se obter uma consignação de verbas governamentais garantidas por vários anos; j) ausência de documentação segura e atualizada que permita apreciar as tendências recentes e o estudo atual da educação; k) sistemas de formação de professores que não oferecem a todos os meios de renovar constantemente seus conhecimentos profissionais e melhorar sua situação; l) falta de pessoal qualificado e emprego de métodos inadequados ao planejamento educacional”.

Obra de equipe exige colaboração de todos e as decisões adotadas, no decorrer de sua elaboração, devem-se estribar, cada vez mais, não na simples vontade de um indivíduo, mas, sobretudo, em métodos e técnicas sofisticados, onde o arbítrio humano cada vez desempenha menor e mais insignificante papel. Também é sabido — nisso são unânimes os mais abalizados autores — que é impossível, a curto prazo, sem adequada e por isso mesmo longa experimentação e paciente acompanhamento, dizer da excelência desse ou daquele sistema, dessa ou daquela reforma. Ensinam os doutos que o que se entende como “qualidade da educação” é frase utilizada da maneira mais inconstante e arbitrária. De um lado, exprime em geral um juízo de valor discutível. Por outro lado, certos especialistas tendem a opor os aspectos qualitativos do planejamento educacional a seus aspectos quantitativos, eis que, para esses, todos os elementos da educação compreendem tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos, na prática dificilmente separáveis. Também fator ponderável é o que se refere ao rendimento educacional. Distinguem-se, aí, dois tipos característicos: interno e externo. A rentabilidade interna mede-se por uma perfeita adequação da escola às suas finalidades, traduzindo-se por um mínimo de evasão e repetência; já a rentabilidade externa implica



sua eficácia face ao desenvolvimento econômico, cultural e social. Por conseguinte, não basta que o sistema funcione bem, internamente, mas que, *pari passu*, esse funcionamento satisfaça aos anseios sociais. Não basta que a escola forneça mais educação, importa que essa seja a melhor para o tipo da sociedade a que se destina. Problemas deste jaez estão a demonstrar que não é suficiente desejar implantar o planejamento. Antes e acima de tudo deve-se implantá-lo quando existirem adequadas condições para o seu funcionamento econômico.

Urge planejar o planejamento. Sem essa providência preliminar, nada feito. Para isso, porém, não bastam leis gerando estruturas custosas e complicadas. Pode-se planejar muito bem sem nada disso. Mas, em troca, não será possível planejar sem um mínimo de elementos humanos que domine a técnica indispensável e possua apoio substancial compatível com a obra a ser realizada.

## Desenvolvimento

Existem, quanto ao perfeito entendimento desta palavra, divergências não facilmente ilídidas. Alguns a empregam como sinônimo ou equivalente a *crescimento*. Outros acreditam que o seu exato significado a situa, preferentemente, na área econômica. Tais concepções, entretanto, além de fundamentalmente ERRÔNEAS, apresentam-se nefastas. Na melhor das hipóteses, violando a lógica, assemelham a *parte ao todo*. Importa, por conseguinte, conceituar, para distinguir.

Quanto ao aspecto econômico, cumpre esclarecer que o simples crescimento espelha um aumento *quantitativo* da economia, enquanto o desenvolvimento econômico, além de abranger o crescimento, está diretamente vinculado a níveis de bem-estar social, abanando, *qualitativamente*, novas estruturas

Em se tratando do aspecto global do problema, envolvendo o conceito do que se entende como desenvolvimento,

imperioso será recordar que, face a terminologia da Escola Superior de Guerra, "o desenvolvimento é a otimização da capacidade do Poder Nacional, objetivando a consecução do Bem Comum".

Considerando ser o Poder Nacional "expressão integrada dos meios de toda a ordem (Políticos, Econômicos, Psicossociais e Militares) de que dispõe efetivamente a nação, em um momento considerado, para, sob orientação do Estado, alcançar e/ou manter os Objetivos Nacionais", fácil será constatar o inteiro cabimento do anteriormente enunciado, em se tratando do caráter global daquilo que se entende como desenvolvimento. Em reforço dessa assertiva, oportuno lembrar que o primitivo critério para classificar um país como desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido, estribava-se naquilo que se entendia como sendo renda *per capita*. Na atualidade, porém, outros indicadores surgiram e se afirmaram. Assim os níveis de nutrição; o percentual da população agrícola em relação à força de trabalho; produtividade homem/hora; distribuição de renda nacional; grau de industrialização; níveis de instrução; taxa de crescimento demográfico; grau de integração econômica; estrutura social; índices sanitários; população economicamente ativa; expectativa média de vida; estabilidade político-social; renda *per capita*.

Claro que esse elenco, relativamente numeroso, não elimina posterior inclusão de outros fatores, destinados a comporem, ainda com maior veracidade e precisão, o perfil que se pretende esboçar.

Afirma-se, com acerto, que a principal diferença existente entre regime autocrático e democrático, quanto ao desenvolvimento, repousa no *homem*. Sob prisma totalitário, considera-se que o homem deve se adequar ao desenvolvimento. O enfoque democrático, porém, situa o desenvolvimento a serviço do homem.

Graças ao *desenvolvimento*, *progride-se*. Através do *progresso* atingira-se o *bem comum*. Por conseguinte, assim como

não se admite desenvolvimento vinculado, apenas, a uma das formas ou expressões do Poder Nacional, igualmente não será lícito esquecer que vivendo o Homem na Terra e da Terra e sendo governado por Instituições não existirá autêntico e inequívoco desenvolvimento salvo aquele que considere esse trinômio que se constitui em elemento básico da nacionalidade.

Outra não é a linguagem usada por Carlos Geraldo Langoni que, em recente conferência proferida na Escola Superior de Guerra — Crescimento versus Desenvolvimento, 02 de outubro de 1975 — focalizando os desequilíbrios que se observam em nosso processo de desenvolvimento, assinala, *verbis*: “todos estes desequilíbrios refletem, em essência, o erro fundamental de nossa estratégia de desenvolvimento que tem sido o de atribuir uma prioridade exagerada ou injustificada à acumulação de capital físico, em relação àqueles investimentos que beneficiam diretamente o homem”.

## Conclusão

Impõe-se concluir, esquematicamente, sintetizado tão longo arrazoado:

1. Análise dos textos constitucionais republicanos assinala, em caráter crescente, refletindo conjuntura em acelerado processo de mutação, ingerência cada vez maior do Estado em matéria pedagógica, orientando-a quanto aos fins, prescrevendo-lhe tarefas e áreas específicas de atuação, possibilitando-lhe os meios e aferindo-lhe os resultados.

2. A última reforma do ensino, primário e médio, alterou, substancialmente, o até então existente. A Lei número 5.692, de 11/08/71, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, explicita serem seus objetivos “a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. Atendendo a essas coordenadas, estruturou-se o texto

legal de tal maneira que o "currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial", dando-se particular ênfase, no ensino de segundo grau, à "formação especial".

Face a essas considerações conclusivas, ressaltam alguns reparos:

2.1. a reforma, abruptamente, mesmo admitindo implantação progressiva, além de alterar a tradicional estrutura vigente no ensino primário, aumentando sua duração para oito anos letivos, reduziu para "três ou quatro séries anuais", e ainda menos tempo, em casos especiais, a duração do antigo curso secundário;

2.2. unificou e profissionalizou todo o ensino de grau médio, crismando-o de 2.º grau, extinguindo habilitações específicas que se concretizavam em escolas normais, comerciais, industriais, agrícolas, ginasiais e colegiais;

2.3. a profissionalização, predominante "no ensino de segundo grau", compreenderá "uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades locais aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos".

2.4. Tendo em vista o exposto, conclui-se, imparcial e objetivamente:

a) fez-se uma reforma profunda sem indispensável e adequado preparo prévio que possibilitasse sua implantação imediata. Reconhece-o o Presidente da República, *verbis*: "Ela é um objetivo a atingir, um objetivo distante... Tem que sair sob forma gradativa... a longo prazo. Agora, se nós quisermos ser açodados e quisermos fazer a reforma em um ano, nós vamos fracassar" — EBSA, maio 75 n.º 326, pág. 3.

b) Faltou, ao reformador, o que não podia nem devia faltar: informação orientada, preferentemente, para aquelas áreas onde, de imediato, deveria atuar a Reforma. Assim, em se tratando da demanda de mão-de-obra, cuja caracterização é essencial à implantação da nova Lei, frisa, com pro-

priedade, Carlos Geraldo Langoni: "a dificuldade de avaliar o comportamento da demanda de mão-de-obra a longo prazo é uma conseqüência direta da impossibilidade de antecipar a característica e a magnitude da expansão relativa dos diferentes setores da economia... O problema de estimar a demanda para categorias profissionais é ainda mais complexo num país como o Brasil em que a produção de tecnologia está em grande parte fora de seu controle e em que existem diferenças regionais e setoriais nos preços relativos dos fatores de produção" — (A Economia da Transformação, 1975, página 150).

E conclui, em conferência já mencionada, enfatizando que é de fundamental importância evitar que o setor educacional se transforme em fonte autônoma de obsolescência do capital humano, através de uma profissionalização excessivamente especializada ao nível da escolarização formal".

c) escasseia, também qualitativa e quantitativamente, o magistério qualificado para assumir os novos encargos atribuídos à classe, indispensáveis e condicionadores do sucesso daquilo que se pretende implantar.

3. Por último, face ao ensino superior, também não se pode deixar de reconhecer que os textos legais a ele vinculados, sobretudo a Lei 5.540/68 e diplomas subseqüentes, ainda se encontram bastante distanciados de uma implantação propiciadora de adequado rendimento. Ainda aí, sem menosprezo a outros problemas, de evidente relevância, enfoca-se o preparo, a atualização, a especialização, e a expansão do magistério. Tenta-se, pela primeira vez, como coroamento da reforma universitária, formar, cientificamente, o magistério superior, à semelhança daquele destinado ao ensino de 1.º e 2.º graus. Para isso, ênfase e prioridade foram concedidas aos cursos de pós-graduação que, acorde pronunciamento do ex-Ministro Jarbas Passarinho, devem cogitar do "preparo e aprimoramento do pessoal docente de nível superior". Análise anterior, baseada em texto legal, autoriza afirmar que,

conquanto seja lícito e desejável acreditar no êxito, a longo prazo, daquilo que ora está sendo tentativamente implantado, no momento existem óbices, antagonismos e pressões que o retardam, dificultando a adoção prática dessa correta solução já teoricamente aprovada.

4. Finalmente, assim como sem *desenvolvimento* não existe *segurança*, sem *educação* não será possível haver *desenvolvimento*. Em recente epístola endereçada ao então Presidente da Aliança Renovadora Nacional — ARENA — o Senador Luiz Viana F.<sup>o</sup> propugna: “Inicialmente desejo reportar-me ao problema educacional, que tenho como o fundamental, o essencial para o futuro do país... que se inscreva em nosso programa uma declaração expressa, peremptória, inequívoca, de que a ARENA considera como o primeiro mais importante objetivo governamental a Educação Nacional” (J.B. 22.08.75). Também o documento “metas e bases para a Ação do Governo” — 1970/71 — chama, expressivamente, de “Revolução na Educação” aquilo que, à época, constituía-se em preocupação governamental, a saber: 1) a qualidade do ensino... desatualizado e pouco ajustado à realidade nacional e regional; 2) a produtividade do sistema educacional... e 3) a integração da educação com o desenvolvimento científico e tecnológico e com o desenvolvimento global do País”.

Essa diretriz concretizou-se no 1.<sup>o</sup> Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Lei n.<sup>o</sup> 5.727, de 04.11.71) que, entre outras realizações, preconiza, no campo da Educação, além de uma ampliação do MOBRAL, a implantação do “Sistema de Ensino de 1.<sup>o</sup> grau, integrando o primário e o ginásio, com universalização progressiva desses dois níveis de ensino; estabelecer-se-á o sistema de centros regionais de pós-graduação, além de continuar-se a Reforma Universitária”. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979) admite, com realismo, que ainda “persistem problemas na Educação, de quantidade e, principalmente, de qualidade... o objetivo maior de todo o planejamento nacional é o homem brasileiro, nas suas dimensões e aspirações”.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional, 1975, assim se manifesta o Presidente Geisel: "O desenvolvimento que almejamos para o país é um desenvolvimento integral e humanista — humanista, sobretudo nos seus fins, uma vez que o homem, na atualização de todas as suas potencialidades, é o objeto supremo em proveito do qual os maiores esforços deverão ser coordenados e multiplicados... O governo tem plena consciência do quanto representam a Educação e a Cultura no processo de valorização do homem brasileiro, inclusive como investimento de alta rentabilidade, se bem que diferida no tempo, para o próprio desenvolvimento econômico do país".

Por último, como fecho desse estudo, o opúsculo *Um Programa para o Brasil* (projeto) elaborado pela ARENA, preconiza no item 3, "Política de Valorização de Recursos Humanos", no campo da Educação, vários princípios, dos quais destacamos o seguinte:..." 4-Planejamento integrado da educação para o desenvolvimento". Importa, agora, concretizar o planejado, mas isso é outra e mui diversa estória...

**A cada nova guerra surgem outras dimensões nos campos da tática e do armamento. Assim sendo, as atitudes rígidas ou inflexíveis para com a arte de combater certamente são perniciosas à eficiência em combate. O comportamento humano irá determinar grandemente o curso da batalha. Desta forma, nunca será demais acentuar a necessidade de uma judiciosa seleção dos homens, principalmente dos líderes.**

## INFORMAÇÕES

### 1. A BLINDAGEM CHOBHAM

Os ingleses acabam de obter uma nova blindagem quase impenetrável pelos mísseis e obuses anticarros existentes.

Conhecida como blindagem *Chobham*, em homenagem ao laboratório militar do Exército, situado em Chobham, no sul da Inglaterra, ela é o resultado de 10 anos de pesquisas e experiências científicas. É não somente mais resistente do que qualquer outra blindagem atualmente em uso, como consideravelmente mais leve.

Essa descoberta foi considerada pelo Ministro da Defesa britânico, Roy Mason, como o "avanço mais significativo em termos de desenho e proteção de carros de combate desde a Segunda Guerra Mundial".

A nova tecnologia está sendo divulgada pela Inglaterra para uso nos Estados Unidos e na República Federal Alemã que vêm trabalhando no desenvolvimento de uma nova geração de carros de combate para a próxima década.

A nova geração de carros de combate britânicos, com a blindagem *Chobham*, deverá ser operacional na década de 90, quando a produção do *Chieftain* começará a ser reduzida.

O primeiro país a se beneficiar da blindagem *Chobham* será o Irã. Cerca de 1.200 *Chieftain*, encomendados há mais de um ano pelo Xainxá, serão produzidos já com a nova blindagem. Por serem veículos mais leves, será possível equipá-los com motores Rolls-Royce de 1.200 HP, o que lhes dará maior velocidade e manobrabilidade.

(Jornal do Brasil)

### 2. ARÁBIA SAUDITA COMPRA MAIS ARMAS

Segundo certas informações, depois de haver adquirido aviões *F-5E*, mísseis solo-ar *Improved Hawk* e outros materiais a Arábia Saudita está a ponto de fazer novos pedidos de armamentos aos Estados Unidos, no valor de 1 bilhão e 200 milhões de dólares.



O cumprimento de tais pedidos está subordinado à aprovação prévia do Congresso dos EUA. A maior parte dessa soma (900 milhões de dólares) corresponde a contratos de construção, inclusive de uma base naval. Consta que o restante do valor citado está destinado a compra de carros de combate *M 60* e *VBTP*, para reforçar as unidades blindadas compostas de carros *AMX-30* e outros veículos, mísseis ar-superfície *Hughes Maverick* e mísseis anticarro *McDonnell Douglas Dragon*.

(*Revista Internacional de Defesa*)

### 3. O CARRO DE COMBATE (CC) APÓS A GUERRA DO YOM KIPPUR

O inesperado sucesso da infantaria egípcia, em neutralizar os ataques dos blindados israelenses com armas anticarro, na Guerra do Yom Kippur, em 1973, levou os especialistas militares ocidentais e soviéticos a duvidar do valor do carro de combate.

Mais preocupados parecem estar os soviéticos, cuja estratégia na Europa Ocidental baseia-se na *blitzkrieg*, para esmagar o inimigo com o peso dos blindados e a velocidade do movimento. Essa estratégia decorre da superioridade de blindados que possuem em relação às forças da OTAN da ordem de 3x1.

A preocupação soviética seria fruto da seguinte proposição: se os árabes conseguiram deter as forças blindadas israelenses, altamente treinadas, então, certamente, os profissionais da OTAN poderiam anular a *blitzkrieg* soviética.

Através de publicação do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres sabe-se que esta *teoria* não subsiste. Os soviéticos não estão abandonando os CC como sua principal arma de ataque numa futura ofensiva na Europa, nem estão ignorando as lições de 1973; estão reformulando a doutrina de emprego dos blindados em futuro e possível conflito no continente.

Constatou-se também que os soviéticos estão preocupados com o efeito das armas anticarros em seus notáveis BMP (transporte de pessoal blindado de múltiplo objetivo), veículos de vital importância em operações ofensivas em larga escala.

O efeito dos mísseis anticarro seria diminuir a velocidade de uma ofensiva soviética em larga escala, dando às forças da OTAN tempo para fortalecer suas defesas — o que seria desastroso para a estratégia soviética. Sem o apoio da Infantaria, os carros de combate seriam detidos pelas defesas anticarro da OTAN.

Apesar disso, os soviéticos não abandonaram sua estratégia. Apenas a modificaram. Seu plano agora prevê um ataque preventivo usando apenas os grandes exércitos postados próximo à fronteira, sem aguardar reforços vindos da URSS.

Aproveitando-se do procedimento da OTAN de concentrar as defesas anticarro em pontos fortes, a força invasora usaria a velocidade do movimento e a fluidez do BMP para contorná-los. A manobra preventiva surpreenderia as forças da OTAN ainda em processo de mobilização e antes que elas pudessem organizar uma linha eficaz de defesa. Conseguida a penetração, as forças de carros de combate poderiam ser usadas para avanço rápido em áreas não defendidas.

As lições da Guerra do Yom Kippur vêm sendo usadas de modo a desenvolver a doutrina defensiva da OTAN e aproveitadas para desenvolver a capacidade ofensiva dos soviéticos.

(Jornal do Brasil)

#### 4. UM SISTEMA REVOLUCIONÁRIO DE TELECOMUNICAÇÕES

A *Rede Integrada de Transmissão Automática (RITA)* é um novo sistema de telecomunicações militares, que deverá entrar em serviço na França a partir de 1980. Esse sistema utiliza as mais recentes técnicas de informática e de transmissão numérica, que deverá proporcionar aos comandos das Grandes Unidades, facilidades sem comparação com as que lhes são oferecidas hoje.

Aos usuários, que são assinantes das comunicações rádio ou com fio, ele permitirá:

- a listagem uma única vez e independente de sua posição geográfica;
- estabelecerem, automaticamente, suas comunicações, tanto telefônicas como telegráficas, por simples registro num teclado, obtendo seus correspondentes quase que instantaneamente, sem ter relação com sua localização;
- o benefício sistemático da cifragem das conversações e das mensagens;
- conservarem a possibilidade de se comunicar, mesmo em caso de destruição parcial da rede, graças a uma programação de prioridades.

Esse sistema que atualmente está em fase de teste, vem sendo submetido a experimentação sobre os terrenos variados do planalto de Langres e dos contrafortes dos Vosges, dentro das condições mais reais do desdobramento em campanha.

*(TAM-Magazine des Armées)*

## 5. RECENTES PROPOSIÇÕES NAS NEGOCIAÇÕES DAS REMF

O Pacto de Varsóvia apresentou novas proposições dentro das negociações RMEF (Reduções Mútuas e Equilibradas de Forças).

O Bloco Oriental sugere a adoção das seguintes medidas: a) proceder, em 1976, a uma redução de efetivos de 20.000 a 30.000 homens por parte dos norte-americanos e de 22.000 a 33.000 por parte dos soviéticos (estes últimos incluiriam na redução de forças 2 a 3 regimentos blindados, de 200 a 300 carros, 54 aviões de bombardeio nuclear e sistemas de lançamento de mísseis com ogiva nuclear, que seriam retirados do serviço ou desmembrados); b) estabilizar as forças dos demais países (integrantes do Pacto de Varsóvia e da OTAN) e proceder a novas reduções, em 1977-78, para conseguir uma redução total de 15% ao final de 1978.

*(Revista Internacional de Defesa)*

## 6. SITUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS FRANCESAS EM 1976

A segunda parte do relatório, sobre a programação das despesas militares, para o período de 1977-1982, remetido ao Parlamento, trata da situação atual das Forças Armadas.

Esse relatório é bastante realista e não procura mascarar o insucesso da política e decisões anteriores.

Relata os efeitos da inflação sobre a programação anterior e analisa a organização geral e a estrutura de cada uma das forças singulares e da gendarmeria. Enfoca a adaptação dessas forças às suas missões e destaca a rigidez de organização com a qual o Exército procura atendê-las. Menciona a cifra de 300.000 reservistas para o Exército, mas deplora que o valor das Unidades mobilizadas caia bastante em função da insuficiência de equipamentos.

O relatório declara que o equipamento do Exército, com material moderno, entre 1971 e 1975, sofreu um retardo de 2 anos, devido particularmente a retardo de liberação de créditos e dificuldades técnicas encontradas. Assim, de 475 carros AMX-30 programados, ape-

nas 85% da previsão foi alcançada; 160 blindados *AMX-10* ao invés de 280; 195 postos de tiro *Milan* em lugar de 275; 10 canhões *GCT* ao invés de 55; e 30 sistemas antiaéreos *Roland* ao invés de 55. O Exército não possui fuzis modernos.

A situação da infra-estrutura, notadamente dos aquartelamentos, malgrado os esforços realizados, é reconhecidamente preocupante.

A situação da Marinha não é menos inquietante, porque de um total de 140 embarcações dois terços datam de antes das três últimas leis-programas. As Unidades lançadas em serviço, no decênio 1955-1965, estão próximas do seu limite máximo de utilização. Também é urgente a necessidade de substituição dos aparelhos da aviação embarcada.

A Força Aérea, com seus 450 aviões de combate e seus 150 aviões de transporte, sofre também de um retardo de 2 anos no seu reequipamento.

A produção dos *Jaguar*, que renova progressivamente o parque da FATAc, não atinge ao ritmo desejado. O esforço indispensável para fazer face à guerra eletrônica é reduzido: sobre 3 aparelhos de vigilância previstos, apenas um foi encomendado.

A modernização da defesa antiaérea se obteve graças à chegada dos *Mirage F 1* e pelo aperfeiçoamento da rede de reconhecimento automático.

Há ainda a considerar o envelhecimento da frota de transporte aéreo: somente 50 aviões *Transall* de um total de 150 aparelhos e o curto alcance desses meios, além da redução (25 no lugar de 132 programados) das encomendas dos aviões-escola *AlphaJet*, a serem liberados em 1978.

(*Défense Nationale*)

## LIVROS

1. CASTRO, THEREZINHA DE — *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1976. 174 p.

Trata-se de uma obra de real interesse e grande atualidade.

Apresenta, de início, sólida argumentação relativa à questão da toponímia e caracteriza de modo preciso os aspectos de posição e configuração da *Antártica*.

A exposição do tema é feita segundo uma seqüência lógica, onde são destacados não só os pontos mais relevantes como também as peculiaridades da região. É feita uma apresentação minuciosa da *fisiografia* onde são estudados os solos, os gelos, os oásis e lagos, o Oceano Austral e o clima, evidenciando o imenso potencial que nos oferece por ser um continente rico em recursos minerais.

Segue-se um estudo aprofundado acerca da *biogeografia* com destaque para a vida marinha, a vida terrestre a caça, a fixação humana e os meios de circulação. Quanto a esses aspectos, pode-se concluir que há uma grande pobreza vegetal e "ao contrário do que acontece nas águas austrais onde a fauna se apresenta com grande porte, no continente antártico, os animais limitados à vida exclusivamente terrestre tendem a ser pequenos".

No que se refere ao elemento humano, verifica-se que a maioria das bases estão localizadas no litoral, onde se registram as temperaturas menos frias dessas áreas e onde o abastecimento é mais fácil.

Problemas sérios são enfrentados como os relativos às construções, ao aquecimento, ao fornecimento de energia, ao vestuário e particularmente aos meios de transportes, que adaptam ainda muito mais às condições existentes na *Antártica*.

No capítulo seguinte, são focalizados aspectos históricos: da *Antiguidade e Idade Média*, onde ressaltam as atividades de gregos e fenícios; da *Idade Média* ao alvorecer da *Idade Moderna*, onde fica bem marcada a contribuição dada por Portugal para o conhecimento

do mundo em que vivemos; da busca da *Antártica*; e dos interesses científicos, quando, a partir do século XVIII, as "expedições descobridoras cediam lugar às expedições científicas, significativamente a serviço da estratégia".

Na etapa subsequente, são enunciados os problemas políticos relacionados com a área. Em primeiro lugar, são citadas as *nações reivindicadoras* e apresentados os diversos critérios que procuram justificar as pretensões de cada uma. Em seguida, é apresentada a política dos dois grandes, URSS e EUA.

No Departamento de Estado Americano existem duas correntes de opinião. A primeira delas, essencialmente pró-reivindicatória, reclamando para os EUA um território, que não se sobreponha ao reivindicado, anteriormente, por nenhuma nação. Essa corrente defende a tese de que os territórios reivindicados por outras nações devem ser reconhecidos e os casos conflitantes devem ser levados à solução jurídica. A segunda corrente não aceita que a região tenha valor estratégico para os EUA e, por conseguinte, defende a *tese da internacionalização da Antártica*.

A URSS defende a *tese da internacionalização*, alegando que a *defrontação* tem pouca relação com a realidade da *Antártica*, por ser continente isolado dos demais. Embora haja reconhecido, em seu próprio proveito, o *princípio dos setores e defrontação* no Artigo, não o aceita em se tratando da *Antártica*. Por último, faz referências às nações interessadas e à posição do Brasil face a *Antártica*. Como *nações interessadas* destacam-se a Alemanha, o Japão, a Bélgica, a Suécia, a Polónia e o Brasil.

A posição brasileira está explícita nos cinco princípios fundamentais do documento de adesão do Brasil ao *Tratado da Antártica*. Em linhas gerais a adesão se justifica por finalidades pacíficas, mas não afasta o Brasil do critério da *defrontação* numa possível partilha, como também propugna pela adoção do *sistema de igualdade* entre todos os signatários, onde as decisões a serem tomadas não deverão cingir, apenas, aos 12 (doze) signatários iniciais.

Finalmente, como fecho da obra, são analisados aspectos relevantes ligados à *geopolítica* e *geoestratégia*, ressaltando a importância da *rota polar*, a evolução da ciência náutica à espacial e destacando o valor científico da *Antártica* tanto para a ciência da paz como da guerra.

As regiões polares, hoje, são rotas marítimas e aéreas mundiais. "Em sua conjunta geopolítica e geoestratégica atuais, o problema

não é mais o de como viver juntos, colaborando como até aqui, mas sim o de como sobreviver separadamente”.

A Autora conclui seu trabalho destacando que os desafios do espaço envolvem a *Antártica*, que se encontra sem estatuto jurídico — é terra de todos e não pertence a ninguém.

Ante os desafios do espaço deve, pois, o Brasil, seguir RUMO A ANTÁRTICA.

Sem dúvida, *Rumo à Antártica*, é uma obra muito bem escrita, apoiada em farto material, bem estruturada e onde podemos destacar o excelente trabalho de pesquisa feito.

Nota-se a preocupação da Autora em relação às possíveis evoluções que possam ocorrer nesse continente, ainda sem estatuto jurídico.

Chama a atenção para várias partes do globo onde primeiro houve exploração científica, depois exploração econômica e, em certas conjunturas, ficou ressaltada a importância geopolítica e geoestratégica. Assim, ela defende a tese de que não basta oficializar a posição do BRASIL na *Antártica* mas é imprescindível que asseguremos a nossa presença efetiva na preciosa região.

2. COSTA, JORGE GUSTAVO DA — *Planejamento Governamental; a experiência brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971. 633 p.

A obra tem por objetivo apresentar, sem pretensões críticas ou doutrinárias, em termos descritivos, partindo de uma análise documental direta, a história do planejamento governamental no Brasil. Abrange, dessa forma, um período histórico que vem desde a nossa Independência até 1962, quando da implantação do *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*.

Embora a edição seja de 1971, o Autor limita o campo da análise até 1966 e, assim, o estudo deixa de apresentar eventos de maior atualidade como o *Programa Estratégico de Desenvolvimento* (1970) e os *I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento*.

O Trabalho está estruturado da seguinte forma:

- Parte I : *Uma Visão Global*
- Parte II : *O Planejamento Federal*
- Parte III: *O Planejamento Espacial*
- Parte IV: *Perspectiva do Planejamento Governamental Brasileiro.*

A *Parte I* apresenta um panorama do planejamento nacional, fazendo um bosquejo dos fatos marcantes da história administrativa do Brasil que, de alguma forma, ligaram-se ao processo de tomada de consciência do planejamento. Divide-se este processo em três fases:

- a do *Planejamento Ocasional* (1828-1939)
- a do *Planejamento Empírico* (1939-1962)
- a do *Planejamento Científico* (Período atual)

A *primeira fase* é caracterizada pela ocasionalidade e pela falta de continuidade com que a administração pública encarava problemas que exigiam ação constante e previamente elaborada. O Autor analisa neste período alguns planos.

Dentre eles destacam-se:

- *Plano MORAIS* (1869) — versava sobre a navegação fluvial. Apresentado ao Parlamento, foi rejeitado.
- *Plano QUEIROZ* (1874) — procurava articular os sistemas de navegação fluvial e ferroviário, visando as comunicações do litoral com o interior do país e das capitais entre si. Encaminhado ao Parlamento também foi rejeitado.
- *Plano REBOUÇAS* (1874) — bastante ambicioso, tratava também da interligação dos sistemas fluviais e ferroviários. Este plano influenciou bastante a política do Império, mas não foi posto em execução, em virtude do seu extremo idealismo e irrealdade.

Analisa ainda diversos outros planos, tais como o *Plano BICALHO* (1881), o *Plano BULHÕES* (1882) e atinge o ano de 1934, quando veio à luz o chamado *Plano Geral de Viação Nacional*. Este último é indicado como denotativo da transição que se operava em nosso conceito de planejamento. Ainda sem se enquadrar em uma orientação técnica, em termos de planejamento, tinha o mérito de dar forma concreta, documental, à decisão de implantação de um plano.



Nessa fase de *planejamento ocasional*, são estudadas, complementarmente, as primeiras manifestações de planejamento regional do Brasil, na Amazônia e no Nordeste.

Na *segunda fase* da história do planejamento nacional — fase do *Planejamento Empírico* — é incluída a maioria dos planos nacionais, estaduais e municipais, a partir de 1939.

É interessante ressaltar, nesta parte do texto, o estudo realizado sobre a função do *Coordenador da Mobilização Econômica*.

Ao incluir-se no rol dos beligerantes da Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942, viu-se o Brasil na contingência de estabelecer a completa mobilização dos recursos econômicos existentes no território nacional. Daí nasceu o cargo de *Coordenador da Mobilização Econômica*. O conjunto de poderes que lhe foram cometidos representava medida sem precedentes da intervenção governamental no campo da economia e, ao mesmo tempo, deliberação evidente de estabelecer planos de emergência. Tinha sob sua responsabilidade setores ligados à mineração, à agricultura e pecuária, ao racionamento de combustíveis e energia, aos transportes, ao mercado de trabalho e a outros aspectos da nossa economia.

Outro ponto importante a destacar neste período é o exame da instituição e das atividades do *Conselho Nacional de Economia*. Criado pela Constituição de 1946, sua principal atribuição era “estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias”. Entretanto, este órgão só conseguiria os instrumentos e as condições efetivas para funcionar no final de 1949. Daí por diante exerceu grande influência no desenvolvimento do planejamento em âmbito governamental.

De 1952 a 1964, estimulou, ora pela análise estrutural da economia brasileira, ora por sugestões específicas, o planejamento econômico global. Foi assim um dos precursores da mudança da tônica de planejamento em nível de governo no Brasil.

No campo específico dos diversos planos federais, propostos e executados ou não, nesta fase, são estudados, entre outros, os seguintes:

- *Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional* (1939/43);
- *Plano de Obras e Equipamentos* (1944/48);

A *Parte III* analisa com propriedade o *planejamento espacial*. Desse estudo verifica-se que os três organismos regionais por ela analisados (SPVEA, SUDENE e SUDESUL) foram concebidos para compor um sistema, ou, pelo menos, para cumprir tarefas análogas em cada região. Entretanto, foram submetidas a influências distintas, o que repercutiu no tipo de organização, nos métodos operacionais e, mais que tudo, na formação do substrato de cada órgão, com transparência na concepção dos planos desenvolvidos. Ressalta a dificuldade para a identificação de uma estratégia operacional que se harmonizasse com algum modelo espacial de planejamento. Verifica-se que prevaleceu a tendência da adoção de modelos setoriais, reflexo do planejamento federal, de estrutura básica da administração brasileira e a influência política sobre a distribuição de recursos.

Quanto aos planejamentos, estadual e municipal, essa parte apresenta subsídios valiosos aos administradores públicos estaduais no tocante à concepção de planos e abre novas perspectivas ao planejamento municipal, pois evidenciam-se ter sido este tipicamente urbano e marcadamente físico. Nesse ponto, o Autor introduziu uma valiosa contribuição sobre o planejamento municipal integrado. A quarta e última parte da obra — *Perspectiva do Planejamento Governamental Brasileiro* — conclui o estudo com a tentativa de prescutar as categorias de eventos que marcariam o planejamento no Brasil na década de 1970.

O trabalho é completado com extensa bibliografia, onde são citados livros, artigos, documentos e textos legais onde se baseou o estudo. Apresenta ainda um índice analítico e remissivo.

*Planejamento Governamental; a experiência brasileira* representa um louvável esforço do Autor e da Fundação Getúlio Vargas no sentido de contribuir para a elaboração de uma doutrina e o desenvolvimento de uma literatura genuinamente brasileiras, no campo da administração pública.

O trabalho, embora algo desatualizado, em face da data limite fixada pelo Autor para a análise (1966), apresenta ao administrador público e ao estudioso do planejamento, valiosos subsídios para o desenvolvimento da capacidade técnica de planejar tanto no âmbito nacional como no setorial.

Alguns aspectos sobre a obra podem ser ainda enfatizados:

— ela é, basicamente um levantamento de dados sobre o planejamento brasileiro, com o principal objetivo de estabelecer

o seu registro sistemático e sugerir caminhos para outras pesquisas na área;

- embora com um amplo escopo, tanto no tempo como no espaço, o texto não pôde exaurir o estudo da experiência do planejamento nacional; procura catalogar as iniciativas de maior envergadura para o entendimento do processo geral de absorção do planejamento pela administração pública;
- o trabalho examina o planejamento sob o ponto de vista administrativo, mas foi obrigado a abordar aspectos econômicos, políticos e legais com frequência. Sente-se, todavia, que está sempre presente o objetivo de trazer a contribuição do analista administrativo ao estudo do planejamento no Brasil, sem se ater à crítica desnecessária ou a comparações pejorativas entre este ou aquele plano.

Merecem ainda um destaque especial as análises dos antecedentes históricos, políticos, econômicos e sociais dos grandes planos federais, bem como das dificuldades de suas implantações e dos objetivos por eles alcançados. E de se notar ainda, que são de grande valia para o estudioso os balanços financeiros de cada plano, os índices sobre a execução de seus projetos e a consecução de suas metas setoriais.

Concluindo, é um trabalho bastante completo sobre o planejamento no Brasil, podendo servir como referência e consulta a técnicos e administradores, assim como a oficiais que, por imposição da função que exercem, devam conhecer, com mais profundidade, a atual sistemática de planejamento federal, pois dessa forma poderão melhor compreender as suas implicações no *Sistema de Planejamento do Exército*.

## Uniformes do Exército

Os uniformes de nosso Exército sofreram várias transformações, através dos tempos, influenciadas por exércitos de outras nações. Seleccionamos, neste trabalho, alguns dados curiosos sobre a evolução de nossos uniformes, baseados no livro "História Militar do Brasil", do historiador Gustavo Barroso.

### BRASIL-COLÓNIA

Embora o Brasil nessa época não possuísse seu próprio Exército, a necessidade da defesa da Pátria contra estrangeiros ditou a criação de unidades táticas militares denominadas terços. Cada terço compunha-se de dez companhias de cem homens. Suas origens remontam às legiões romanas, nascidas das falanges greco-macedônicas.

Em Pernambuco, na Bahia e no Rio surgiram os regimentos. Na Província Mineira foram criados os Regimentos de Caçadores a Pé das Milícias, com fardas brancas paramentadas de vermelho, compostos, unicamente, de negros, chamados Caçadores-Henriques.

Também em Minas, foram criadas as companhias dos Dragões Reais. Os Dragões da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> companhias usavam farda azul, tendo, os primeiros véstias, canhões e forros amarelos e os segundos em vermelho. Os chapéus eram tricórnios, e em geral não traziam nos topos as cores nacionais e sim as dos respectivos regimentos. As cores azul e branca eram privativas de Portugal, tornando-se nacionais no século XIX.

Segundo o Arquivo Nacional, em 1767, os oficiais usavam um gorjal dourado sobre a gola, última reminiscência da couraça do antigo nobre. A Cavalaria usava, naquela época, botas de canhão. Os oficiais usavam bastão e tricórnio.

Com o vice-reinado, o Conde Cunha organizou a 1.<sup>a</sup> Companhia de Cavalaria da Guarda dos Vice-reis, da qual originou-se o nosso tradicional 1.<sup>o</sup> Regimento de Cavalaria — Dragões da Independên-

cia — que hoje, em grande gala, veste o mesmo uniforme usado pela Guarda de Honra de D. Pedro I: farda branca com gola e canhões vermelhos, bota e capacete.

O uniforme da Guarda de Honra foi idealizado pelo próprio Imperador e desenhado por Debret, que buscou inspiração no uniforme dos Dragões da Áustria, naturalmente, por ser a Imperatriz Maria Leopoldina Arquiduquesa daquele País.

Dois tipos de capacetes foram usados. O primeiro, dourado, todo de metal em escamas, com um dragão na cimeira, de cujas asas abertas escorre farta crina. O outro capacete passou a ser usado após o segundo casamento do monarca. Era de couro preto com ferragens douradas e três círculos concêntricos no tope. No restabelecimento desse uniforme em 1927, escolheu-se o primeiro modelo para ser usado.

Logo depois da 1.<sup>a</sup>, foi organizada a 2.<sup>a</sup> Companhia, ambas usavam o mesmo capacete característico dos Dragões contemporâneos, criado para a guarda de Luiz XIV, na França, de onde se espalhou para o mundo. Cimeira e cauda lembrando as dos cascos dos legionários romanos. Em derredor uma cinta de pano, espécie de turbante, ou então uma pele mosqueada. Entre nós usou-se a pele de onça. Calçavam botas de canhão, semelhantes às dos jóqueis, muito próprias da elegância militar e civil do século passado.

As necessidades, em decorrência de guerrilhas internas, tornaram importante a Organização Militar, até então descuidada. São organizados: o 1.º Regimento Velho de Infantaria, com uniforme de predominância azul e enfeites brancos; o 2.º Regimento Novo, usa uniformes azuis com enfeites brancos e metais amarelos.

A Artilharia usa no uniforme canhões e golas pretos. Os botões em metais brancos duraram no Exército até D. João VI.

No século XVIII, de modo geral, os oficiais usavam tricórnio agalado, com laço e presilha à esquerda, casaca com forros, os canhões das cores regimentais; a princípio, canhões amplos cheios de carcelas e botões; depois, de menores dimensões, até se tornarem da largura das mangas; camisas com petilhos e punhos de rendas, que só desapareceram no começo do século XIX. Nas grandes alterações das linhas dos fardamentos do fim do século XVIII, sente-se a influência francesa. A casaca dos oficiais tem trespasse e bandas pontuadas, as abas são longas, os sabres curvos e as faixas de cachos compridos. As fardas dos soldados se encurtam. Começam as fardetas. Há ainda a fita no cabelo, que só desaparece em 1806.

(Cont. no próximo número)

# Os homens de ferro.

Eles surgiram há 34 anos, homens de carne e osso, como eu ou você.

Hoje são 25 mil pessoas e estão em toda parte.

Neste exato momento, eles estão explorando inóspitas montanhas de ferro.

Estão conduzindo enormes trens de 160 vagões, carregados de minério, entre Itabira e o porto de Tubarão. Ou pelos mares do mundo, transportando milhões de toneladas dessa riqueza.

Como fazem todos os anos, eles estão trazendo milhões de dólares em divisas para o país.

Eles estão na Amazônia. Na Serra dos Carajás. Nas jazidas do rio Trombetas. Ou na região do Araxá, explorando fosfato, titânio, nióbio e terras raras. Eles estão plantando florestas. Os homens de ferro estão em toda parte.

Estão em qualquer ponto de onze estados brasileiros pesquisando minerais. Nas minas do interior ou nos escritórios das cidades, nas ferrovias ou nos oceanos, nas usinas de pelotização, nas oficinas, nas fábricas, nos laboratórios, nos campos, nas estradas, em toda parte.

Foram esses homens que construíram a maior empresa de mineração que o mundo conhece: a Companhia Vale do Rio Doce, que está fazendo 34 anos.

Essa é a idade dos homens de ferro.



Companhia  
Vale do Rio Doce

Assine

“A Defesa Nacional”